

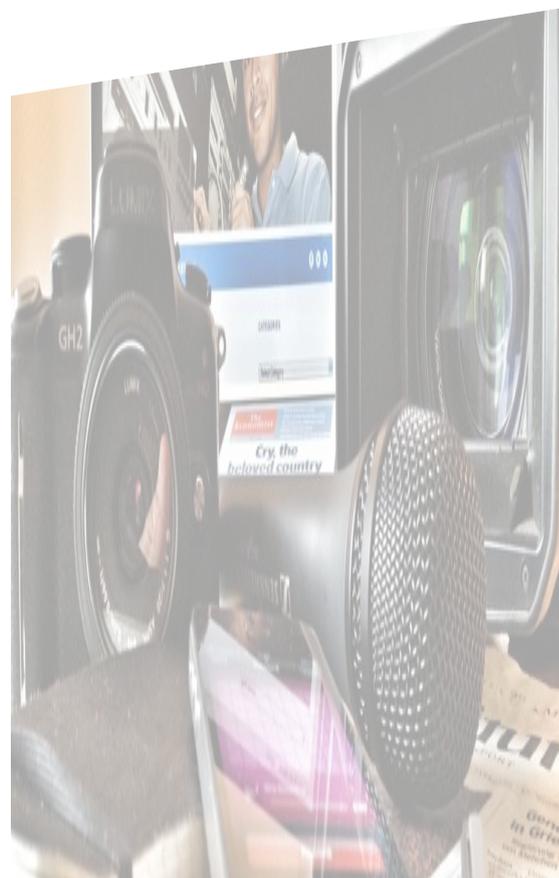
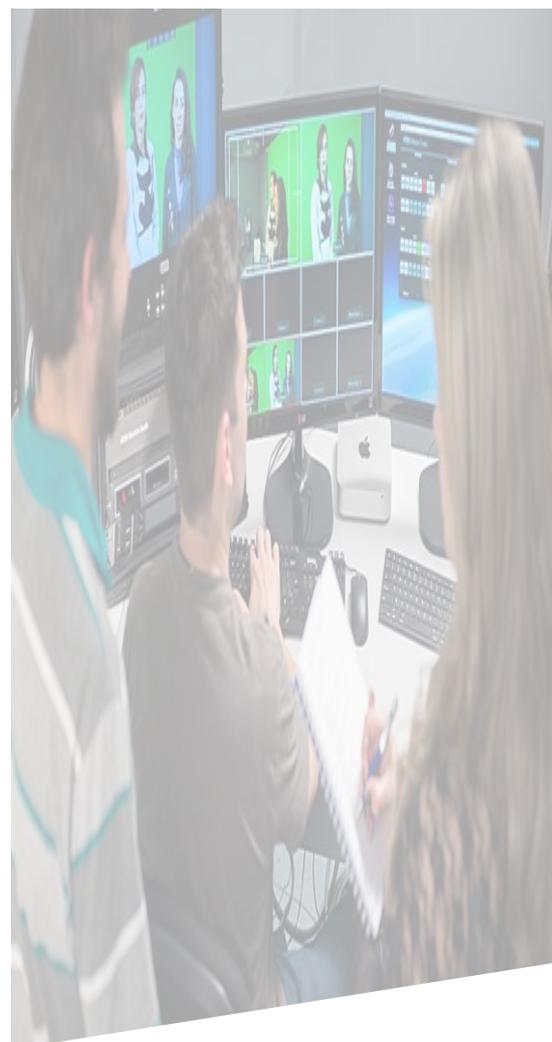
**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE BACHARELADO EM
JORNALISMO**

**Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa
(IES 17420)**

Mantenedor:

**Centro de Ensino Superior de Maringá –
CESUMAR**

**Ponta Grossa (PR)
2017**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	- 5 -
1. INTRODUÇÃO: A Regulação da Educação no Brasil	- 6 -
1.1 A Formação Universitária e o Papel do Projeto Pedagógico na Formação do Profissional- 7 -	
1.2 Contextualização da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa	- 10 -
1.2.1. Organização Institucional	- 10 -
1.2.1.1. MANTENEDOR	- 10 -
1.2.1.2. MANTIDA	- 10 -
1.2.2. Histórico da Instituição de Educação Superior (IES)	- 10 -
1.2.2.1. MISSÃO	- 12 -
1.2.2.2. VISÃO	- 12 -
1.2.2.3. FINALIDADES	- 13 -
1.2.2.4. VALORES E PRINCÍPIOS	- 14 -
1.2.2.5. OBJETIVOS DA IES	- 14 -
1.2.2.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	- 15 -
1.2.2.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES	- 15 -
2. DIMENSÃO I – Organização Didático-Pedagógica	- 16 -
2.1 Contexto Educacional	- 16 -
2.1.1. Marcos Teóricos e Filosóficos	- 17 -
2.1.1.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNE) E OUTRAS DIRETRIZES – Contextos Cultural e Político	- 17 -
2.1.1.2. INSERÇÃO REGIONAL - Contexto Social, Ambiental e Econômico	- 19 -
2.1.1.2.1. Caracterização da Cidade e Localização Geográfica	- 19 -
2.1.1.2.2. História, Meio Ambiente e Perfil da População	- 20 -
2.1.1.2.3. Perfil Econômico	- 24 -
2.1.1.2.4. Inserção da IES e de Cursos	- 29 -
2.2 Concepção do Curso	- 32 -
2.3 Forma de Ingresso no Curso e na IES	- 32 -
2.4 Políticas Institucionais no âmbito do Curso	- 34 -
2.4.1. Política de Ensino – O Ensino de Qualidade	- 34 -
2.4.1.1. Flexibilização e Gestão do Projeto Pedagógico	- 38 -
2.4.1.2. Flexibilização e os Processos de Gestão Administrativa	- 40 -

2.4.1.3. Flexibilização e Avaliação	40 -
2.4.2. Política de Extensão universitária – Articulação com a Sociedade.....	40 -
2.4.3. Política de Pesquisa – Incentivo à Pesquisa e Pós-Graduação	42 -
2.4.4. Política para a Educação Inclusiva	45 -
2.4.5. Política Afirmativa de Inclusão Social	47 -
2.5 Justificativa do Curso	49 -
2.6 Objetivos do Curso	50 -
2.7 Perfil Profissional do Egresso	53 -
2.8 Estrutura Curricular	57 -
3.6.1 Conteúdos Teóricos – Conceituais	57 -
3.6.2 Conteúdos Analíticos e Informativos sobre a atualidade e embasamento com a prática para o mercado.....	58 -
3.6.3 Conteúdos de Linguagens, Técnicas e Tecnologias Midiáticas	60 -
3.6.4 Conteúdos Éticos e Políticos	61 -
2.9 Conteúdos Curriculares.....	66 -
2.10 Metodologia	104 -
2.11 Estágio Curricular Supervisionado	106 -
2.12 Atividades Complementares	122 -
2.5.1. Regulamentação das Atividades Complementares	123 -
2.13 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	128 -
2.14 Apoio Discente	146 -
2.7.1. Ouvidoria.....	148 -
2.7.2. Apoio Pedagógico e Financeiro.....	148 -
2.7.2.1. APOIO PEDAGÓGICO - NAP	148 -
2.7.2.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA – MONITORIA – NIVELAMENTO - ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO	149 -
2.7.2.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL).....	149 -
2.7.2.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	150 -
2.7.2.5. APOIO FINANCEIRO	151 -
2.15 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso.....	151 -
2.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem-	153 -

2.17	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	154 -
2.18	Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC.....	156 -
3.	DIMENSÃO 2 – Corpo Docente	156 -
3.1	Composição e Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE	156 -
3.2	Coordenador do Curso	157 -
3.2.1.	Atuação do Coordenador	157 -
3.2.2.	Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador.....	158 -
3.2.3.	Regime de Trabalho e Carga Horária de Coordenação de Curso	158 -
3.3	Corpo Docente	158 -
3.3.1.	Constituição do Corpo Docente	158 -
3.3.2.	INDICADORES DOCENTE - Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional na Área e de Docência no Ensino Básico e Superior	162 -
3.4	Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso	170 -
4.	DIMENSÃO 3 - Infraestrutura	172 -
4.1	Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais	173 -
4.1.1.	Instalações Físicas – Adaptações para Acessibilidade	173 -
4.1.2.	Instalações Virtuais - Software de Acessibilidade.....	173 -
4.2	Espaço Físico Geral.....	174 -
4.2.1.	Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes.....	175 -
4.2.1.1.	Recursos Audiovisuais e Multimídia	175 -
4.2.1.2.	Existência de Rede de Comunicação (INTERNET)	176 -
4.2.1.3.	Plano de Expansão e de Atualização de Equipamentos.....	176 -
4.2.2.	Biblioteca.....	177 -
4.2.2.1.	Bibliografia Básica	178 -
4.2.2.2.	Bibliografia Complementar	178 -
4.2.2.3.	Periódicos Especializados.....	178 -
4.2.2.4.	Infraestrutura Física e Material.....	178 -
4.2.2.5.	Política Institucional para a Biblioteca no que se Refere ao Acervo, ao Espaço Físico e aos Métodos de Acesso à Informação.....	178 -
4.2.2.6.	Política de Atualização do Acervo	179 -
4.2.2.7.	Pessoal Especializado	180 -
4.2.2.8.	Política e Facilidade de Acesso ao Material Bibliográfico	180 -

4.2.2.9. Horário de Funcionamento da Biblioteca	- 180 -
4.2.3. Laboratórios Didáticos Especializados – Autorização de Curso (2 primeiros anos do curso)	- 181 -
4.3 Plano de Expansão Física.....	- 181 -
5. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	- 181 -
REFERÊNCIAS	- 194 -

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento que norteia a organização e o desenvolvimento das práticas pedagógicas na graduação e define os princípios educacionais adotados para a condução do processo de ensino-aprendizagem ao longo do desenvolvimento do curso. Para garantir a conformidade do funcionamento e gestão do curso com as finalidades institucionais e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), o PPC foi desenvolvido em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que trata sobre o papel da Faculdade (missão e visão) no âmbito da sua contribuição social local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e extensão, com o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), que estabelece o planejamento para desenvolver as políticas do PPI, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que direcionam os requisitos para a formação do perfil, habilidades e competências dos futuros profissionais graduados.

O desenvolvimento do PPC da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é coordenado e implementado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, e representa o resultado da soma de experiências acadêmica, administrativa e pedagógica dos docentes que atuam no mercado de trabalho na área de formação do curso. As contribuições foram realizadas a partir da reflexão crítica sobre o perfil da formação dos futuros profissionais no contexto político, econômico, social e ambiental da Região de Ponta Grossa, do Paraná e do Brasil.

Com a missão de “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que o PPC nunca deve estar pronto ou acabado, mas sim em constante atualização para que se alcancem os objetivos em nome de uma qualidade de ensino comprometida com os avanços do desenvolvimento tecnológico, das demandas sociais e ambientais e da formação de uma cidadania plena.

*Coordenação do Curso de **Bacharelado em Jornalismo***

1. INTRODUÇÃO: A Regulação da Educação no Brasil

A educação de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei N° 9.394/96) é a primeira lei educacional no país a fornecer um significado do que é Educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Um dos pontos altos da LDB nº. 9394/96 é o reconhecimento da importância dos valores na educação escolar, incorporando nas finalidades da educação, princípios e valores fundamentais que dão um tratamento novo e transversal ao currículo escolar no âmbito da formação da cidadania.

Anterior à promulgação da LDB, sabe-se que, tradicionalmente, os valores vinham sendo ensinados, em sala de aula, de forma implícita, sem aparecer na proposta pedagógica, configurando o que denominamos de currículo oculto da escola. A partir da nova LDB, promulgada em particular com os Parâmetros Curriculares Nacionais, ficou explicitado, em caráter normativo para todas as instituições de ensino, a importância e necessidade da inserção e integralização dos valores nos currículos escolares.

No contexto da Educação Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as áreas de ensino da Educação Superior. A regulação e a avaliação dos cursos e das Instituições de Ensino Superior são realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil e, especialmente, a promoção da consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, do desenvolvimento dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

1.1 A Formação Universitária e o Papel do Projeto Pedagógico na Formação do Profissional

A formação universitária se constitui em um desafio que, na sua abrangência, deve valorizar os seguintes elementos:

- I. O progresso científico e tecnológico;
- II. As tendências sociais e econômicas da atualidade;
- III. A ética e os valores humanos necessários para a construção e manutenção da liberdade, justiça e igualdade entre os seres humanos;
- IV. O aprofundamento no domínio das estratégias e procedimentos específicos da área de atuação;
- V. A capacidade crítica e reflexiva de todos os envolvidos nesse complexo processo de produção do conhecimento, cujo objetivo é a análise das diferentes facetas da realidade que envolve a atuação profissional.

A universidade é, portanto, o espaço para o desenvolvimento destas capacidades. Para isto, cabe às instituições educacionais propiciar aos discentes as condições intelectuais e científicas necessárias para os alunos analisarem criticamente a sua atuação como profissional frente às questões da realidade brasileira, e considerar a relevância da sua prática no atendimento das necessidades da sociedade.

Diante dessa perspectiva, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que o Projeto Pedagógico do Curso deve articular os valores sociais, culturais e ambientais do contexto no qual está inserido, com os conhecimentos técnicos e científicos específicos da área em que pretende formar o profissional, objetivando o preparo de profissionais que saibam atuar de forma ética e tecnicamente competente em sua carreira profissional, integrados ao contexto sociocultural da região de inserção. Para atingir e consolidar tal compromisso, o PPC foi elaborado em consonância com o PPI e o PDI da Instituição que, juntos, estabelecem as bases para o desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, orientando e contribuindo para a formação profissional e cidadã dos alunos da Instituição.

Sob o contexto dos compromissos e função das Instituições de Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394/96, art. 43, define as finalidades que as IES devem apresentar:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para operacionalizar as finalidades estabelecidas pela lei LDB, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, comprometida com a qualidade do ensino superior, empenha-se na elaboração de propostas de PPC capazes de nortear as ações pedagógicas dos cursos de forma reflexiva, consciente, sistematizada e participativa, objetivando propiciar uma formação profissional completa no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão,

preparando os alunos com habilidades e competências para a atuação no mercado de trabalho e para o compromisso com o exercício da cidadania. Para alcançar esse objetivo, a Faculdade entende que o PPC deve ser elaborado como uma proposta de trabalho que descreve um conjunto de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica, e a concepção do PPC deve conter a participação de todos os agentes envolvidos no processo, tais como os educadores, a comunidade acadêmica, os agentes administrativos e os membros da sociedade. Sob esse cenário, a Faculdade considera que é por meio do PPC que a coordenação do curso poderá planejar suas atividades, aprimorar seus processos avaliativos, aperfeiçoar sua matriz curricular, decidir sobre suas necessidades e melhorar a qualidade de seu ensino sempre articulando com as tendências da sociedade.

Em suma, o Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas do curso, tendo em vista a trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, valores e objetivos da Faculdade. Dessa forma, o PPC deve contemplar a articulação entre a teoria e a prática do curso, em que a integração dos elementos básicos estabelecidos através da interface do ensino, da pesquisa, da cultura, da política, da ética e das finalidades das IES estabelecidas na LDB, resulta na formação de um profissional apto para o desenvolvimento da sociedade. Sob a luz dos pensamentos de Freire (1981), a Faculdade considera que “...quando se une a prática com a teoria tem-se a ação criadora e modificadora da realidade”.

1.2 Contextualização da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa

1.2.1. Organização Institucional

1.2.1.1. MANTENEDOR

Razão Social	Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA - CESUMAR
Código	560
CNPJ	79.265.617/0001-99
Endereço	Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
Telefone	(44) 3027-6360
E-mail Institucional	normas@unicesumar.edu.br
Presidente	Cláudio Ferdinandi
Registro	4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015

1.2.1.2. MANTIDA

Razão Social	Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa
Código	17420
Endereço	• UNIDADE SEDE – Rua Desembargador Westphalen, 60 - Bairro Oficinas - CEP 84036-350
E-mail Institucional	normas@unicesumar.edu.br
Diretor Geral	Ludovico Omar Bernardi
Credenciamento	Portaria nº. 40 de 28/01/2015.

1.2.2. Histórico da Instituição de Educação Superior (IES)

A mantenedora, **Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR** (Cód. 560), é Pessoa Jurídica de Direito Privado, Com Fins Lucrativos – Sociedade Civil, com CNPJ

79.265.617/0001-99. Seu 4º Contrato Social é registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015, e tem foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, com endereço da sede na Av. Guedner, nº 1610, bairro Jardim Aclimação, CEP: 87050-390. O CESUMAR tem como presidente o Sr. Cláudio Ferdinandi e foi fundado em 7 de Junho de 1986.

A atuação comprovada da Mantenedora em educação superior teve início no ano de 1990 com o Credenciamento da primeira Faculdade, e implantação dos cursos de Administração e Processamento de Dados com aproximadamente 180 alunos na época. Ao longo da década de 90, a expansão da atividade educacional ocorreu pela criação de novas faculdades com novos cursos e, em 2001, foi dado o parecer favorável do Ministério da Educação para transformação das Faculdades em Centro Universitário, localizado em Maringá. Atualmente, o Centro Universitário de Maringá – **UNICESUMAR**, mantido pela mantenedora CESUMAR, conta 50 cursos de graduação presencial, 37 de Educação a Distância (EAD), 101 cursos de pós-graduação presenciais e de EAD, e aproximadamente 90.000 alunos no universo do conhecimento da **UNICESUMAR**. Nos últimos anos, vem obtendo excelentes conceitos nos cursos que prestam o ENADE e, pelo 6º ano consecutivo, obtém o conceito de **IGC 4 e CI 5**, mantendo-se entre as 4% melhores instituições de ensino superior do país, consolidando-se ao lado das principais instituições públicas do Paraná, e com o título de melhor Centro Universitário do sul do Brasil.

Com vistas a passar por um novo processo de expansão na oferta da educação superior, a mantenedora CESUMAR realizou um estudo de mercado no estado do Paraná e no ano de 2013, deu um passo importante na trajetória educacional dando o início ao plano de expansão abrindo 5 novas faculdades nas cidades de Arapongas, Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Conhecendo a grandeza e a importância do processo e da necessidade de manutenção da qualidade de ensino alcançado no histórico da **UNICESUMAR**, a mantenedora CESUMAR optou por construir em todas as cidades unidades próprias, com o intuito de nos próximos anos todas essas IES, denominadas integrantes do grupo educacional **UNICESUMAR**, convergirem em uma mesma unidade educacional.

Dentro do plano de expansão do Grupo **UNICESUMAR**, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** está inserida em uma região de alta demanda de desenvolvimento industrial e

com *status* de ponto estratégico no estado do Paraná, com conexões rodoferroviárias do estado de São Paulo e Oeste e Norte do Paraná até o Porto de Paranaguá, e apenas a 117 km da capital Curitiba. A Faculdade foi credenciada pela Portaria 40 de 28/1/2015, e suas atividades acadêmicas iniciaram-se com abertura de vestibular no final do ano de 2016 e início das aulas em 2017, já na unidade própria construída com aproximadamente 12.000 m². Embora a Faculdade se integre ao grupo educacional, a Mantenedora entende que cada Faculdade apresenta a regionalidade de sua inserção sendo as políticas institucionais desenvolvidas para atendimento das especificidades das demandas locais, regionais e do contexto nacional.

1.2.2.1. MISSÃO

A IES tem por missão “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Cumprir tal missão implica que a IES entende que há uma função acadêmica e social a ser cumprida, oferecendo ensino de qualidade fundamentada nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, propiciando uma formação integral de profissionais inovadores, competentes e com capacidade empreendedora, preparando pessoas para atuarem eticamente como agentes transformadores da realidade empresarial, organizacional e social brasileira.

1.2.2.2. VISÃO

Ser reconhecida como uma Instituição de referência regional e nacional pelo (a):

- I. qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial;

- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

1.2.2.3. FINALIDADES

Em consonância com a Missão e Visão institucional, as finalidades da consolidação da Faculdade consistem em:

- I. Desenvolver a educação superior formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a integrar os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- II. Formar recursos humanos para o exercício da investigação artística, científica, humanística e tecnológica assim como para o desempenho do magistério e das demais profissões;
- III. Promover a formação integral do ser humano, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito científico;
- IV. Incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica buscando o incremento da ciência e tecnologia, colaborando com o desenvolvimento do ser humano e das comunidades local e regional, com vistas ao seu bem-estar social, econômico, político e cultural;
- V. Promover a extensão estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzidas na instituição;
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- VII. Estimular permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VIII. Incitar conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
- IX. Participar ativamente da realidade social do seu entorno proporcionando parcerias com órgãos públicos, privados e entidades sociais, visando à melhoria de vida da população da região em que se insere;
- X. Colaborar permanentemente para que as mazelas sociais, como a corrupção, racismo, desigualdades sociais e injustiças sejam combatidas.

1.2.2.4. VALORES E PRINCÍPIOS

O desenvolvimento e a consolidação da IES é pautada sobre os fundamentos da Ética, Responsabilidade Social, Gestão Sustentável e Transparência.

1.2.2.5. OBJETIVOS DA IES

Em seu PDI vigente, nos próximos anos a Faculdade tem por objetivos gerais:

- I. Consolidar a implantação da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**;
- II. estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- III. estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;
- IV. atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social, cultural e ambiental da região;
- V. consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

1.2.2.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Tendo em vista as áreas definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** se organizou em três centros de ensino, sendo:

- I. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
- II. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- III. Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas.

1.2.2.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES

Através do Regimento Geral da Faculdade, integram a estrutura organizacional:

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Art. 5º A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, para os efeitos de sua administração, conta com órgãos colegiados deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos de apoio técnico e administrativo.

§1º São órgãos colegiados deliberativos e normativos:

- I. Conselho Superior - CONSUP;
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- III. Colegiados de Curso.

§2º São órgãos executivos:

- I. Diretoria Geral;
- II. Vice-Diretoria;
- III. Diretorias Acadêmicas e Administrativas;
- IV. Coordenadorias de Curso;
- V. Instituto Superior de Educação – ISEN.

Com o avanço do desenvolvimento das atividades acadêmicas, a IES entende que haverá a necessidade de revisões periódicas e replanejamento das estratégias de desenvolvimento institucional, que se tornam necessários tanto em função das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade em que a Instituição esta inserida quanto em função de seu próprio desenvolvimento, isto é, em função dos resultados obtidos na implementação das ações anteriormente planejadas. Assim, a adoção de novas estratégias e o remodelamento de setores institucionais não implica qualquer mudança na Missão e nos fins institucionais, mas, ao contrário, é condição para sua concretização nos contextos sócio históricos em constante mudança com o desenvolvimento da região e do país.

2. DIMENSÃO I – Organização Didático-Pedagógica

2.1 Contexto Educacional

Discutir os marcos teóricos e filosóficos que fundamentam a contextualização da educação na região de inserção, no Brasil e no mundo, é um importante processo que proporciona subsídios para o desenvolvimento do projeto pedagógico. Essa discussão, confere ao PPC, a sustentação das bases que norteiam as práticas pedagógicas propostas, a coerência entre os pressupostos teóricos e a prática pedagógica, assim como também a sua operacionalização por meio das orientações didático-metodológicas, programas de desenvolvimento profissional dos docentes, programa de avaliação e a utilização dos espaços acadêmicos como ambiente de estudo, convivência e formação cidadã.

2.1.1. Marcos Teóricos e Filosóficos

2.1.1.1. *PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNE) E OUTRAS DIRETRIZES – CONTEXTOS CULTURAL E POLÍTICO*

Uma breve leitura do processo de formação da sociedade brasileira é indispensável para a melhor compreensão da realidade do ensino superior que ora se apresenta. Somos um país que se revela por meio de uma multidiversidade de origens e riquezas, origens que se evidenciam pelas amplas diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas, e riquezas manifestas por meio de seus recursos naturais e do potencial produtivo nas diversas áreas da economia. Considerado um país jovem e ainda em processo de desenvolvimento, o Brasil ainda apresenta múltiplos cenários no âmbito do desenvolvimento da educação que advém desde a colonização do império português até à forma diferenciada de colonização dos imigrantes nas diversas regiões geográficas do país.

Diante desse contexto diverso, o cenário educacional ao longo da história do Brasil vem passando por profundas modificações, desde a luta para combater o analfabetismo e melhorar a qualidade da educação básica até a promoção da expansão da educação superior e ampliação da formação de mestres e doutores para o mercado de trabalho. No âmbito da educação superior, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê estratégias que vem sendo utilizada pelo Governo Federal para a ampliação da oferta de vagas e matrículas, inclusão de pessoas desfavorecidas socioeconomicamente e redução das desigualdades étnico-raciais. Essas estratégias vêm sendo empregadas por meio da(o):

- I. Expansão e interiorização da rede federal de educação superior;
- II. Desenvolvimento de políticas de inclusão e ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior;
- III. Assistência estudantil por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);
- IV. Consolidação na graduação, de projetos de extensão universitária orientando sua ação para o âmbito social;

- V. Fomentação de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

Nesse cenário, aliado às diretrizes estabelecidas no PNE para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil com a formação humanística, cultural, científica e tecnológica, as Instituições de Ensino Superior encontram-se diante de um desafio para promover o ensino superior no país associado à função social da IES na região onde atua. Cabe lembrar, que nesse cenário educacional do país, incluem-se também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Diretriz para a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, as Diretrizes para as Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, a Diretriz para a Disciplina de Libras e as Políticas de Educação Ambiental.

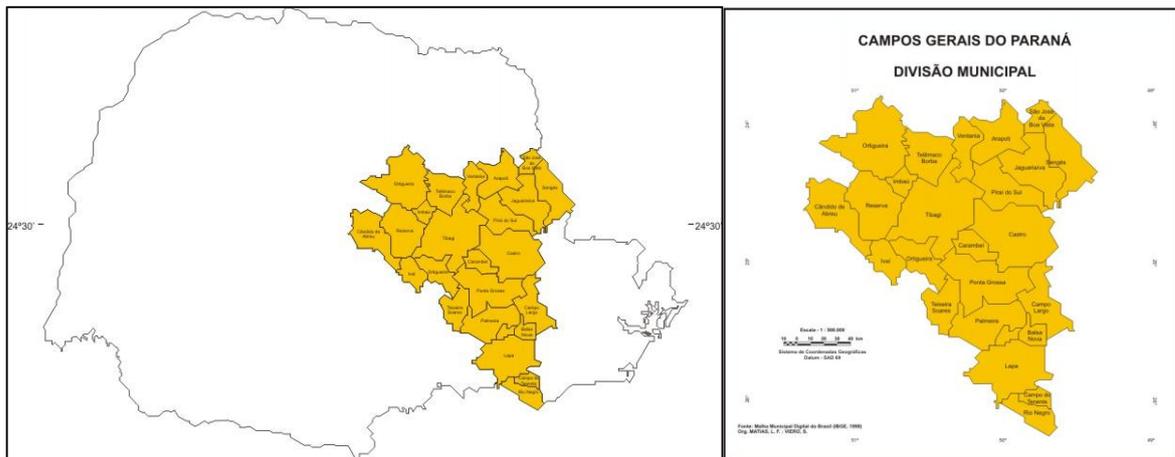
A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que para a formação do aluno sob o atual contexto político educacional do país, requer do ensino superior não só atenção à formação de profissionais com conhecimento técnico-científico, mas também atenção à formação de cidadãos com Valores e Conceitos Éticos que atendam às diretrizes do PNE, da LDB e das outras diretrizes de Inclusão e Política Ambiental. Diante desse contexto, a função formadora penetra nas Instituições de Ensino Superior, de forma que são orientadas não só pelos desafios do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, mas também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, a tarefa da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística através da missão, visão, finalidades e valores que orientam o desenvolvimento das Políticas Institucionais adotadas, além das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.1.1.2. INSERÇÃO REGIONAL - CONTEXTO SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO

A construção da identidade da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é fundamentada sob o contexto regional de onde está inserida. A IES preocupa-se com a melhoria da qualidade de vida da população e entende que a sua atividade e função de natureza educacional e social é uma importante ferramenta difusora do conhecimento e catalisadora do desenvolvimento da região. Para conhecer o contexto em que está inserida, a Faculdade realizou um estudo sintetizando as informações da região para desenhar o cenário de Ponta Grossa e das cidades vizinhas com o intuito de traçar o perfil econômico, social, cultural, político e ambiental. Dessa forma, fundado nessas variáveis, a IES desenvolveu suas políticas Institucionais e planejamento pensando as suas atividades em longo prazo na região, com o intuito de desenvolver ensino, pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação.

2.1.1.2.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Situada na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa é um município localizado no leste do estado do Paraná, congrega um complexo de atrativos naturais, históricos e culturais proporcionando aos visitantes múltiplas oportunidades de lazer, cultura e turismo, além de contar com uma rede hoteleira, gastronômica e várias indústrias na área da alimentação. Ponta Grossa conta, atualmente, com uma população estimada de quase 338.000 habitantes (IBGE/2015) e é considerado o núcleo de uma das regiões mais populosas do estado do Paraná, os "*Campos Gerais do Paraná*", composto por 24 municípios com mais de 1.100.000 habitantes (IBGE/2012). A cidade, também conhecida como "*Princesa dos Campos*" e "*Capital Cívica do Paraná*", é a quarta (4º) mais populosa do estado e apresenta o maior parque industrial do interior do Paraná.



Ponta Grossa está inserida em uma região de alta demanda de desenvolvimento industrial e com *status* de ponto estratégico no estado do Paraná, com um entroncamento rodoferroviário que faz conexões do estado de São Paulo, Oeste e Norte do Paraná com Porto de Paranaguá, Curitiba e Sul do País. O município é ponto de passagem para a exportação de produtos pelo Porto e pelo Corredor do MERCOSUL, rodovia que liga o Sudeste do Brasil aos países do MERCOSUL. É a quarta principal cidade exportadora paranaense e décima do sul do Brasil (Anuário Expressão, 2006).

2.1.1.2.2. HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E PERFIL DA POPULAÇÃO

O nome Ponta Grossa é a toponímia de uma grande colina coberta por um capão de mato que podia ser vista de longa distância pelos viajantes. Relata-se que os tropeiros, quando se aproximavam do lugar, a ele se referiam: “*Estamos próximos ao capão da ponta grossa*”. O ciclo do tropeirismo, que se estendeu ao início do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes dos Campos Gerais do Paraná, cuja população preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha. A denominação Campos Gerais, trata-se de uma definição que integra critérios fitogeográficos e geomorfológicos, que por sua vez exprimem a estrutura geológica e natureza das rochas, responsáveis pelos solos rasos e arenosos, que favorecem a vegetação de campos, característica dessa região do Paraná (Dicionário Histórico e Geográfico UEPG).

O município de Ponta Grossa está inserido quase que integralmente na bacia hidrográfica do Rio Tibagi, que nasce em seu território, e a cidade é muito deficiente em

arborização, algo que contrasta com a riqueza da bacia hidrográfica. Algumas praças e parques formam reduzidas ilhas verdes na paisagem urbana. Nas proximidades da cidade, Ponta Grossa é privilegiada com belas obras da natureza, com uma rica diversidade de fauna, vegetação de campos naturais, característica da região, e formação geológica arenítica que deu o nome ao Parque Estadual de Vila velha (tombado em 1966, pelo Departamento Histórico e Artístico do Estado), devido às esculturas gigantescas formando imagens de animais e objetos, que foram esculpidas pelas intempéries do ambiente nas rochas de arenito.

Com relação à população, Ponta Grossa é composta das mais diversas etnias. Em seus primórdios, ela se deu pela soma de desbravadores portugueses, tropeiros e famílias ilustres vindas principalmente de São Paulo. A partir do início do século XX, se estabeleceram eslavos (russos, polacos e ucranianos), árabes, italianos, japoneses, neerlandeses e alemães, sendo alemães e eslavos os mais numerosos. Devido a esta riqueza étnica, a cidade passou a ter características diversas, que podem ser observadas através da arquitetura, gastronomia, clubes sociais, danças típicas, bandas de música, igrejas, escolas e cinemas. Com a vinda dos imigrantes, registrou-se um crescimento populacional nas áreas rurais, e simultaneamente na urbana, onde surgem as principais casas comerciais, fábricas, bem como prestação de outros serviços e mão-de-obra qualificada.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO COR / RAÇA - 2010	
COR / RAÇA	POPULAÇÃO
Branca	245.119
Preta	8.417
Amarela	1.483
Parda	56.076
Indígena	516
Sem declaração da cor / raça	-
TOTAL	311.611

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra
NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.

No contexto da área da saúde, Ponta Grossa é a cidade-polo da Mesorregião Centro-Oriental do estado do Paraná, que engloba 14 municípios da região. Considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, o Plano Municipal de Saúde elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com o Plano de Governo de Ponta Grossa, estabelece um planejamento com ações estratégicas para Estruturar as Redes Cegonha (Mãe Paranaense), de Atenção às Urgências e Emergências, de Atenção Psicossocial, Cuidados à Pessoa com Deficiência, e para instituir a Política de **Educação Permanente**, de forma a qualificar os profissionais de todos os níveis e pontos de atenção à saúde no âmbito do município. Esse cenário ratifica a demanda de mercado existente e a necessidade de haver cursos que se destacam pela qualidade acadêmica, atendendo uma fatia de mercado específica, em que a Faculdade em forma de convênio pode procurar contribuir com o desenvolvimento do município e da região.

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NÚMERO
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (1)	809
Centro de atenção psicossocial (CAPS)	4
Centro de saúde / Unidade básica de saúde	51
Clínica especializada / Ambulatório especializado	72
Consultórios	609
Hospital geral	7
Policlínica	10
Posto de saúde	13
Unidades de pronto atendimento (UPAs)	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	20
Unidade de vigilância em saúde	1
Unidade móvel de nível pré-hospitalar - urgência / emergência	10

FONTE: MS/CNES

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA - 2010

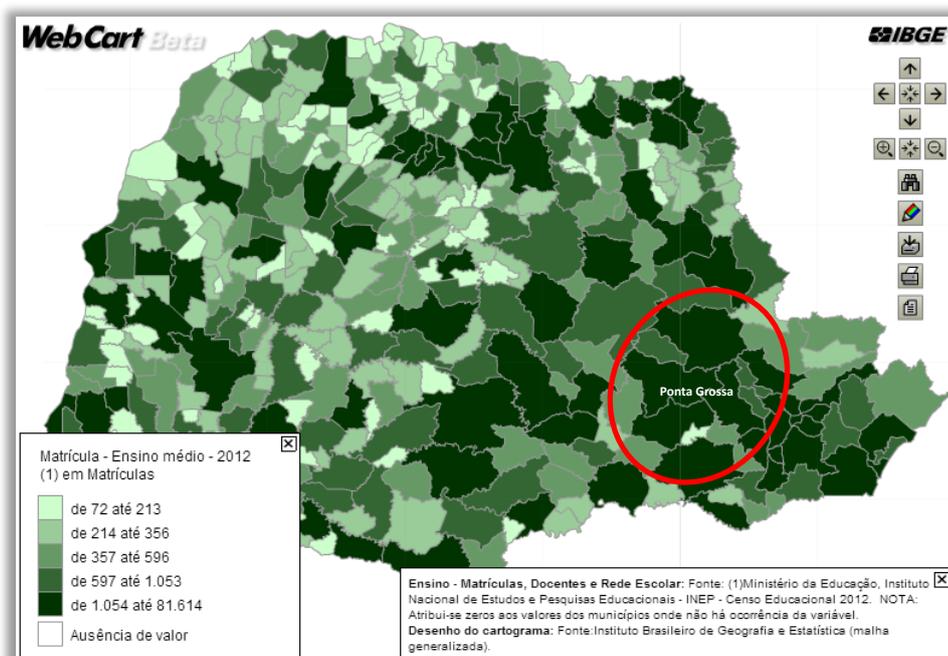
TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO
Nenhuma	246.477
Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	65.081
Visual	48.022
Auditiva	15.213
Física e/ou motora	21.045
Mental e/ou intelectual	4.232
Sem declaração	54
TOTAL	311.611

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.

(1) A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

Na área da educação, em termos de números de matrículas de alunos no ensino fundamental e médio, Ponta Grossa apresenta em ambos cenários o terceiro maior número de matrículas do estado do Paraná, contando também com alto índice de matrículas nas cidades vizinhas. Esse cenário é um indicador importante porque indica que a região é potencialmente favorável à migração de alunos das regiões vizinhas para cursar um curso de ensino superior na cidade de Ponta Grossa.



MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2015

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	7.128	4.824	11.952
Creche	-	-	1.991	2.080	4.071
Pré-escolar	-	-	5.137	2.744	7.881
Ensino fundamental (1)	-	20.269	21.046	9.348	50.663
Ensino médio (2)	30	10.323	-	3.186	13.539
Educação profissional	-	1.784	-	2.043	3.827
TOTAL	30	32.376	28.174	19.401	79.981

FONTE: MEC/INEP

(1) Inclui matrículas do ensino de 8 e 9 anos.

(2) Inclui as matrículas do ensino médio propedêutico, do ensino integrado à educação profissional e do ensino normal e/ou magistério.

Rede de Ensino	Quantidade de Escolas	Quantidade de Alunos
Municipal	84	10.121
Estadual	48	11.255
Privada	12	1.876
Federal	1	178

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

2.1.1.2.3. PERFIL ECONÔMICO

A cerca de dez quilômetros do centro da Ponta Grossa está o Distrito Industrial Ciro Martins. O complexo industrial é o maior do interior do estado, atrás apenas de Curitiba e sua região metropolitana. O processo de industrialização aconteceu na cidade no período entre 1975 e 2005 impulsionado pela boa infraestrutura de transporte, mão-de-obra qualificada, e presença de Universidades na região. Atualmente, está sendo desenvolvido mais um Complexo Industrial na região norte da cidade, com a implantação de indústrias alimentícias e automobilísticas de alto padrão, o que está impulsionando o crescimento da cidade e gerando boas perspectivas para o futuro.

A cidade tem indústrias nos seguintes ramos: extração de talco, pecuária, agroindústria (em particular a soja, que confere ao município o título de Capital Mundial da Soja), madeireiras, metalúrgicas, metal-florestal, química, alimentícias e têxteis. Algumas das plantas industriais instaladas em Ponta Grossa são: Bunge, Cargill, Makita, Cervejarias Heineken (Ambev), Santista Alimentos Ltda, Cooperativa Batavo, Batavia, Sadia, CrownCork

Embalagens, BO PACKAGING BRASIL Embalagens, Continental, Tetra Pak, Monofil, LP Masisa, Braslar Eletrodomésticos, Beaulieu do Brasil, Louis Dreyfus Commodities, Nidera, Coinbra, Kurashiki, , Hubner, Voith, Braslar, Planair, Pramer, Daf/Paccar Caminhões, entre outras, principalmente do ramo moageiro alimentício. Na região do Distrito Industrial também está instalado o armazém graneleiro da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), o maior complexo armazenador de grãos do Brasil, com capacidade estática para 420 mil toneladas.

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2013

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	276.439
Indústria	3.091.544
Serviços	4.592.580
Administração pública	1.014.021
TOTAL	8.974.584

FONTE: IBGE, IPARDES

NOTA: Nova metodologia. Referência 2010. Dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2014

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE(1))	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
INDÚSTRIA	820	17.156
Extração de minerais	19	342
Transformação	782	16.492
Produtos minerais não metálicos	55	561
Metalúrgica	141	1.947
Mecânica	91	2.151
Material elétrico e de comunicações	10	98
Material de transporte	15	452
Madeira e do mobiliário	165	3.892
Papel, papelão, editorial e gráfica	44	788
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	37	1.051
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas	38	892
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	59	1.064
Calçados	1	1
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	126	3.595
Serviços industriais de utilidade pública	19	322
CONSTRUÇÃO CIVIL	701	6.164
COMÉRCIO	3.763	24.655
Comércio varejista	3.416	22.109
Comércio atacadista	347	2.546
SERVIÇOS	3.133	38.374
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	100	1.338
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	892	4.835
Transporte e comunicações	684	8.036
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	901	8.327
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	401	3.393
Ensino	141	4.712
Administração pública direta e indireta	14	7.733
AGROPECUÁRIA (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	529	2.018
ATIVIDADE NÃO ESPECIFICADA OU CLASSIFICADA	-	-
TOTAL	8.946	88.367

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Posição em 31 de dezembro. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

(1) INDÚSTRIA: extração de minerais; transformação; serviços industriais utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO: minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico. COMÉRCIO: varejista; atacadista. SERVIÇOS: instituições de crédito, seguros, capitalização; administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; administração pública direta e indireta.

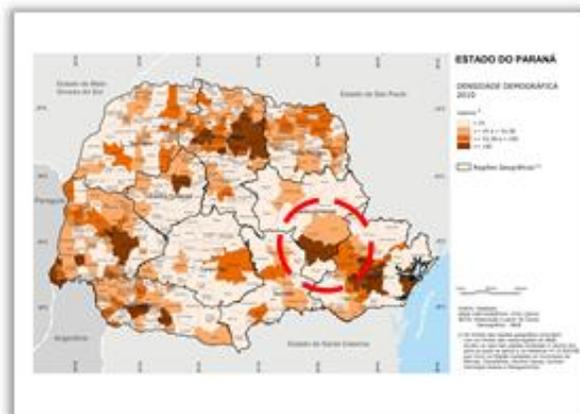
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
Lavoura temporária	685	78.898
Horticultura e floricultura	248	3.902
Lavoura permanente	28	931
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	3	1.058
Pecuária e criação de outros animais	620	41.619
Produção florestal de florestas plantadas	27	11.105
Produção florestal de florestas nativas	13	433
Pesca	-	-
Aquicultura	9	122
TOTAL	1.633	138.069

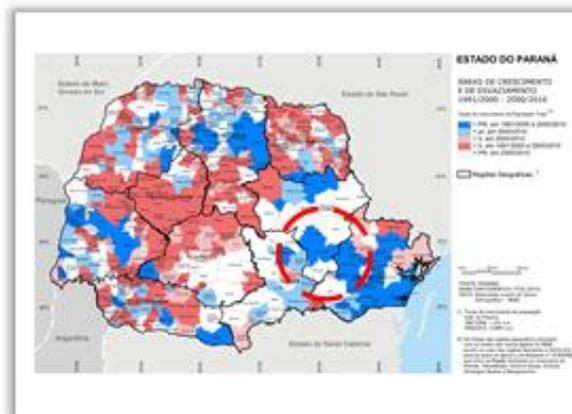
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'X'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

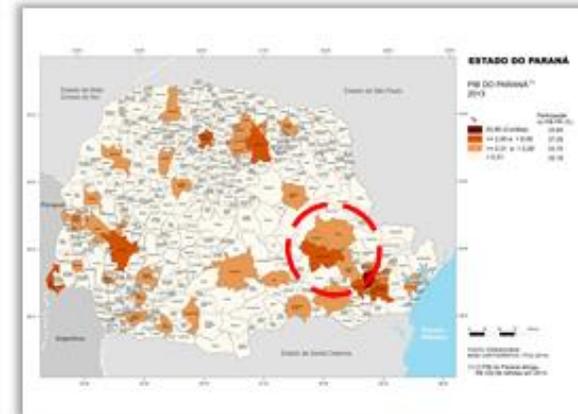
Perfis dos Municípios do Estado do Paraná e Cenário em Ponta Grossa e Região



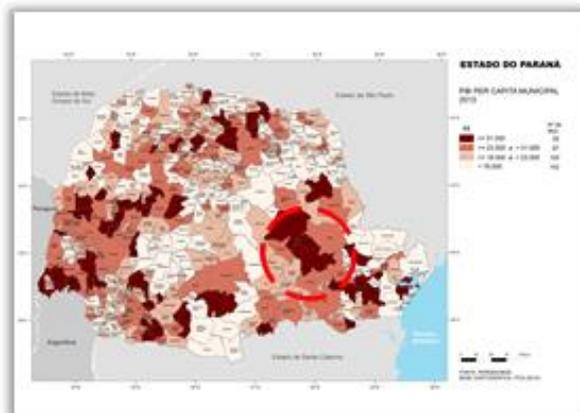
Cidade de Densidade Demográfica Alta



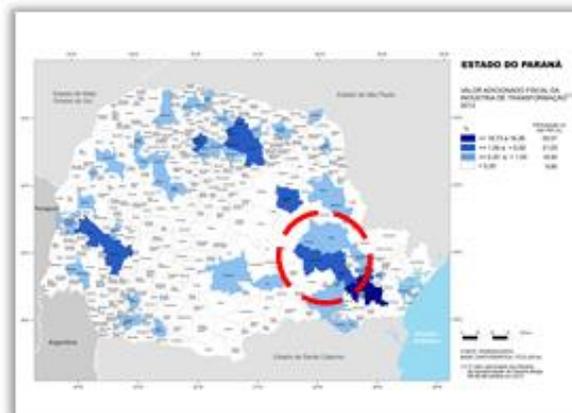
Cidade de Crescimento Populacional Alto



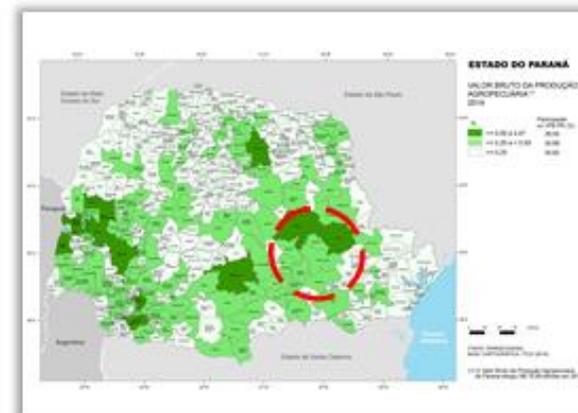
Cidade de PIB Médio



Cidade de PIB Per Capta Alto



Cidade de Valor Adicionado Fiscal da Indústria Médio



Cidade de Valor Bruto da Produção Agropecuária Médio

2.1.1.2.4. INSERÇÃO DA IES E DE CURSOS

Conforme análise dos indicadores que traçam os perfis social, econômico, cultural, político e ambiental, a cidade de Ponta Grossa e Região se apresenta como um grande polo para desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Pelo fato da cidade ser um polo comercial, ser uma região de grande produção no agronegócio e a cidade apresentar uma elevada vocação para o desenvolvimento da indústria, nesse contexto, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** enxergou na região a possibilidade de desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação nas três áreas do conhecimento em que se organizou: I) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; II) Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; e III) Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Sob o contexto da inserção da IES, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** também enxergou a necessidade de contribuir com a oferta da educação em forma de cursos de extensão e projetos culturais para promover a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade. Segundo o último dado censitário do IBGE, o IDH de Ponta Grossa encontra-se no nível alto, na faixa de 0,76, entretanto, o índice referente ao indicador da educação encontra-se no limite do nível médio e alto, necessitando de melhoria na escolaridade da população adulta para a consolidar a aumento do IDH no município.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) - 2010		
INFORMAÇÃO	ÍNDICE (1)	UNIDADE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,763	
IDHM - Longevidade	0,837	
Esperança de vida ao nascer	75,22	anos
IDHM - Educação	0,703	
Escolaridade da população adulta	0,61	
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,75	
IDHM - Renda	0,755	
Renda per capita	877,10	R\$ 1,00
Classificação na unidade da federação	13	
Classificação nacional	320	

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP
 NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE.
 (1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

Um outro indicador relevante considerado pela IES é o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM). Esse índice foi desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e é uma estatística oficial e pública que analisa o desempenho dos municípios na saúde, educação e emprego, renda e produção agropecuária. O IPDM, a princípio, avalia a responsabilidade da gerência das prefeituras, entretanto, é importante destacar que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas sim de ações conjuntas e de responsabilidade das três esferas de governo, bem como do empresariado e da sociedade civil organizada. Nesse contexto, avaliando o Índice Geral de Ponta Grossa (0,79 - Médio) e o índice específico de cada área da pesquisa, a IES observou que há demanda no município para desenvolvimento de ações da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** para contribuir com o desenvolvimento da região.

ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2013	
INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Emprego, renda e produção agropecuária	0,7340
IPDM - Educação	0,7866
IPDM - Saúde	0,8536
Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)	0,7914

FONTE: IPARDES

NOTA: O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000).

Dessa forma, diante das avaliações dos indicadores estudados, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que a formação de profissionais em nível superior nas diversas áreas do conhecimento, fundada na geração de conhecimentos, métodos e novas técnicas desenvolvidas nas pesquisas de iniciação científica e nos Programas de Pós-Graduação, hão de contribuir para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico, político e social da região com a geração de conhecimentos e difusão à comunidade.

Diante dessa perspectiva, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** desenvolveu suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, pilares do desenvolvimento do ensino superior,

com a função orientar e contribuir para a formação profissional e cidadã dos alunos da Instituição.

2.2 Concepção do Curso

DADOS GERAIS

Curso	Jornalismo
Modalidade	Presencial
Grau	Bacharelado

MATRIZ CURRICULAR

Turno	Periodicidade	Integralização	Vagas Anuais	Carga Horária do Curso
Matutino	Semestral	8 semestres	100	3.050 horas
Noturno	Semestral	8 semestres	100	3.050 horas

COORDENADOR

Nome	Titulação	Vínculo Empregatício	Regime de Trabalho
Lúcio Olivo Rosas	Mestre	CLT	Integral

ENDEREÇO DA OFERTA

Campus	Endereço	Bairro	Cidade	CEP
Unidade Sede 1	R. Desembargador Westphalen, 60	Oficinas	Ponta Grossa-PR	84036-350

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** busca sempre estar em sintonia com as necessidades da comunidade. Com base na sua missão, visão e finalidades, a Faculdade mante-se atualizada na oferta de ensino solicitando ao MEC autorização de cursos que estejam em consonância com as demandas por profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho e desenvolvimento da economia local, regional e nacional.

2.3 Forma de Ingresso no Curso e na IES

O ingresso nos cursos de graduação se verifica por processo seletivo de acesso e deve abranger conhecimentos comuns a diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores.

A forma de realização do processo de ingresso é anunciada por meio de edital publicado em local próprio da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** observadas às normas e a legislação vigente, do qual deve constar, dentre outras informações, os cursos e o número de vagas, o prazo de inscrição, a documentação necessária, os critérios de classificação e desempate e outros esclarecimentos de interesse dos candidatos.

Têm direito e preferência à matrícula dentro do limite de vagas ofertadas, os candidatos que atingirem o maior número de pontos. No caso de empate na classificação, o desempate é feito, segundo os critérios aprovados pelo Conselho Superior.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pode ser aberto novo processo seletivo, para preenchimento das vagas existentes, observada a legislação vigente.

Após convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo de ingresso, restando vagas, estas podem ser preenchidas por portadores de diploma de graduação ou para transferência de discentes de outras instituições de educação superior, mediante processo seletivo.

Dos instrumentos de avaliação para seleção não é concedido revisão e seus resultados, para efeito de matrícula, são válidos apenas para o período letivo a que se destinam.

Na ocasião da publicação do edital de abertura do processo seletivo para ingresso, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** deve informar aos interessados, por meio de catálogo, as condições de oferta dos cursos, incluindo os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos docentes, recursos disponíveis, critérios de avaliação, taxas e demais informações, conforme orientação do Ministério da Educação.

As normas complementares à execução do processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação serão aprovadas pelo Conselho Superior.

2.4 Políticas Institucionais no âmbito do Curso

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, com a missão de “promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”, oferecerá cursos de graduação (bacharelado, tecnólogo e licenciatura), pós-graduação e extensão, por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, estimuladoras e promotoras da cidadania.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, buscará por meio da educação, valorizar o homem em sua dimensão holística, para que possa realizar suas aspirações maiores que lhe darão a identidade no tempo e no espaço, como agente de transformação social, na construção de sua história, apontando caminhos dentro das oportunidades de desenvolvimento da região.

2.4.1. Política de Ensino – O Ensino de Qualidade

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** mantém cursos de graduação na modalidade presencial organizados em três áreas do conhecimento: a) Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas; b) Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; c) Ciências Biológicas e da Saúde.

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. Garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;

- III. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, química e biologia;
- VI. Aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do PDI, respeitando seu período de vigência;

- XII. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIII. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XIV. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XV. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVI. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVII. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVIII. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XIX. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

Portanto, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e com os princípios da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, é dada importância ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico de Curso (PPC) e Currículo como documentos nos quais explicitam o posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações.

Neste contexto, o projeto, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal/profissional para o pleno exercício da cidadania.

O PDI e o Currículo, este como parte integrante do PPC, são elaborados, analisados e avaliados respeitando as características da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e da região onde está inserida. Desta forma, seguindo as orientações emanadas no PDI, no PPI, e

organizados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, este PPC foi concebido.

Além disto, considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre PPI e PPC, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**. Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI.

No âmbito do Curso, as políticas institucionais permeiam a sua concepção com vinculações claras. Durante a formação os discentes serão instados a admitirem as diversidades e trabalharem em equipes. Assim ocorre na realização de atividades em sala de aula ou de aulas práticas em campo, onde os discentes tem que exercitar a discussão científica e técnica com colegas acadêmicos. Ocorre também em estágios supervisionados em que o discente é posto frente a situações do mundo real sem o aparato do orientador imediato, ou seja, existirá um tempo em que as respostas, análises e argumentações deverão ser pautadas exclusivamente nos conhecimentos do próprio discente, em sua capacidade de relacionamento com pessoas, em sua capacidade de conduzir soluções com objetivos concorrentes. E, mesmo que seu desempenho possa ser satisfatório sua avaliação fica dependente do local de estágio conveniado.

Como pode se deparar, as situações de aprendizagem são muitas, mas pelas políticas gerais precisam formar um profissional cidadão comprometido com uma sociedade justa. Tudo isso é centrado no ensino por ser a principal atividade acadêmica. A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** quer o ensino de qualidade em vista da transformação social que isto pode trazer. É por isto que em tudo que será feito na formação do acadêmico priorizar-se-á uma pedagogia transformadora, ou seja, priorizar a compreensão da realidade, exercitar a reflexão, analisar cientificamente primeiro os aspectos qualitativos para em seguida tratar os quantitativos, e, além disso, ter uma avaliação diagnóstica (permite correção de rumos). Os docentes serão orientados a propor avaliações em que o discente tem, sobre os temas estudados, uma aplicação, uma análise, ou uma avaliação a fazer. As provas bimestrais devem retratar as habilidades a serem treinadas e todas elas serão

analisadas pelo Coordenador de Curso. A transformação social ocorrerá naturalmente pelas atitudes adquiridas, pelo comportamento demonstrado com colegas de curso, com a comunidade acadêmica e administrativa (discentes e docentes, e técnico-administrativos) e ainda nas jornadas científicas onde ocorrerá intenso relacionamento com o público, nas visitas técnicas ao conhecer os tipos de atuações a que estarão sujeitos e o grau de responsabilidade de sua futura profissão. Por fim no estágio supervisionado em que terão a oportunidade de colocar em prática ao menos parte dos conhecimentos aprendidos, mas ficarão expostos à avaliação de responsáveis que não têm o foco acadêmico e sim empresarial.

A missão institucional não deixa dúvidas sobre a intenção de praticar ensino de qualidade e formar profissionais cidadãos para desenvolverem uma sociedade justa e solidária. Essa articulação só poderá ser alcançada se houver na academia uma articulação semelhante conhecida por integração entre ensino, pesquisa, e extensão. Somente o trabalho sinérgico de gestores, docentes, discentes, e técnicos poderá conduzir a instituição ao caminho dessa relevante articulação. Muitas são as maneiras de caminhar por ela. Varia de instituição para instituição, de curso para curso. A integração entre ensino, pesquisa, e extensão terá a seguinte via: os docentes serão instados a pesquisarem e a discutirem suas pesquisas em sala de aula, em suas orientações de trabalho de conclusão de curso, em trabalhos de iniciação científica. Serão também instados a andarem na fronteira do conhecimento e da tecnologia a ser transmitida aos discentes, não com notícia e sim com responsabilidade consequente de aplicação, adaptação, e dimensionamento. Paralelamente os discentes serão convocados e estimulados por meio de bolsas a participarem em programas de iniciação científica por meio de projetos desenvolvidos sob a orientação docente, nos laboratórios da instituição. A extensão é consequência natural na medida em que se cultiva o hábito de divulgar a ciência e seus resultados, e a tecnologia, bem como o hábito de compartilhar informações e conhecimentos.

2.4.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso

e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;

- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- IV. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- V. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- VI. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento da carga horária;
- VII. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VIII. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- IX. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

2.4.1.2. FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização:

- I. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;
- II. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

2.4.1.3. FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;
- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização.

2.4.2. Política de Extensão universitária – Articulação com a Sociedade

A articulação e a integração da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** com a sociedade ocorrerá por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

Em consonância com a missão institucional e as orientações do PPI visa garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e na extensão. A instituição pretende possuir um corpo docente formado em sua maioria por doutores e mestres e uma equipe de técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** ampliará suas ações extensionistas visando ao cumprimento de sua missão e também seu compromisso com a sociedade.

A consolidação da extensão universitária exige políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade universitária com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade.

A política de Extensão Universitária está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

Para tanto, foram estabelecidas dez políticas de extensão da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**:

- I. Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. Promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- III. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- IV. Reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;

- V. Incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- VI. Divulgar e apoiar a produção acadêmica;
- VII. Enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada;
- VIII. Apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- IX. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- X. Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.4.3. Política de Pesquisa – Incentivo à Pesquisa e Pós-Graduação

O incentivo à pesquisa e a pós-graduação ocorrerá pelo cultivo da atitude científica e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo, na concessão de bolsas ou de auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estabeleceu a pesquisa como prioridade. Esse compromisso redireciona as contratações e formação de recursos humanos, a estruturação de grupos e linhas de pesquisa, assim como investimentos em infraestrutura e novas tecnologias de comunicação e informação. Essas iniciativas consistem no preparo de qualidade acadêmica e visam consolidar sua comunidade de conhecimento, integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. No entanto, a lacuna entre ensino, pesquisa e extensão, tão difícil de ser superada, expressa a realidade da maioria das instituições de ensino superior. A principal tarefa a ser realizada consiste em envolver o corpo docente e discente para o engajamento nessas três grandes áreas (ensino, pesquisa e extensão), na tentativa de superar o trabalho isolado e solitário dentro da academia. Segundo Demo (1992), essa dicotomia conduz à cisão entre teoria e prática, pois não há relação entre conhecimentos acadêmicos e a realidade social dos alunos. Esse é um grande desafio.

No entanto, a possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002, p. 34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, permite rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos alunos ‘o questionamento reconstrutivo”, isto é, a “capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, p. 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos alunos na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de alunos.

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

Para dar suporte aos professores e pesquisadores, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** contará com: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa, Comitê Assessor de

Pesquisa, Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa, Núcleo de Inovação Tecnológica e Programa de Apoio e Capacitação ao Desenvolvimento Profissional.

As atividades de pesquisa, portanto, constituem-se um dos importantes pilares da educação de qualidade da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, permitindo o desenvolvimento e o constante avanço do conhecimento. Dessa forma, acredita-se que a Faculdade tem contribuído não só para a formação de profissionais altamente qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que e As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o aluno em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do aluno em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação, essencial ao desenvolvimento da pesquisa e da produção científica institucionalizada. O programa de pós-graduação é responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da instituição e da região, avançando sempre na produção do conhecimento científico. Centrado nesta convicção, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem uma Pós-graduação voltada para a garantia da subsistência científica, à formação e ao aperfeiçoamento constante do profissional, a fim de que este se sinta efetivamente um cidadão e um profissional apto para acompanhar a modernidade.

Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e melhor remunerados.

As políticas institucionais para o Ensino de Pós-graduação são:

- I. Fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- II. Constituir a pós-graduação *stricto sensu* com o objetivo preferencial para ampliação do atendimento a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades;
- III. Promover o estabelecimento de relações em parceria e cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa do país e do exterior;
- IV. Desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- V. Ampliar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;
- VI. Incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos;
- VII. Ampliar a oferta de cursos e programas de pós-graduação em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação.

Todas essas oportunidades de aprendizagens só fazem pleno sentido se forem dispostas a todos os cidadãos. O **CESUMAR** – mantenedor e a **Faculdade** - Mantida, como prestador de um bem público, não medirão esforços para atender a necessidade e o direito à inclusão e isto poderá ser notado pela existência de infraestrutura preparada por meio de rampas, elevadores e pela existência de banheiros adaptados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.4.4. Política para a Educação Inclusiva

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2007, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma

questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e subemprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social, de acessibilidade plena com a eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.
- Manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.

Para as pessoas surdas pretende-se instituir, por meio do Projeto Intérprete de Libras, a presença de intérpretes nas salas de aula para interpretar as atividades pedagógicas para os discentes. A disciplina de Libras será institucionalizada e será regularmente ofertada a todos os discentes da instituição, cuja disciplina seja optativa e de forma obrigatória para os cursos previstos em lei. Os docentes que possuem discentes surdos serão incentivados a cursar LIBRAS para terem subsídios à execução didática - pedagógica da disciplina que ministrará. Disso se conclui que o espírito de inclusão dos menos favorecidos e dos que precisam de atenção especial se fará presente em todas as esferas institucionais e em particular entre os docentes e discentes.

2.4.5. Política Afirmativa de Inclusão Social

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº. 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social.

A política de inclusão social estabelecida pela **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** possui os seguintes objetivos:

- I. promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso no **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** possui ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento de suas atividades:

- I. a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante por meio da produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- II. a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e interinstitucionais com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- III. a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão;
- IV. a melhoria das condições da sociedade, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afrodescendentes, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** se empenha para articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais, visando:

- I. a contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- II. à implementação de políticas curriculares compatíveis com as necessidades concretas da sociedade;
- III. à descoberta de novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- IV. à experimentação de alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa;
- V. ao desenvolvimento de atitude proativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros, afro-descendentes e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles se encontram sub representados.

2.5 Justificativa do Curso

A formação de novos profissionais na área da **Jornalismo** vem de encontro ao anseio regional por esse curso. Por trabalhar diretamente com a opinião pública, o curso de **Jornalismo** prima pelo embasamento cultural, formação crítica e postura ética dos seus alunos. Considerando que o profissional da comunicação, hoje, além de informar é também “formador de opinião”, a responsabilidade do mesmo perante a sociedade aumenta.

Além da formação humanística e das competências e habilidades técnicas, o curso identifica e privilegia aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais da região. O jornalismo sempre teve compromisso com a sociedade e o mercado. Porém, atualmente, em razão da velocidade das transformações sociais, esse “pacto” torna-se ainda mais premente, justificando sua autorização.

O Município de Ponta Grossa e região têm obtido nos últimos anos crescimento econômico acima da média nacional, o que conseqüentemente implica em crescimento

populacional, comercial, empresarial e da própria administração pública. Com todo este crescimento a demanda não só por profissionais da **Jornalismo**, mas por profissionais com formação humanística, sociológica aumentou consideravelmente bem como o número de conflitos nas relações pessoais, comerciais, laborativas e com a administração pública.

A expansão populacional, comercial, de serviços e industrial de Ponta Grossa resulta no aumento da necessidade de profissionais da área jornalística em todas as áreas do Jornalismo diante do considerável aumento das demandas em redação e criação publicitária, programação visual, produção de áudio e vídeo e comunicação digital e integrada etc.

A adoção do espírito da argumentação, do embasamento científico e da busca de continuo aperfeiçoamento como filosofia de trabalho é uma potente alternativa a ser lançada como ferramenta para o desenvolvimento de relações sociais e empresariais, o curso de **Jornalismo**, foi estruturado sob uma visão de mundo e das relações sociais e empresariais.

Em face da argumentação apresentada, a principal razão para a existência do curso de formação superior em **Jornalismo** da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é, o atendimento às necessidades das empresas de Ponta Grossa, por intermédio da formação de profissionais capazes de acompanhar as mudanças contínuas às quais estão sujeitas as organizações desta localidade, do país e do mundo, resguardando as características regionais de sua inserção, sem perder, contudo, o vínculo de constante atualização com o cenário econômico mundial.

2.6 Objetivos do Curso

O **Curso de Bacharelado em Jornalismo** tem por objetivo a formação de profissionais em Jornalismo, com habilidades técnicas e científicas, sólido conteúdo cultural e competência para o desempenho criativo, crítico e ético das funções peculiares ao livre exercício da profissão de Jornalista.

3.4.1 Objetivos específicos

- Aperfeiçoar técnicas de produção, recepção, organização e distribuição de mensagens, tratando a linguagem como ação e a comunicação como ato social, explorando, inclusive, os novos usos para a Comunicação na sociedade;
- Formar jornalistas com sentido ético, espírito crítico e compromisso com a transformação da realidade socioeconômica, política e cultural brasileira, desenvolvendo a pesquisa e a reflexão sobre a comunicação e seu impacto na sociedade;
- Formar profissionais flexíveis, com competências multidisciplinares e capacidade de articulações no campo da Comunicação;
- Formar massa crítica que prime pela ética, fortaleça o profissionalismo e defenda os princípios de cidadania;
- Habilitar o aluno para desenvolver análises e reflexões e fazer associações, inclusive de ordem estética;
- Preparar profissionais que respondam aos novos desafios de mercado impostos pela rápida e constante transformação da sociedade;
- Acompanhar a proliferação das novas tecnologias de comunicação e dominar as linguagens que destas se configuram;
- Preparar profissionais, com visão de planejamento, capazes de estabelecer políticas de comunicação para empresas privadas e instituições públicas;
- Capacitar profissionais empreendedores, qualificados para prestar serviços e desenvolver estratégias na área de comunicação;
- Antecipar nichos mercadológicos nas potencialidades de crescimento econômico e desenvolvimento social local, regional e nacional, e preparar profissionais que respondam satisfatoriamente por essa demanda;
- Dotar o aluno de conhecimentos científicos e técnicos que o habilitem ao desempenho profissional nas diferentes faixas e especialidades do mercado jornalístico;
- Contribuir para o Ensino da Comunicação, criando oportunidades para o reconhecimento e desenvolvimento das aptidões didáticas do aluno, bem como para seu encaminhamento para a Iniciação Científica, para a especialização e para docência;

- Promover e apoiar a Pesquisa em Comunicação, ensejando a participação do aluno em projetos específicos de Comunicação e outros de natureza interdisciplinar que o envolvam com as demais áreas de atuação da IES e também da comunidade externa;
- Promover e apoiar atividades de Extensão à comunidade, no Curso de Bacharelado em **Jornalismo**, através de projetos que estendam serviços a entidades filantrópicas, sociais, religiosas, organizações não governamentais e outras sem fins lucrativos;
- Estimular o ensino e a prática da comunicação comunitária e da comunicação educativa na região;
- Criar ambientes de experimentação de forma a permitir ao aluno agir em condições de produção, ritmo e periodicidades similares às que se encontram no cotidiano das profissões;
- Estimular o espírito crítico, o desenvolvimento do pensamento hipotético e dedutivo.
- Reafirmar o lugar ocupado pela IES na vanguarda do Ensino em Comunicação da região, do Estado do Paraná e do País;
- Oferecer um plano de ensino que acompanhe as correntes vigentes na comunicação;
- Disponibilizar um curso que prepare o aluno para competir no mercado de trabalho em qualquer região do país;
- Suprir as necessidades de mão-de-obra especializada existentes nos veículos de comunicação de massa da região;
- Utilizar as fontes de informação e recursos tecnológicos disponíveis que permitem desenvolver projetos e produtos de comunicação;
- Preparar o aluno para o mercado globalizado. Tanto no que diz respeito à interação com diferentes culturas e segmentos das sociedades quanto para a possibilidade de mobilidade que a profissão requer.
- Incentivar a leitura e a interpretação de textos atuais através de jornais e revistas (de grande circulação) de componentes de formação geral.

2.7 Perfil Profissional do Egresso

O concluinte do Curso de Bacharelado em **Jornalismo** deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social

Nessa perspectiva, as competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores a serem desenvolvidos incluem:

I. Competências gerais:

a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;

b) conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;

c) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;

d) distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;

e) pesquisar, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento específico;

f) dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;

- g) ter domínio instrumental de, pelo menos, dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;
- h) interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;
- i) ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;
- j) saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação;
- k) pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;
- l) cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;
- m) compreender que o aprendizado é permanente;
- n) saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles;
- o) perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso;
- p) procurar ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;
- q) atuar sempre com discernimento ético.

II. Competências cognitivas:

- a) conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo;
- b) conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania;
- c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania;
- d) compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade;
- e) discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício.

III. Competências pragmáticas:

- a) contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade;
- b) perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis;
- c) propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo;
- d) organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas;
- e) formular questões e conduzir entrevistas;
- f) adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade;
- g) dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir;
- h) conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos;
- i) produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados;
- j) traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em linguagens técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação não especializada;
- k) elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos;
- l) elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa;
- m) compreender, dominar e gerir processos de produção jornalística, bem como ser capaz de aperfeiçoá-los pela inovação e pelo exercício do raciocínio crítico;
- n) dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos, utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;

- o) dominar o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística;
- p) avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.

IV. Competências comportamentais:

- a) perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social;
- b) identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo;
- c) conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão;
- d) avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas;
- e) atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
- f) impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público;
- g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões.

A estrutura do **Curso de Bacharelado em Jornalismo** deve:

- a) ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;
- b) utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;
- c) promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;
- d) inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;

e) utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;

propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.

2.8 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de Bacharelado em **Jornalismo** segue a legislação em vigor e o disposto no PDI acerca das políticas institucionais. Ao se perceber que os conhecimentos gerais são componentes do processo de formação generalista dos estudantes decidiu-se, incorporar questões de formação geral nas disciplinas e nas avaliações num total de um terço das disciplinas desse projeto pedagógico. O objetivo é incentivar a leitura de textos que ultrapassam as particularidades do domínio conceitual da área e provoquem no acadêmico uma interpretação melhor da realidade e uma consciência de cidadania e responsabilidade social. Além disso, a matriz foi gestada a partir dos seguintes eixos temáticos:

3.6.1 Conteúdos Teóricos – Conceituais

Os conteúdos teórico-conceituais do Curso de Bacharelado em **Jornalismo** integram boa parte das disciplinas voltadas à formação humanística e de praticamente todas as voltadas à formação específica do jornalista. Assim, a disciplina Introdução à Comunicação Social prevê em sua ementa, bibliografia e programa de ensino, a definição de conceitos e conteúdo de formação teórica da grande área, a Comunicação Social, e, em alguns momentos, as particularidades no Jornalismo. Esta disciplina introduz o aluno no universo da Comunicação Social na discussão de suas especificidades como campo teórico e profissional. Campo teórico presente ainda na disciplina Teoria da Comunicação I e II em que as diversas discussões, linhas e tendências teóricas são apresentadas visando o aprofundamento das linhas teóricas sobre a Comunicação como campo próprio e autônomo de pesquisa. Semiótica, Ciência Política, Comunicação e Expressão, Filosofia, Metodologia de Pesquisa,

Economia, Formação Sociocultural e Ética I e II complementam, ao longo do curso, a formação teórico-conceitual do aluno, com um enfoque fortemente multidisciplinar. A preocupação com a consistência teórica e com a familiarização, domínio e uso dos conceitos inerentes à formação acadêmica, inserido no campo da Comunicação, e bom desempenho profissional é constante nos programas de ensino de todas as disciplinas.

Algumas disciplinas conceituadas estão voltadas fortemente para o conhecimento teórico que antecede à prática jornalística, por compreender que elas embasam, apuram o olhar crítico e promovem a formação do cidadão jornalista. Neste sentido, disciplinas como Teorias do Rádio, Estética da Comunicação, Ética e Legislação do Jornalismo, História da Fotografia, Sociologia Geral e da Comunicação, Teorias do Jornalismo, Pesquisa em Comunicação têm a preocupação em propor uma forte base teórica não desvinculando a missão acadêmica de iluminar a prática. Desta forma, todas as disciplinas específicas ou profissionalizantes possuem base teórica em acordo com as diretrizes curriculares que prevêem em seu perfil comum sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas e a suas inserções culturais, políticas e econômicas; habilidade em refletir a variedade e a mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo.

Todas as disciplinas teóricas e teórico-práticas estão embasadas neste projeto pedagógico, para resultar num nível de aprendizagem dos alunos que os estimulem à educação constante, à capacidade de interpretação e intervenção nos acontecimentos, à criatividade na resolução de problemas, à flexibilidade para o trabalho em equipe e à compreensão profunda dos códigos deontológicos e éticos firmados pela categoria de jornalistas

3.6.2 Conteúdos Analíticos e Informativos sobre a atualidade e embasamento com a prática para o mercado

Previstos nas ementas e programas de ensino de disciplinas que abrangem os conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade – e ancorados por forte indicação bibliográfica neste sentido – a análise e as informações sobre o que existe (além do que se está estudando nas academias e se processando no mercado de trabalho) de mais atual em

Jornalismo e em constante discussão em sala de aula. A maior parte desses professores frequenta cursos de Mestrado e Doutorado nos programas de pós-graduação das mais respeitadas instituições de ensino do país e, em razão desse processo contínuo de reciclagem e contato permanente com estudiosos e profissionais de outras escolas e do mercado de trabalho, trazem essa preocupação reflexiva para sala de aula. As disciplinas primam pelos conteúdos analíticos e pela análise da atualidade. É o caso de Formação Sociocultural e Ética I e II, Filosofia, Ciência Política, Mercado da Comunicação, Sociologia Geral e da Comunicação e Tendências para o Jornalismo.

Destarte, o corpo docente do Curso de Bacharelado em Jornalismo entende que a base reflexiva, analítica sobre a atualidade deve capacitar para a intervenção, para o agir. É por isso que está matriz pedagógica é privilegiada com disciplinas como Empreendedorismo que visa à formação de profissionais empreendedores, aptos a visualizar mercados potenciais de atuação, bem como a atuar estrategicamente no lançamento e propostas de produtos editoriais; Inglês e Espanhol, que buscam fornecer a leitura instrumental e contato com essas línguas estrangeiras que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido, uma vez que se busca formar o acadêmico para atuação em diferentes mercados, que carregam necessidades próprias; Comunicação Organizacional I e II, Assessoria de Imprensa e Comunicação Pública, visando à formação de profissionais para a gerência dos departamentos de comunicação de empresas públicas, privadas ou de terceiro setor. A forte vinculação do curso à compreensão teórica e às linguagens das novas mídias encontram-se presentes desde as disciplinas fundamentais como Mercado da Comunicação, às específicas como Jornalismo e Internet, Web jornalismo, Linguagem Visual e Criação, Técnicas Fotográficas, Fotojornalismo, Produção em Rádio, Projetos Especiais Sonoros, Radiojornalismo, Telejornalismo I e II, Narrativas audiovisuais, Jornalismo de Banco de Dados e Produção Multimídia. As referidas disciplinas estão vinculadas a projetos laboratoriais imprescindíveis para a prática acadêmica: jornais eletrônicos, programas radiofônicos, Telejornais, Radiojornais, Agências de Notícia e demais projetos experimentais. Desta forma, prepara os alunos aos desafios de um mercado em crescente transformação, ao mesmo tempo que o jornalismo impresso mantém-se presente como prática nas disciplinas de Narrativas Jornalísticas, Técnica de Reportagem e Entrevista I e II, Planejamento Gráfico para Jornalismo, na produção de jornais tabloides e revistas.

Por meio das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, serão realizadas atividades de aprendizagem pré-profissional exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano, sob a responsabilidade de coordenação do Colegiado do Curso de Jornalismo. Ressalta-se que o Estágio não deve ser confundido com mera antecipação do estudante no mercado de trabalho e, em hipótese alguma, o acadêmico estagiário substituirá o jornalista profissional no campo de estágio.

Na disciplina de Projetos Experimentais em Jornalismo (PEJ's), os alunos compreenderão e cumprirão com todas as etapas envolvidas na produção de trabalhos relacionados à área da Comunicação e do Jornalismo, que podem ser apresentados em forma de monografia (abrangendo também outras temáticas da área da comunicação que sejam de interesse do Jornalismo) ou peça jornalística acompanhada de memorial descritivo, em caráter científico. Os Projetos Experimentais em Jornalismo constituem um trabalho de pesquisa científica do tipo monográfico ou produção jornalística, resultante de uma investigação científica, acompanhada de memorial descritivo, também com características de cientificidade, cujo objetivo é permitir ao aluno correlacionar e aprofundar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do curso, e cuja temática deve ser por ele definida. Como forma de prepará-los para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que ocorre na disciplina de PEJ's, o curso oferta ainda a disciplina de "Pesquisa em Comunicação", visando despertar no acadêmico o interesse pela pesquisa acadêmica que, não obstante, pode confluir com sua prática profissional.

3.6.3 Conteúdos de Linguagens, Técnicas e Tecnologias Midiáticas

Partindo do pressuposto básico de que a Universidade é o grande fórum de discussão amplificada de temáticas pertinentes ao exercício de profissões, além do desenvolvimento e repasse de novos conhecimentos, torna-se elementar pressupor que os programas de ensino de todo e qualquer curso primem pela formação humanística, com consistência teórica, discussão e consolidação de conceitos, análise e pesquisa, contato estreito com o mercado de trabalho e com outras escolas congêneres para se ensinar em sala de aula tudo o que há de novo na academia e no mercado de trabalho.

Não fosse a preocupação com a formação humanística, cultural e ética, a Universidade perderia sua função de geradora de massa crítica e cidadania e passaria a ser mera “instrutora do fazer mecânico”. É evidente que o papel que lhe é atribuído é muito mais que transformar alunos em meros operadores de máquinas e equipamentos tecnológicos. A Universidade tem por função primordial capacitar seus alunos a serem agentes de transformação da realidade e não apenas uns meros reprodutores do status quo determinado pela elite dominante. A Universidade pauta-se também na máxima de que “a melhor forma de alguém extrapolar ou transgredir regras é conhecê-las a fundo”.

Assim, além de toda a preocupação – e preparação – em termos de conteúdos teóricos, conceituais, críticos, analíticos, estéticos e éticos, ela também se pauta no ensino de técnicas e domínio de tecnologia que possam garantir a seus alunos o exercício de funções dentro do jornalismo, nas quais elas sejam exigidas. Algumas disciplinas de formação básica e praticamente todas de formação específica privilegiam o ensino da linguagem, de técnicas específicas e de domínio da tecnologia de ponta dentro de suas especificidades. Disciplinas como Computação Gráfica I e II, Técnicas Fotográficas, Pauta e Produção Jornalísticas, Narrativas Jornalísticas, Técnicas de Reportagem e Entrevista I e II, Planejamento Gráfico para Jornalismo, Fotojornalismo, Projetos Especiais Sonoros, Radiojornalismo, Telejornalismo I e II, Web jornalismo, Jornalismo e Internet, Produção Multimídia, Jornalismo de Banco de Dados têm forte carga de linguagem, técnicas e tecnologia em seus planos de ensino. Compreende-se que tais disciplinas não trabalham a “tecnologia” somente como requisito técnico para a construção de materiais jornalísticos, antes, asseveram como a tecnologia é fundante das práticas jornalísticas contemporâneas. Sendo assim, almejam levar o acadêmico a compreender como o desenvolvimento, processos, instrumentos e práticas tecnológicas são constitutivas do fazer jornalístico em suas diferentes possibilidades.

3.6.4 Conteúdos Éticos e Políticos

Um dos mais importantes quesitos que o Curso de Bacharelado em Jornalismo prioriza para a contratação de novos professores é a averiguação (referências) de seu comportamento e procedimentos éticos na academia e no mercado de trabalho. Ética é prioridade absoluta por parte da escola e de seus professores em ambas as habilitações.

Apesar da existência de uma disciplina específica que trata de ética na/da profissão, Ética e Legislação do Jornalismo, todos os professores são orientados a tratarem de assuntos pertinentes à moral e à ética em suas disciplinas.

A formação política é uma das mais importantes preocupações do curso. Seu projeto pedagógico considera a formação política o ápice de uma preparação que prevê conhecimentos de Filosofia, Ciência Política, Economia, Formação Sociocultural e Ética I e II, Sociologia Geral e da Comunicação, Comunicação Pública ministrados em disciplinas de formação básica, somados às informações parciais, mas inerentes ao conjunto e obtidas nas disciplinas de caráter específico.

O ambiente de trabalho do jornalista é predominantemente político. Mas não é só para vencer os desafios do mercado de trabalho que o curso prepara politicamente seus alunos. Ele o faz no intuito de que os mesmos sejam cidadãos críticos, politicamente corretos e exerçam com criticidade e competência seu papel de agentes transformadores da sociedade.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO

1º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Ciência Política	40
Computação Gráfica I	80
Comunicação e Expressão	80
Empreendedorismo	80
História da Fotografia	40
Mercado da Comunicação	40
Teorias do Rádio	40
TOTAL	400
2º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA

Computação Gráfica II	80
Introdução à Comunicação Social	80
Linguagem Visual e Criação	80
Metodologia de Pesquisa	40
Produção em Rádio	80
Técnicas Fotográficas	40
TOTAL	400
3º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Estética da Comunicação	40
Ética e Legislação do Jornalismo	40
Filosofia	40
Fotojornalismo	80
Inglês	40
Pauta e Produção Jornalísticas	80
Radiojornalismo	40
Teoria da Comunicação I	40
TOTAL	400
4º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Comunicação Organizacional I	40
Economia	40
Formação Sociocultural e Ética I	40
Narrativas Jornalísticas	80
Projetos Especiais Sonoros	80
Semiótica	40
Sociologia Geral e da Comunicação	40
Teoria da Comunicação II	40

TOTAL	400
5º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Comunicação Organizacional II	40
Comunicação Pública	40
Espanhol	40
Jornalismo e Internet	80
Técnicas de Reportagem e Entrevista I	80
Telejornalismo I	80
Teorias do Jornalismo	40
TOTAL	400
6º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Pesquisa em Comunicação	80
Planejamento Gráfico para Jornalismo	80
Técnicas de Reportagem e Entrevista II	80
Telejornalismo II	80
Web jornalismo	80
TOTAL	400
7º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Jornalismo de Banco de Dados	80
Narrativas audiovisuais	80
Produção Multimídia	80
Estágio Supervisionado I	180
Trabalho de Conclusão de Curso – PEJ I	120

TOTAL	540
8º SEMESTRE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Assessoria de Imprensa	80
Formação Sociocultural e Ética II	80
Tendências para o Jornalismo	80
Estágio Supervisionado II	180
Trabalho de Conclusão de Curso – PEJ II	120
TOTAL	540
LIBRAS (opcional)	80

RESUMO – COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS/OPTATIVO

RESUMO	Carga Horária (h/a - 50min)	Equivalência em (hora - 60min)
Carga Horária de Disciplinas	2.880	2.400
Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso - PEJ	240	200
Carga Horária de Estágio Supervisionado	360	300
Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares	180	150
Total de Horas Obrigatórias do Curso (h/a) - Integralização	3.660	3.050
Libras (opcional)	80	67

*DCN – 3.000 horas - RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

2.9 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares do curso possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso. Conforme a determinação das Diretrizes Curriculares para os cursos de **bacharelado em Jornalismo**, a estrutura curricular de formação generalista foi montada considerando os conteúdos básicos e específicos da área do curso, e também de forma a atender os requisitos legais com relação à abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, dos direitos humanos e das relações étnico-raciais.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

1º SEMESTRE

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA

Ementa: A transformação na sociedade: formas e ordenamento jurídico-constitucional do Estado em geral e do Estado brasileiro em particular. Histórico do desenvolvimento da Ciência Política. Desenvolvimento da sociedade política, o fenômeno do Poder do Estado e as Instituições básicas da Ciência Política.

Bibliografia Básica:

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2013

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB Maluf, Sahid, 1993

Bibliografia Complementar:

WAGNER, Adolfo. **Curso de ciência política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. **Ciência política**. São Paulo: Vestcon, 2005.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. São Paulo: Globo, 1995.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do estado e ciência política**. São Paulo: Celso Bastos, 2004.

Maluf, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1999.

Disciplina: COMPUTAÇÃO GRÁFICA I
Ementa: Introdução à computação gráfica. Ferramentas de computação gráfica Softwares de edição de texto e imagem. Introdução à editoração eletrônica. Edição e manipulação de imagens
Bibliografia Básica:
HORIE, Ricardo Minoru; PEREIRA, Ricardo Pagemaker. 300 super dicas de editoração, design e artes gráficas. São Paulo: SENAC, 2004.
PRIMO, Lane. Estudo dirigido de CorelDraw X4 em português. São Paulo: Érica, 2008
MATSUMOTO, Elia Yathie. AutoCAD 2005 guia prático 2D& 3D. São Paulo: Érica, 2004.
Bibliografia Complementar:
ALVES, William Pereira. CORELDRAW X3: ilustrações profissionais. São Paulo: Érica, 2007.
COLLARO, Antonio Celso. Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação. São Paulo: Summus, 2006.
FURMANKIEWICZ, Edson. Adobe photoshop CS4: classroom in a book: guia oficial de treinamento. Porto Alegre: Bookman, 2009.
WITKOWSKI, Mark; BOYLE, Trish; TORTELLO, João Eduardo Nóbrega. Adobe INDESIGN: planejamento, projeto e produção gráfica: completo e total. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.
SILVA, Rafael Souza. Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985.

Disciplina: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
Ementa: Elementos práticos para a análise (leitura e interpretação) e a produção de gêneros textuais acadêmicos (capítulos de livro, resposta argumentativa, projeto de pesquisa e artigo científico). Textualidade e à adequação de linguagem à esfera acadêmica (variações de linguagem e registro formal). Os gêneros acadêmicos na perspectiva da oralidade: organização de seminários e apresentações orais de trabalhos acadêmicos.
Bibliografia Básica:
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.
VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
SANTAELLA, Lucia. Corpo e comunicação: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.
INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
NICOLA, José de. Língua, literatura & Produção de textos. São Paulo: Scipione, 2010.
GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.

<u>Disciplina:</u> EMPREENDEDORISMO
Ementa: O negócio e suas modalidades. A importância do empreendedor e do empreendedorismo na geração de novos negócios. O valor da criatividade e inovação para os diferentes mercados. Histórico, conceitos e características do comportamento empreendedor. Bases conceituais e práticas para a elaboração do plano de negócios.
<u>Bibliografia Básica:</u>
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas, um guia compreensivo para iniciar e tocar seu próprio negócio. São Paulo: Saraiva 2008.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de Empreendedorismo e Gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2007.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
AIDAR, Marcelo Marinho; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; MASCARENHAS, André Ofenhejm. Empreendedorismo. São Paulo: Thomson 2007.

CECCONELLO, Antonio Renato. **A construção do plano de negócios**: percurso metodológico para caracterização da oportunidade ,estruturação do projeto conceptual, compreensão do contexto, definição do negócio, desenvolvimento da estratégia, dimensionamento das operações, projeção de resultados, análise de viabilidade. São Paulo: Saraiva, 2008.

SALIM, Cesar Simões. **Construindo planos de empreendimentos**: negócios lucrativos, ações sociais e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; MAZZEI, Bianca Burdini; PARDO, Paulo. **Administração empreendedora e qualidade**. Maringá: (s.n.), 2013.

FERREIRA, Manuel Portugal. SANTOS, João Carvalho. SERRA, Fernando Ribeiro. **Ser Empreendedor**. São Paulo: Saraiva 2010.

Disciplina: HISTÓRIA DA FOTOGRAFIA

Ementa: História da fotografia: técnica e estética. O material sensível. A câmera fotográfica. Apreciação fotográfica: fotógrafos através da história. Reflexões sobre a fotografia: Introdução à filosofia da imagem

Bibliografia Básica:

ANG, Tom. **Fotografia digital**: uma introdução. São Paulo: SENAC, 2007.

GREY, Christopher. **Iluminação em estúdio**: técnicas e truques para fotógrafos digitais. Santa Catarina: Photos, 2011.

HEDGECOE, John. **O novo manual de fotografia**. São Paulo: SENAC, 2007.

Bibliografia Complementar:

SHORT, Maria. **Contexto e narrativa em fotografia**. São Paulo: GG Brasil, 2013.

ADAMS, Ansel. **A câmera**. São Paulo: Senac, 2007.

BERGER, Jhon. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FONTCUBERTA, Joan. **A câmara de Pandora**. São Paulo: G.Gilli, 2012.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

Disciplina: MERCADO DA COMUNICAÇÃO

Ementa: Áreas de atuação na/da Comunicação. A indústria cultural do Brasil no mercado mundial. Diferentes tipos de públicos. A especificidade dos novos veículos e mídias. A globalização da Comunicação: mercados homogêneos x identidades nacionais. O local e o global.

Bibliografia Básica:

DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização.** São Paulo: Ed.Loyola, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação:** conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:

HURST, Benice. **Manual de técnicas de comunicação.** São Paulo: Litera Mundi, 2008.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2014.

SARAIVA, Enrique. **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PINHO, José Benedito. **Jornalismo na Internet:** planejamento e produção online. São Paulo: Summus, 2003.

MALANDRO, Loretta A. **Estratégias de comunicação:** a linguagem dos líderes. São Paulo: Phorte, 2004.

Disciplina: TEORIAS DO RÁDIO
Ementa: História do rádio no Brasil e no mundo. Evolução da tecnologia radiofônica. O rádio como mídia na contemporaneidade: conceitos, técnicas, evolução e desenvolvimento. O rádio e/na internet. Linguagem e estética do rádio.
Bibliografia Básica:
FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: teoria e prática. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2014.
MCLEISH, Robert; SILVA, Mauro. Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 1999.
BARBOSA FILHO, André. Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas de áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.
Bibliografia Complementar:
CÉSAR, Cyro. Como falar no rádio: prática de locução AM/FM. São Paulo: Summus, 2009.
CESAR, Cyro. Rádio: a mídia da emoção. São Paulo: Summus, 2005.
CHANTLER, Paul. Radio jornalismo. São Paulo. Ed. Roca, 2007.
KOPPLIN, Elisa; FERRARETTO, Luiz Artur. Técnica de redação radiofônica. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1992.
SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. Rádio: oralidade mediatizada. São Paulo: Annablume, 1999.

2º SEMESTRE

Disciplina: COMPUTAÇÃO GRÁFICA II
Ementa: Técnicas de diagramação e expressão visual. Emprego adequado das cores e formas nas expressões visuais em impressos e web.
Bibliografia Básica:
HORIE, Ricardo Minoru; PEREIRA, Ricardo Pagemaker. 300 super dicas de editoração, design e artes gráficas. São Paulo: SENAC, 2004.
PRIMO, Lane. Estudo dirigido de CorelDraw X4 em português. São Paulo: Érica, 2008.
MATSUMOTO, Elia Yathie. AutoCAD 2005 guia prático 2D & 3D. São Paulo: Érica, 2004.
Bibliografia Complementar:

ALVES, William Pereira. CORELDRAW X3: ilustrações profissionais . São Paulo: Érica, 2007.
COLLARO, Antonio Celso. Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação . São Paulo: Summus, 2006.
FURMANKIEWICZ, Edson. Adobe photoshop CS4: classroom in a book: guia oficial de treinamento . Porto Alegre: Bookman, 2009.
WITKOWSKI, Mark; BOYLE, Trish; TORTELLO, João Eduardo Nóbrega. Adobe INDESIGN: planejamento, projeto e produção gráfica: completo e total . São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.
SILVA, Rafael Souza. Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa . São Paulo: Summus, 1985.

Disciplina: INTRODUÇÃO À COMUNICAÇÃO SOCIAL
Ementa: História dos meios de comunicação. Definições e modelos de processos de comunicação. A importância da mídia e de seus instrumentos para a configuração da sociedade atual nos seus diversos campos - cultural, econômico, político e social. Estruturas sociais e os mecanismos que interferem na função da comunicação como meio de propagação de valores e ideias. A relevância dos meios de comunicação de massa em uma sociedade de consumo.
Bibliografia Básica:
FLUSSER, Vilém. O mundo codificado: por uma filosofia da comunicação . São Paulo: COSAC, 2007.
MORAES, Denis. Sociedade midiaticizada . Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
DEFLEUR, Melvin Lawrence. Teorias da comunicação em massa . Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
Bibliografia Complementar:
BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade . São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria da comunicação- Ideias, conceitos e métodos . Petrópolis: Vozes, 2014.
COSTA, Maria Cristina Castilho. Gestão da comunicação . São Paulo: Atlas, 2006.
DIZARD JR., Wilson; JORGE, Edmond. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHOMSKY, Noam. **Mídia propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013

Disciplina: LINGUAGEM VISUAL E CRIAÇÃO

Ementa: Introdução à semiótica. Análise de imagens e produções midiáticas. Técnicas aplicadas à direção de arte em produtos comunicacionais. Conceitos e funções da comunicação visual e de imagens digitais. Apresentação do processo de criação de marcas, ilustrações, composição de peças e layouts para meios impressos e eletrônicos.

Bibliografia Básica:

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto:** sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras, 2004.

MUNARI, Bruno; SANTANA, Daniel. **Design e comunicação visual:** contribuição para uma metodologia didática. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PÚBLIO, Marcelo Abílio. **Como planejar e executar uma campanha de propaganda**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Rafael. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

DONDIS, Donis A.; CAMARGO, Jefferson Luiz. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MEMÓRIA, Felipe. **Design para a internet:** projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PEREZ, Clotilde. **Signos da marca:** expressividade e sensorialidade. São Paulo: Thomson 2004.

RANDAZZO, Sal; BACKER, Bill; FONDELLI, Mario. **A criação de mitos na publicidade:** como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA
<p>Ementa: Normatização de Trabalhos Acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; Etapas para elaboração de diferentes modalidades de Trabalhos Científicos; Aspectos ético-legais em pesquisa científica; A propriedade intelectual em pesquisas; Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso. Elaboração de relatório de pesquisa. Diferentes metodologias para elaboração de trabalhos científicos.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p>
<p>SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. São Paulo: McGrawHill, 2006.</p>
<p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos da Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2004.</p>
<p>MATIAS- PEREIRA, José. Manual de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2012.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p>
<p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.</p>
<p>PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. de. Projeto de pesquisa – o que é? Como fazer?: Um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d'Água. 2006.</p>
<p>MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes.</p>
<p>FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2006.</p>
<p>LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.</p>

Disciplina: PRODUÇÃO EM RÁDIO
<p>Ementa: A linguagem e estética do rádio. A locução: técnicas e exercícios. Técnicas de redação, produção, gravação e edição de diferentes gêneros radiofônicos. Programas Radiofônicos: estrutura e produção. Funções na produção de programas para o rádio. Roteiro e script de programas radiofônicos.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p>
<p>FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: teoria e prática. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.</p>

MACLEISH, Robert; SILVA, Mauro. Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 1999.
BARBOSA FILHO, André. Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas de áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
CÉSAR, Cyro. Como falar no rádio: prática de locução AM/FM. São Paulo: Summus, 2009.
CESAR, Cyro. Rádio: a mídia da emoção. São Paulo: Summus, 2005.
CHANTLER, Paul. Radio jornalismo. São Paulo. Ed. Roca, 2007.
KOPPLIN, Elisa; FERRARETTO, Luiz Artur. Técnica de redação radiofônica. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1992.
SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. Rádio: oralidade mediatizada. São Paulo: Annablume, 1999.

<u>Disciplina:</u> TÉCNICAS FOTOGRÁFICAS
Ementa: O uso do equipamento fotográfico: analógico e digital. Composição e enquadramento. Noções de iluminação. Exercícios práticos. Introdução à técnica: exposição, latitude, profundidade de campo. Desenvolvimento da linguagem: ensaios, edição, exposição.
<u>Bibliografia Básica:</u>
ANG, Tom. Fotografia digital: uma introdução. São Paulo: SENAC, 2007.
GREY, Christopher. Iluminação em estúdio: técnicas e truques para fotógrafos digitais. Santa Catarina: Photos, 2011.
Hedgecoe, John. O novo manual de fotografia. São Paulo: SENAC, 2007.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
SHORT, Maria. Contexto e narrativa em fotografia. São Paulo: GG Brasil, 2013.
ADAMS, Ansel. A câmera. São Paulo: Senac, 2007.
BERGER, Jhon. Modos de ver. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
SIMMONS, Mike. Como criar uma fotografia. São Paulo: Gilli, 2015.
DUBOIS, Philippe; APPENZELLER, Marina. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papyrus, 2001.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTÉTICA DA COMUNICAÇÃO

Ementa: O conceito de estética e de arte. A arte como sistema de significação. Estética e reprodutibilidade técnica. Comunicação e Arte. Dimensões estéticas da comunicação social. Comunicação, percepção e estética. Os meios de comunicação e a reprodução da obra de arte. Mídia, criação e padronização estética. A produção artística e os meios de comunicação de massa no Brasil. Estética da comunicação e das novas mídias. Comunicação, informação e contrainformação: arte como ato de resistência. Crítica da cultura e da arte.

Bibliografia Básica:

JANSON, H.W. **Iniciação á história da arte.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Maria das Graça Vieira Proença dos. **História da arte.** São Paulo: Ática, 2012.

GOMBRICH, E.H. **Gombrich essencial.** Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Bibliografia Complementar:

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea: uma história concisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUMONT, Jacques. **A imagem.** São Paulo: Papyrus Editora, 1990.

BAITELLO, Norval. **A era da iconofagia.** São Paulo: Hacker, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

ECO, Umberto. **História da beleza.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

Disciplina: ÉTICA E LEGISÇÃO NO JORNALISMO

Ementa: Conceituação de verdade, ética, moral e direito. O trabalho e postura profissional do profissional de comunicação no mercado e sua responsabilidade para com o uso da comunicação na sociedade. Legislação pertinente ao profissional jornalista. O Código Brasileiro de Telecomunicações. O direito à informação. Leis que regem a imprensa. Direitos e deveres do jornalista: sua responsabilidade civil e seu papel social. Análise de casos polêmicos envolvendo a lei e a ética no jornalismo.

Bibliografia Básica:

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 2002.

SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo. Ética . 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
SUNG, Jung Mo. Conversando sobre ética e sociedade . Petrópolis: Vozes, 2000.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
CENEVIVA, Walter. Publicidade e direito do consumidor. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa . São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
BERTRAND, Claude- Jean. A deontologia das mídias . Bauru: EDUSC, 1999.
LOPES, Boanerges. O que é acessoria de imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1999.
KARAM, Francisco José. Jornalismo, ética e liberdade . São Paulo: Summus, 1997.

<u>Disciplina:</u> FILOSOFIA
Ementa: Conceitos fundamentais da Filosofia na produção do Conhecimento Científico da Antiguidade Grega à Modernidade. A análise Filosófica dos processos histórico-sociais do conhecimento científico. Materialismo histórico e dialético como método.
<u>Bibliografia Básica:</u>
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.
CÉSAR, Constanza Terezinha M. Os filósofos através dos textos: de Platão a Sartre. São Paulo: Paulus, 1997.
CHAU, Marilena de Souza. Introdução a história da filosofia dos pré-socráticos a Aristóteles . São Paulo: Companhia das letras, 2005.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
KIM, Douglas; BUCKINGHAM, Will; BURNHAM, Douglas; HILL, Clive; KING, Peter J.; MARENBOON, John; WEEKS, Marcus. O livro da filosofia . São Paulo: Globo, 2011.
UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; FARIA, Jonas Silva. Filosofia . Maringá, 2014.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
STEGMULLER, Wolfgang. A filosofia contemporânea: introdução crítica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Temas de filosofia . São Paulo: Moderna, 2005.

DISCIPLINA: FOTOJORNALISMO

Ementa: A história do fotojornalismo. Desenvolvimento dos processos e linguagens. A perspectiva crítica. A utilização da fotografia em impressos jornalísticos. A trajetória profissional no fotojornalismo. O fotojornalismo na era digital. Ética e direito autoral.

Bibliografia Básica:

ANG, Tom. **Fotografia digital:** uma introdução. São Paulo: SENAC, 2007.

GREY, Christopher. **Iluminação em estúdio:** técnicas e truques para fotógrafos digitais. Santa Catarina: Photos, 2011.

HEDGECOE, John. **O novo manual de fotografia.** São Paulo: SENAC, 2007.

Bibliografia Complementar:

SHORT, Maria. **Contexto e narrativa em fotografia.** São Paulo: GG Brasil, 2013.

ADAMS, Ansel. **A câmera.** São Paulo: Senac, 2007.

BERGER, Jhon. **Modos de ver.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FONTCUBERTA, Joan. **A câmera de pandora.** São Paulo: G Gilli

DUBOIS, Philippe; APPENZELLER, Marina. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas: Papyrus, 2001.

DISCIPLINA: INGLÊS

EMENTA: Leitura e compreensão de textos em língua inglesa. Estrutura gramatical básica. Vocabulário de termos ligados à comunicação. Técnicas de leitura e prática da escrita em língua estrangeira. Visão panorâmica de estruturas gramaticais, lexicais e discursivas da Língua Inglesa, com ênfase em textos jornalísticos.

Bibliografia Básica:

UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; PARADISO, Silvio Ruiz. **Língua inglesa - I.** Maringá, 2016.

Swan, Michael. **Oxford English Grammar Course Intermediate.** São Paulo: Oxford do Brasil, 2011.

MILNER, Martin; WALTER, Catherine. **World english intro:** Real People, Real Places, Real Language. New York: National Geographic, 2010. Cengage Learning, 2010.

<u>Complementar:</u>
VINCE, Michael; EMMERSON, Paul. . First certificate language practice: english grammar and vocabulary. Oxford: Macmillan, 2003.
BOLTON, David; GOODEY, Noel. English Grammar in Steps. London: Richmond Publishing, 2003
MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of english. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
WITTE, Roberto Ewald. Business English: a practical approach. São Paulo: Saraiva, 2010.
BROWN, H. Douglas. Principles of Language Learning and Teaching. New York-USA: Longman, 2005.

<u>Disciplina:</u> PAUTA E PRODUÇÃO JORNALÍSTICA
Ementa: Introdução aos estudos do Jornalismo; Objetividade e isenção jornalística; A definição de notícia, hierarquização; A estrutura do lide noticioso tradicional e do lide noticioso moderno; pauta como planejamento da notícia; Elaboração e estruturação de pauta, utilizando-se das técnicas de pesquisa na coleta de informações; Análise dos critérios e procedimentos, observação direta e pesquisa de fontes pessoais e documentais e dos diversos tipos de investigação.
<u>Bibliografia Básica:</u>
PINTO, Ana Estela de Souza. Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo, Publifolha, 2007.
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto. São Paulo: Contexto, 2005.
MARTINS, Eduardo. Com todas as letras: o português simplificado. São Paulo: Moderna, c1999.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
FOLHA DE SÃO PAULO: Novo Manual da Redação. São Paulo: Publifolha, 2007.
PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.
NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer um jornal diário. São Paulo: Contexto, 2014.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001..

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas**: teoria, prática e experiência. Petrópolis: Vozes, 2006

Disciplina: RADIOJORNALISMO

Ementa: O rádiojornal. Funções na produção do rádiojornal. Gêneros radiofônicos: nota, entrevista, reportagem diferida e ao vivo. Roteiro e script de programas radiojornalísticos. Redação, produção e edição de radiojornais.

Bibliografia Básica:

MCLEISH, Robert; SILVA, Mauro. **Produção de rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 1999.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas de áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALTOÉ, Geraldo. **O rádio em Maringá**: o pionerismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação. São Paulo: Clichitec, 2007.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo**: produção, ética e Internet. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio**: prática de locução AM/FM. São Paulo: Summus, 2009.

KOPPLIN, Elisa; FERRARETTO, Luiz Artur. **Técnica de redação radiofônica**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1992.

PARADA, Marcelo; COSTA, André Luis, colab. **Rádio**: 24 horas de jornalismo. São Paulo: Panda, 2000.

Disciplina: TEORIA DA COMUNICAÇÃO I

Ementa: O processo comunicacional. Pesquisa norte-americana em comunicação: Teoria da Informação, Teoria Hipodérmica, Abordagem de superação à Teoria Hipodérmica, Modelo Comunicativa do Laswell, Funcionalismo, Agenda-Setting Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.

Bibliografia Básica:

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação:** paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle; ROUANET, Luiz Paulo. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 2006

MORRIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX.** Volume 1 Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica:** ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KELLNER, Douglas; BENEDETTI, Ivone Castilho. **A cultura da mídia: estudos culturais:** identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **História da comunicação.** São Paulo: Plêiade, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; GONZÁLEZ, Fidelina. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

4º SEMESTRE

Disciplina: ANTROPOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Ementa: A comunicação como fenômeno e fundamento da cultura. A cultura como processo civilizatório e sua função na mediação social. A estetização dos produtos midiáticos. A identidade nacional. Interações entre o global e o local. As conexões entre o campo midiático e a cidadania na perspectiva das identidades culturais e do conhecimento. Sociedades periféricas e as identidades híbridas. Estudos culturais Latino-americanos.

Bibliografia Básica:

MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade Midiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

DIÁZ BODENAVE, Juan E. **O que é comunicação.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação em massa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

PINTO, Virgílio Noya. **Comunicação e cultura brasileira.** São Paulo: Ática, 2003.

WACHOVWICZ, Ruy Cristovam. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 1988.

PERRY, Anderson. **As origens da pós- modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Disciplina: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL I

Ementa: Organizações: conceitos e características. O processo de comunicação nas organizações: conceitos básicos e abrangência. Gestão da Comunicação Organizacional Integrada. Planejamento de Comunicação Organizacional.

Bibliografia Básica:

ZITTA, Carmem. **Organização de eventos: da ideia a realidade.** Brasília: Senac, 2008.

UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CALICCHIO, Fátima Christina. **Comunicação e expressão.** Maringá, 2016.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação.** São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

KOPPLIN, Elisa. **Assessoria de imprensa: Teoria e prática.** Porto Alegre: Luzatto, 2000.

PRIMO, Alex. **Comunicação e interações.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder.** Brasília: São Paulo: UnB ; Imprensa Oficial, 2002.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa: como fazer.** São Paulo: Summus, 2003.

VERGILI, Rafael. **Relações públicas: mercado e redes sociais.** São Paulo: Summus, 2014.

Disciplina: ECONOMIA

Ementa: Principais conceitos e princípios das teorias macro e microeconômica. Causas e efeitos dos mecanismos econômicos para a compreensão da realidade social, política e econômica.

Bibliografia Básica:

FONTES, Rosa; RIBEIRO, Hilton; AMORIN, Airton; SANTOS, Gilnei. **Economia:** Um enfoque Básico e Simplificado. São Paulo: Atlas, 2010.

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia:** fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

Bibliografia Complementar:

GREMAUD, Amaury Patrick; LUQUE, Carlos Antonio; PINHO, Carlos Marques; PINHO, Diva Benevides; GARÓFALO, Gilson de Lima; CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de; BRAGA, Márcio Bobik; VASCONCELLOS, Marco Antonio. **Manual de introdução à economia.** São Paulo: Saraiva, 2008.

MOCHÓN MORCILLO, Francisco. **Princípios de economia.** São Paulo: Pearson Makron Books, 2008.

PARKIN, Michael; YAMAGAMI, Cristina. **Economia.** 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. **Economia.** São Paulo: McGraw-Hill, c1982

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina: FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA I

Ementa: Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações **étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena** e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das **políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.**

<u>Bibliografia básica:</u>
CONSTANTINO, Cristina Herold. Formação sociocultural e ética. Maringá: Cesumar, 2013.
VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 2013.
ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
<u>Bibliografia complementar</u>
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 2006.
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. São Paulo: Brasiliense, 1989.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
CHAUI, Marilena de Souza. Convite á filosofia. São Paulo: Ática, 2012.
PEREIRA, Adriana Camargo. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2011.

<u>Disciplina:</u> NARRATIVA JORNALISTICA
Ementa:
Teorias e elementos da narrativa. As narrativas jornalísticas para audiovisuais. Novas formas de narrativas nos ambientes virtuais. Etapas de produção audiovisual. Gêneros e formatos audiovisuais. Técnica, tecnologias e equipamentos na produção audiovisual.
<u>Bibliografia Básica:</u>
JORGE, Thais de Mendonça. Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2015.
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto. São Paulo: Contexto, 2005.
MARTINS, Ana Luiza. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015
<u>Bibliografia Complementar:</u>
PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.
FOLHA DE SÃO PAULO. Novo manual de redação. São Paulo: Publifolha, 2007.
MARQUES, José Nello. Perguntar Ofende! São Paulo: Disal, 2003.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas:** teoria, prática e experiências. Petrópolis: Vozes 2006.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazineo texto em revista.** São Paulo: Summus, 1996.

Disciplina: PROJETOS ESPECIAIS SONOROS

Ementa: Programas radiofônicos temáticos. Radiodocumentários. Rádio revista Debate radiofônico. Produções radiojornalísticas experimentais. Rádio e/na internet: projetos e experimentações.

Bibliografia Básica:

MCLEISH, Robert; SILVA, Mauro. **Produção de rádio:** um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 1999.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos:** os formatos e os programas de áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

ALTOÉ, Geraldo. **O rádio em Maringá:** o pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social. São Paulo: Clichetec, 2007.

Bibliografia Complementar:

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio:** o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

BARBOSA FILHO, André; PIOVESAN, Angelo; BENETON, Rosana. **Rádio:** sintonia do futuro. São Paulo: Paulinas, 2004.

CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio:** prática de locução AM/FM. São Paulo: Summus, 2009.

KOPPLIN, Elisa; FERRARETTO, Luiz Artur. **Técnica de redação radiofônica.** Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1992.

MOREIRA, Sônia Virginia. **Rádio no Brasil:** tendências e perspectivas. Brasília: UNB, 1999.

DISCIPLINA: SEMIÓTICA

Ementa: Ementa Fundamentos da Teoria dos Signos. A Teoria Geral dos Signos de Charles S. Peirce. Paradigmas estéticos e cultura de massa. Fenômenos estéticos da indústria cultural. Análise Semiótica das representações sígnicas: as linguagens verbal e icônica. A semiótica aplicada à arte. A semiótica e as teorias da significação e da interpretação: Semiótica, Semiologia e as bases lógica e lingüística. As práticas culturais, figurativas e de simbolização. Semiótica e mídia.

Bibliografia Básica:

SANTAELLA, L. **O que é semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto.** São Paulo: Ática, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAJOLO, Marisa; IANNI, Octavio. **Sociedade e linguagem.** Campinas: UNICAMP, 1997.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Diana L.P. **Teoria Semiótica do texto.** São Paulo: Ática, 2000.

MACHADO, Irene. **Escola de semiótica.** Cotia: Ateliê, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada.** São Paulo: Thompson, 2002.

SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiotica, midia.** Sao Paulo: Iluminuras, 1998.

SANTAELLA, L. **Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas.** São Paulo: Pioneira 2000

Disciplina: TEORIA DA COMUNICAÇÃO II

Ementa: Estudos Culturais Britânicos. O pensamento contemporâneo francês: Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Jean Baudrillard, Edgar Morin. Introdução aos Estudos Latino-Americanos de Comunicação.

Bibliografia Básica:

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 2006.

FRANÇA, V; MARTINO, I; HOHLFELDT, A. (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2003.

MORRIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX**. Volume 1 Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KELLNER, Douglas; BENEDETTI, Ivone Castilho. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; GONZÁLEZ, Fidelina. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

5º SEMESTRE

Disciplina: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL II

Ementa: Comunicação interna. Comunicação Institucional. Comunicação Mercadológica. A Comunicação Organizacional Digital.

Bibliografia Básica:

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2006.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. Barueri: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (org). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. Vol.1. São Paulo: Saraiva, 2009.

KUNSCH. Margarida M. Krohling (org). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. 2.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (org). **Comunicação organizacional**: linguagem, gestão e perspectivas. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREZ, Clotilde; BARBOSA, Ivan Santo (orgs). **Hiperpublicidade**: fundamentos e interfaces. Vol.1 São Paulo: Thomson Learning, 2007

Disciplina: COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Ementa: Comunicação pública: análise histórico-conceitual. Esfera Pública, Opinião Pública, Interesse Público. Princípios e processos da comunicação pública: relações públicas, propaganda, marketing e comunicação institucional. Poder, ideologia e meios de comunicação. A Comunicação Pública e as políticas públicas de Comunicação. A comunicação pública em órgãos governamentais e outras áreas de atuação. Mídias, visibilidade e imagem públicas. Pactos e disputas entre interesses públicos e privados.

Bibliografia Básica:

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação pública**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

Bibliografia Complementar:

CHIZOTTI, Antonio, **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, São Paulo : Cortez, 2001.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de Imprensa**: como fazer. São Paulo: Summus, 2003.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público: São Paulo: Atlas, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

DISCIPLINA: ESPANHOL
Ementa: Leitura e compreensão de textos em língua espanhola. Estrutura gramatical básica. Vocabulário de termos ligados à comunicação. Técnicas de leitura e prática da escrita em língua estrangeira.
Visão panorâmica de estruturas gramaticais, lexicais e discursivas da Língua Espanhola, com ênfase em textos jornalísticos.
Bibliografia Básica:
MARTIN, I.R. Síntesis: curso de lengua española: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010.
MILANI, E.M. Gramática de Espanhol para brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2006.
PICANÇO, D.C.L.; VILLALBA, T.K.B.. El arte de leer Español: ensino médio. Volume 1,2,3. Curitiba: Base Editorial, 2010.
Bibliografia Complementar:
MASIP, Vicente. Gramática Histórica Portuguesa e Espanhola: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003.
SEDYCIAS, João. O Ensino do Espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
COLOMER, T.; CAMPS, A. Ensinar a ler, ensinar a compreender. Porto Alegre: Artmed, 2002.
BURGOS, Manuel Aparício. Michaelis Espanhol Gramática Prática. São Paulo: Melhoramentos, 2013.
MICHAELLIS Dicionário Escolar Espanhol/Portugues. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

Disciplina: JORNALISMO E INTERNET
Ementa: História da internet. Teorias e cultura do ciberespaço. O real e o virtual. A World Wide Web. Hipertexto. Hipermídia. Redes sociais e internet nas transformações do jornalismo, da arte, da política e do comportamento. O público e o privado na era da internet. Pesquisa, apuração, redação e edição de materiais para a web.
Bibliografia Básica:

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura.** São Paulo: Paulus, 2003.

FRANCO, Guillermo. **Como escrever para web.** Estados Unidos: Knight Center, 2008.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo on-line - modos de fazer.** São Paulo: Sulina, 2009.

Bibliografia Complementar:

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital.** São Paulo: Contexto, 2003.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

PALACIOS, Marcos; MACHADO, Elias. (Org.). **Modelos de jornalismo digital.** Salvador: Calandra, 2003.

RODRIGUES, Bruno. **Webwriting: redação e informação para a web.** São Paulo: Brasport, 2006.

KRUG, Steve. **Não me faça pensar!: Uma abordagem do bom senso à navegabilidade da WEB.** São Paulo: Market Books, 2001.

Disciplina: TÉCNICAS DE REPORTAGEM E ENTREVISTA I

Ementa: A reportagem; O texto de opinião; O artigo; A crônica; O editorial; O ombudsman; A crítica de mídia; produção de gêneros opinativos e interpretativos; Jornal eletrônico

Bibliografia Básica:

PINTO, Ana Estela de Souza. **Jornalismo Diário: Reflexões, Recomendações, Dicas e Exercícios.** Publifolha, 2009.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto.** São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Eduardo. **Com todas as letras: o português simplificado.** São Paulo: Moderna, 1999.

Bibliografia Complementar:

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual de redação.** São Paulo: Publifolha, 2007.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnicas: as técnicas do jornalismo.** São Paulo: Ática, 1990.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências.** Petrópolis: Vozes 2006.

AMARAL, LUIZ. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

Disciplina: TELEJORNALISMO I

Ementa: História da televisão: a evolução da tecnologia até a TV digital. A televisão como meio de comunicação de massa. A linguagem da televisão. O telejornal. As funções na produção do telejornal. Gêneros jornalísticos para telejornal: nota, nota pelada, entrevista, reportagem diferida e ao vivo, stand-up. Roteiro e script de programas telejornalísticos. Redação, produção e edição de telejornais.

Bibliografia Básica:

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas Papyrus, 2005.

PATERNOSTRO, Vera Iris, 1953. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

Bibliografia Complementar:

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ALMEIDA, Cândido José Mendes de, ARAÚJO, Maria Elisa. **As perspectivas da televisão brasileira ao vivo**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BUCCI, Eugênio. **A TV aos 50. Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

Jornal Nacional: a notícia faz história. Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SQUIRRA, S. **Aprender Telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DISCIPLINA: TEORIAS DO JORNALISMO

Ementa: Princípios teóricos dos estudos do jornalismo: das concepções clássicas às tendências contemporâneas. Análise crítica das teorias vigentes no jornalismo. Teoria e práxis jornalística. Reflexão sobre os meios e veículos de comunicação de massa. A recepção no jornalismo. Aspectos sociopolíticos e econômicos como influenciadores do futuro do jornalismo. Fato, acontecimento e notícia. A natureza do conhecimento jornalístico. A

estrutura do campo jornalístico. A identidade e os mitos do jornalista. Poder e responsabilidade social. A espetacularização da notícia.

Bibliografia Básica:

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: de Norte a Sul. São Paulo: Edusp, 2002

MARQUES DE MELO. José. **Teoria do Jornalismo. Identidades Brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

Bibliografia Complementar:

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLFF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ABRAMO, Claudio. **A Regra do Jogo**: O Jornalismo e a Ética do Marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Teorias da Comunicação em Jornalismo**. Reflexões sobre a mídia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERGER, Christa; MARROCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006

6º SEMESTRE

Disciplina: PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

Ementa: Discutir os eixos de Comunicação, Pesquisa e Metodologia. O campo científico em comunicação. Referenciais teórico-metodológicos interdisciplinares na pesquisa em comunicação. A Ressignificação dos paradigmas em Comunicação Social. Objeto de investigação, Metodologia e opções metodológica. Discurso científico e Produção científica.

Bibliografia Básica:

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

<u>Bibliografia Complementar:</u>
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . Lisboa: Ed. 70. 1988
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . Petrópolis: Vozes. 2003
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1996.
LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MELO, José Marques de; MOREIRA, Sonia Virgínia; BRAGANÇA, A, Aníbal (orgs). Pensamento comunicacional brasileiro . São Paulo: Intercom. 2005.
KOCHE, José Carlos . Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 32 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

<u>Disciplina:</u> PLANEJAMENTO GRÁFICO PARA JORNALISMO
Ementa: Criação e diagramação de layouts para meio impresso e eletrônico. Noções sobre tratamento e edição de ilustrações e fotografias, editoração e diagramação de textos. Ferramentas de produção, edição e diagramação de textos. Ferramenta e tratamento de fotografias e ilustrações. Ferramenta de produção gráfica para vetorização.
<u>Bibliografia Básica:</u>
FIDALGO, João Carlos de Carvalho. Diagramação com InDESIGN CS4 . São Paulo: Editora Érica, 2009. 288 p.
OLIVEIRA, Marina. Produção Gráfica para Designers . Rio de Janeiro 2002.
SILVA, Rafael Souza. Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa . São Paulo: Summus, c1985.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
FERNADES, Amaury. Fundamentos de produção gráfica: para quem não é produtor gráfico . Rio de Janeiro: Rubio, 2003.
BOAS, André Villas. Produção gráfica para designers . São Paulo: 2AB Editora, 2015.
WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: princípios de design e tipografia para iniciantes . São Paulo: Callis, 2013.
AMBROSE, Gavin. Dicionário visual do design gráfico . Porto Alegre: Bookman, 2009.

SAMARA, Timothy. **Guia de tipografia**: manual prático para uso de tipos no design gráfico. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Disciplina: TÉCNICAS DE REPORTAGEM E ENTREVISTA II

Ementa: Prática de reportagem. Newjournalism; Jornalismo literário; Edição jornalística; Jornalismo de revista; Livro-reportagem; Produção editorial impressa.

Bibliografia Básica:

PINTO, Ana Estela de Souza. **Jornalismo Diário**: Reflexões, Recomendações, Dicas e Exercícios. Publifolha, 2009.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **A arte de escrever bem**: um guia para jornalistas e profissionais do texto. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Eduardo. **Com todas as letras**: o português simplificado. São Paulo: Moderna, 1999.

Bibliografia Complementar:

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 2007.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnicas**: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas**: teoria, prática e experiências. Petrópolis: Vozes 2006.

AMARAL, LUIZ. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

Disciplina: TELEJORNALISMO II

Ementa: Formatos e experimentações em telejornalismo. Programas temáticos. Documentário. Institucional. Revista. Debate. Produção de telejornalismo experimental. Gêneros jornalísticos audiovisuais para diferentes mídias.

Bibliografia Básica:

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas Papyrus, 2005.

PATERNOSTRO, Vera Iris, 1953. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

REZENDE, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial . São Paulo: Summus, 2000.
Bill, Nichols. Introdução ao documentário . Campinas Papirus, 2005.
Paternostro, Vera Iris, 1953. O texto na TV: manual de telejornalismo . Rio de Janeiro: Campus, 1999.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
Bial, Pedro. Roberto Marinho . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
ALMEIDA, Cândido José Mendes de, ARAÚJO, Maria Elisa. As perspectivas da televisão brasileira ao vivo . Rio de Janeiro: Imago, 1995.
BUCCI, Eugênio. A TV aos 50 . Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
Jornal Nacional: a notícia faz história . Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
SQUIRRA, S. Aprender Telejornalismo . São Paulo: Brasiliense, 1995.

<u>Disciplina:</u> WEBJORNALISMO
Ementa: O conceito de webjornalismo. Os formatos multimídia para a web. Cobertura em tempo real para a Web. Produção de reportagens e materiais multimídia para a Agência de Notícias do curso.
<u>Bibliografia Básica:</u>
BRIGGS, Mark. Jornalismo 2.0: Como Sobreviver e prosperar . Estados Unidos: Knight Center, 2007.
FRANCO, Guillermo. Como escrever para web . Estados Unidos: Knight Center, 2008.
HERLANDER, Elias. Néon Digital. Um discurso sobre os ciberespaços . Portugal: LabCom, 2008.
<u>Bibliografia Complementar:</u>
PAULA FILHO, Wilson de Padua. Multimídia: conceitos e aplicações . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.
CRUCIANELLI, S. Ferramentas digitais para jornalistas . Estados Unidos: Knight Center, 2010.
CANAVILHAS, João Manuel Messias. Web notícia: Propuesta de Modelo Periodístico Para La WWW . Portugal: LabCom, 2008.

MOHERDAUI, Luciana. Guia de Estilo WEB: **Produção e edição de notícias on-line**. São Paulo: SENAC, 2000.

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para as novas mídias: do game à TV interativa**. São Paulo: SENAC, 2003.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: JORNALISMO DE BANCO DE DADOS

Ementa: Noções conceituais sobre jornalismo investigativo. Investigações históricas. O processo de trabalho e os compromissos éticos. Métodos e técnicas de investigação, a temporalidade, as fontes, as relações de poder e a documentação como alguns dos fatores determinantes no jornalismo investigativo. O fenômeno da relevância dos sistemas de dados e documentos. A Reportagem Assistida por Computador - RAC. A importância da pesquisa e da utilização do Banco de Dados. Estrutura, seleção, organização e armazenamento de dados. Bancos de dados de informação jornalística e seu uso como suporte na tarefa de produção informativa. Lei de Acesso à Informação. Pesquisa em terminais com acesso a bancos de dados no jornalismo

Bibliografia Básica:

NEGROPONTE, Nicholas. **Being digital**. Vintage, 1996

RODRIGUES, Bruno. **Webwriting: redação e informação para a web**. Brasport, 2006.

ROGERS, Simon. **Facts are Sacred - The power of data**. Guardian Shorts. 2013.

Bibliografia Complementar:

SAAD CORRÊA, E. **Estratégias 2.0 para a mídia digital: internet, informação e comunicação**. 2a ed. São Paulo: Senac-SP, 2008.

SPYER, Juliano. **Conectado**. Editora Zahar, 2007.

BARBOSA, Susana. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Livros LABCOM, 2007.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital e bases de dados: mapeando conceitos e funcionalidades**. Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume I. Lisboa, 2005.

BARBOSA, Suzana. **Banco de Dados como metáfora para o jornalismo digital de terceira geração**. Anais VI LUSOCOM, 2004.

DISCIPLINA: NARRATIVAS AUDIOVISUAIS
Ementa: Teorias e elementos da narrativa. As narrativas jornalísticas para audiovisuais. Novas formas de narrativas nos ambientes virtuais. Etapas de produção audiovisual. Gêneros e formatos audiovisuais. Técnica, tecnologias e equipamentos na produção audiovisual.
Bibliografia Básica:
ARRIGUCCI JR, Davi. O escorpião enlacrado: a poética da destruição em Júlio Cortázar. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
ARONCHI de Souza, José Carlos. Gêneros e formatos na televisão brasileira. São Paulo: Summus, 2004.
BAYÃO, Luiz Gustavo. Escrevendo curtas. Rio de Janeiro: L.G. Bayão, 2002.
Bibliografia Complementar:
BLOCK, Bruce. A narrativa visual: criando a estrutura visual para cinema, TV e mídias digitais. São Paulo: Elsevier, 2010.
CORTÁZAR, Júlio. Do conto breve e seus arredores. In: Valise de Cronópios. São Paulo: Perspectiva, 1979.
PIGLIA, Ricardo. Formas Breves. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
FRIEDMAN, Norman. O que faz um conto ser curto? Revista USP, São Paulo, n.63, 2004.
FREIRE, Marcelino. Os cem menores contos brasileiros do século. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

Disciplina: PRODUÇÃO MULTIMÍDIA
Ementa: Produtos Multimídias. Planejamento de produtos multimídias. Elaboração de roteiros de interação considerando as necessidades dos usuários, os objetivos do produto e o contexto de uso. Estudos e viabilidades de produção hipermídia e o uso da internet como mídia interativa, pesquisas e ferramentas web. Conceitos integrados de tecnologias para redes e multimídia. Orientação para a criação jornalística direcionada à convergência midiática.
Bibliografia Básica:
GOMES FILHO, João. Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras, 2004.
MEMÓRIA, Felipe. Design par internet: projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

WILLIAMS, Robin; GILLON, Laura Karin; BARBOSA, Nelson. **Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual.** São Paulo: Callis, 2008.

Bibliografia Complementar:

GUIMARÃES, Luciano. **Cor: a cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores.** São Paulo: 2000.

STRUNCK, Gilberto Luiz Teixeira Leite. **Como criar identidades visuais para marcas de sucesso.** Rio de Janeiro: Rio Books, 2003.

COLLARO, Antônio Celso. **Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação.** São Paulo: Edgar Blucher, 1986.

PEREZ, Clotilde. **Signos da marca: expressividade e sensorialidade.** São Paulo: Thomson 2004.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa: O Estágio em Jornalismo: princípios éticos e exercício profissional. Campos de atuação. Projeto de Estágio Supervisionado. Prática jornalística em jornal, revista, rádio, televisão, mídias digitais e assessorias de comunicação.

Bibliografia Básica:

ALENCAR, Eunice Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. **Criatividade: múltiplas perspectivas.** Brasília, DF: UnB, 2003.

DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

KNELLER, George F. **Arte e ciência da criatividade.** 14 ed. São Paulo: IBRASA, 1999.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** 24.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
PETERSON, Wilferd A. **A arte do pensamento criativo.** São Paulo: Best Seller, 1991.

VIEIRA, Stalimir. **Raciocínio criativo na publicidade.** 5.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BARRETO, Roberto Menna. **Criatividade em Propaganda.** São Paulo: Summus, 2004.

Disciplina: PROJETOS EXPERIMENTAIS EM JORNALISMO – TCC – PEJ’s

Ementa: Apresentação das normas para as monografias e memoriais descritivos dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Jornalismo. Delimitação de objetos, temas e problemáticas de pesquisa.

Bibliografia Básica:

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Luis. **Metodologias de pesquisa em comunicação:** olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação:** formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: ASSESSORIA DE IMPRENSA

Ementa: Surgimento e influência da Assessoria de Imprensa. O papel e a influência da comunicação na gestão das organizações. As relações entre as organizações, mídia e sociedade. A convergência das áreas na gestão da informação empresarial. Os produtos e serviços das assessorias de imprensa. Treinamentos em mídia. Análise de mídia. Relatórios de avaliação. A relação do assessor com o cliente, com a mídia e com a sociedade. Reflexão sobre a profissão e a ética no trabalho do assessor

Bibliografia Básica:

KOPPLIN, Elisa. Assessoria de Imprensa - teoria e prática. 4ª ed. Porto Alegre - RS. Editora Sagra Luzzatto., 2001.
CHINEM, Rivaldo. Assessoria de Imprensa - como fazer. São Paulo-SP. Summus Editorial, 2003.
DUARTE, Jorge (org.). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia . 2.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2003.
Bibliografia Complementar:
LOREZON, Gilberto (org.). Manual de Assessoria de Imprensa . Campos do Jordão-SP: Ed. Mantiqueira, 2002.
NOEGUEIRA, Nemércio. Media Training - melhorando as relações da empresa com os jornalistas... de olho no fim da Comunicação Social. São Paulo-SP: Cultura Editores Associados, 1999.
ROSA, Mário. A era do escândalo - lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. São Paulo-SP: Geração Editorial, 2003.
GUIMARÃES, Alessandra d'Avila. Assessoria de Imprensa: seus valores éticos . Rio de Janeiro: 1995.
LOPES, Boanerges. O que é Assessoria de Imprensa . São Paulo:Brasiliense, 1994.

Disciplina: FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA II

Ementa: Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.
Bibliografia básica:

COSTA, S & DINIZ, D. Ensaio de Bioética . Brasília: Editora Letras Livres, 2001.
FISCHER, Ernst. A necessidade da Arte . Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 56-57.
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2000.
Bibliografia Complementar:

Freire, Paulo. A importância do ato de ler . São Paulo: Cortez, 2006.
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura . São Paulo: Brasiliense, 1989.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
CHAUI, Marilena de Souza. Convite a filosofia . São Paulo: Ática, 2012.
PEREIRA, Adriana Camargo. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente . São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: TENDÊNCIAS PARA JORNALISMO

Ementa: Perspectivas para o exercício do jornalismo na sociedade contemporânea. Temas e cenários da prática jornalística. Novas práticas e áreas para/do jornalismo.

Bibliografia Básica:

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2010.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar:

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALMEIDA, B. Hamilton - **O outro lado das telecomunicações**. São Paulo: Sulina, 2003.

ALTIMAN, Fábio (org.) - **A arte da entrevista**, São Paulo: Scritta, 2005.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa: Planejamento e desenvolvimento de projetos comunicacionais supervisionados em organizações da sociedade civil e empreendimentos comunicacionais. Realização de diagnósticos sobre o fazer comunicacional local inserido no âmbito de instituições privadas, públicas, organizações não-governamentais, comunitárias e educacionais. **Bibliografia**

Básica:

ALENCAR, Eunice Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. **Criatividade:** múltiplas perspectivas. Brasília, DF: UnB, 2003.

DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

KNELLER, George F. **Arte e ciência da criatividade.** 14 ed. São Paulo: IBRASA, 1999.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** 24.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PETERSON, Wilferd A. **A arte do pensamento criativo.** São Paulo: Best Seller, 1991.

VIEIRA, Stalimir. **Raciocínio criativo na publicidade.** 5.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BARRETO, Roberto Menna. **Criatividade em Propaganda.** São Paulo: Summus, 2004.

Disciplina: PROJETOS EXPERIMENTAIS EM JORNALISMO II – TCC – ORIENTAÇÃO

Ementa: Orientação e acompanhamento teórico-metodológico da elaboração e execução de projetos experimentais em Jornalismo pelos professores orientadores.

Bibliografia Básica:

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

AGUIAR, M. A. **Manual básico de pesquisa de mercado.** Brasília: Editora Sebrae, 1998. 111 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (opcional)

Ementa: Apresentação da história da surdez como um discurso produzido pelas representações culturais de sua época, entendendo a noção de historicidade, cultura e identidade como campo de lutas em torno da significação do social e inserção da pessoa com deficiência auditiva e/ou surdo na sociedade. Prática em diálogos e compreensão da conversação em LIBRAS. Aspectos teóricos e práticos da escrita do Surdo. Histórico da integração dos surdos, por meio de LIBRAS; Linhas Gerais do encaminhamento legal dos direitos dos indivíduos portadores de necessidades especiais. E componentes de formação geral e temas da realidade contemporânea.

Bibliografia Básica:

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática das línguas de sinais**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, Autores Associados, 1996.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**. BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004

Bibliografia Complementar:

SACKS, O. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

LIILO-MARTIN, D. **Estudos de aquisição de línguas de sinais: passado, presente e futuro**.

In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 199-218.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo

2.10 Metodologia

A atividade docente estimula os alunos por meio de atividades dinâmicas em sala de aula, sempre com o cuidado de relacioná-las ao cotidiano do fazer pedagógico, corroborando todas as habilidades, competências e capacidades pretendidas no perfil do egresso do Curso, com o objetivo de desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos.

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- a) dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- b) explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;
- c) incluindo exemplos e aplicações práticas voltadas para o ensino em geral;
- d) incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- e) incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- f) incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- g) incentivo à interdisciplinaridade;
- h) incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- i) intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;
- j) intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos;
- k) incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;

- l) destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.
- m) aliando o ensino teórico com atividades prática realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Estes procedimentos contribuem com a formação do profissional apto a trabalhar pelo desenvolvimento do setor, respeitando a comunidade e o ambiente natural, social, cultural e profissional de maneira sustentável e responsável.

A metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a interdisciplinaridade, a pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas e estágio.

A segmentação dos conteúdos disciplinares e as ações que possibilitam uma abordagem sistêmica configuram atividades que contemplam a interdisciplinaridade. As disciplinas incluem ainda novos procedimentos que garantem a articulação da vida acadêmica com a realidade social e os avanços tecnológicos, incluindo multimídia, teleconferências, Internet e projetos desenvolvidos com parceiros geograficamente dispersos.

O compromisso construtivo está sempre presente em todas as atividades curriculares, devendo a pesquisa prática ser regular na estratégia de ensino das disciplinas, de modo a desenvolver no aluno a cultura investigativa que lhe permita avançar frente aos desafios e inovações exigidos pelo mercado de trabalho.

Nesse contexto, várias ações são projetadas no sentido de superar as supostas fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento ou mesmo dentro de uma mesma área, por meio da organização da estrutura curricular em disciplinas.

2.11 Estágio Curricular Supervisionado

Conforme o que determina a Diretriz Curricular do Curso de **Jornalismo**, o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição por seus colegiados acadêmicos, aos quais competem aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio curricular supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º As atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º A instituição de educação superior deve incluir, no projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, a natureza do estágio curricular supervisionado, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente.

§ 5º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO

Normatiza a organização e funcionamento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme prevê o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, bem como o que se encontra regulamentado nos termos da Lei nº 11.788/08 e na Resolução CNE/CES N º 01/2013 (DOU de 27/9/2013).

CAPÍTULO I

DA REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, DURAÇÃO E SUAS FINALIDADES

Art. 1. Para efeito deste Regulamento, entende-se por Estágio Curricular Supervisionado componente obrigatório do currículo, sendo definido como atividades de aprendizagem pré-profissional exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano, sob a responsabilidade de coordenação do Colegiado do Curso de Bacharelado em Jornalismo.

Art. 2. A natureza prática do Estágio não pode ser confundida com a dimensão prática e ou laboratorial das demais disciplinas integrantes do currículo.

Art. 3 O Estágio não deve ser confundido com mera antecipação do estudante no mercado de trabalho e, em hipótese alguma, o acadêmico estagiário substituirá o jornalista profissional no campo de estágio.

Parágrafo único: É vedado convalidar como Estágio Curricular prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente.

Art. 4. O Curso de Bacharelado em Jornalismo solicita um número específico de 300 horas, a serem cumpridas nos últimos dois semestres do curso, dentro de uma mesma empresa ou com a somatória de horas trabalhadas em diversas empresas.

Parágrafo único: Na disciplina de “Estágio Supervisionado I” (7º Semestre), o acadêmico deverá integralizar 150 horas de estágio; as outras 150 horas devem ser cumpridas na disciplina de “Estágio Supervisionado II” (8º Semestre).

Art. 5. Caso o aluno não tenha realizado o estágio dentro do prazo estipulado ou mesmo dentro do campo de atuação permitido, o estudante ficará impossibilitado de concluir o curso e receber o diploma por enquadrar-se como dependente das disciplinas de Estágio Supervisionado.

Art. 6. São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Proporcionar aos acadêmicos o intercâmbio de informações e experiências concretas que os preparem para o efetivo exercício da profissão;

II – Consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando definido no Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo;

III – Possibilitar a reflexão crítica das experiências vivenciadas e a capacidade de diagnóstico e compreensão dos processos e rotinas inerentes ao campo profissional do jornalismo;

IV – Associar os conhecimentos adquiridos durante o Curso de Graduação às habilidades que o profissional precisa desenvolver para “saber-fazer” frente às exigências da sociedade e das organizações;

V – Estimular no acadêmico a capacidade de diagnosticar, avaliar e propor alternativas aos desafios profissionais encontrados na vivência em organizações, a partir da relação entre conhecimento teórico e a prática profissional;

VI – Complementar o processo ensino-aprendizagem promovido pelo Curso de Graduação, mediante o fortalecimento das potencialidades do aluno e de seu aprimoramento profissional e pessoal.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 7. O Estágio Curricular Supervisionado pode ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, bem como na própria instituição de ensino em veículos autônomos, assessorias profissionais ou em agências de profissionais liberais, sendo obrigatório que o profissional supervisor nestas instituições tenha formação superior em jornalismo.

Art. 8 A realização do estágio por parte do aluno não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza à instituição cedente de estágio.

Art. 9 Caberá à Divisão de Estágio (DE), na condição de órgão da Faculdade responsável pela coordenação administrativa do Estágio, promover Cadastramento, firmar Convênio e assinar Termo de Compromisso junto às Instituições-Campo, observando se atendem às exigências da Lei do Estágio, da legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho para os Contratos de Estágio, o presente Regulamento de Estágio e, ainda, à legislação educacional vigente:

§ 1º TERMO DE CONVÊNIO AMPLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: é o contrato que oficializa a realização de Estágio entre a Instituição de Ensino e a Empresa. Deve ser elaborado em duas (3) vias, impresso em papel no formato A4, assinado e carimbado antes do início do estágio.

§ 2º TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO: é o contrato que oficializa a realização de Estágio entre a Empresa e o Aluno. Deve ser elaborado em três (3) vias, impresso em papel no formato A4, assinado e carimbado antes do início do estágio.

CAPÍTULO III

DO INÍCIO E ETAPAS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 Os documentos necessários para o início da realização do Estágio Curricular Supervisionado e que devem ser obrigatoriamente apresentados pelo acadêmico são:

I – Plano de Atividades, assinado pelo supervisor e pelo representante da organização cedente do estágio, no qual devem constar, detalhadamente, as tarefas a serem desenvolvidas pelo aluno na organização, bem como os períodos de início e conclusão, dias e horários de trabalho e diagnóstico do campo de estágio;

II – Cópia do TERMO DE CONVÊNIO AMPLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA e do TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.

Parágrafo Único: O Plano de Atividades de que trata o inciso I deste artigo deve obedecer à seguinte estrutura:

- a) Introdução;
- b) Objetivos Geral e Específicos (das ações propostas);
- c) Diagnóstico do campo de estágio (caracterizada pela observação e contextualização o campo de estágio, visando identificar condições estruturais, materiais, humanas, administrativas e organizacionais do campo de estágio, dentre outros aspectos pertinentes à atuação);
- d) Fundamentação teórica relacionada à área de estágio (reflexão teórica sobre as questões éticas, técnicas e sobre os fundamentos conceituais exigidos para atuação na área de estágio escolhida);
- e) Atividades a serem desenvolvidas;
- f) Cronograma geral das atividades previstas (acompanhada das metas e prazos de cada ação sugerida);

g) Referências Bibliográficas.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO

Art. 11. Considera-se entes responsáveis pela execução do Estágio Curricular Supervisionado: a Divisão de Estágio (DE), vinculada à Faculdade, Coordenação do Curso de Bacharelado em Jornalismo, Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de Jornalismo, Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Jornalismo, Professores Supervisores vinculados ao Curso de Jornalismo, Instituição Concedente, Supervisor da Instituição Concedente e Acadêmico-estagiário.

Art. 12. São atribuições da Divisão de Estágio (DE):

I – Criar um Banco de Instituições com potencial para Campo de Estágio, tornando-o disponível para os diferentes Colegiados de Curso, sempre que solicitado;

II – Firmar Convênio com as Instituições selecionadas para ser Campo de Estágio, de modo a formalizar as ações com a Faculdade;

III – Providenciar a assinatura do Termo de Compromisso a ser celebrado entre a Conveniente (Faculdade), a Conveniada (Concedente do Estágio) e o Estagiário (aluno da Graduação), e que os vincula a um conjunto de responsabilidades que deverão ser cumpridas durante a realização do Estágio;

IV – Zelar pelo cumprimento da Lei do Estágio, da legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho para os Contratos de Estágio, da legislação educacional vigente e do Termo de Compromisso, reorientando o Estagiário para outro local, em caso de descumprimento das normas previstas;

V – Avaliar, periodicamente, junto à Coordenação do Curso de Bacharelado em Jornalismo e à Comissão de Estágio Supervisionado, o desenvolvimento dos Estágios.

Art. 13. São atribuições da Coordenação do Curso de Bacharelado em Jornalismo, no âmbito de seu respectivo Colegiado:

I – Instituir a Comissão de Estágio Supervisionado, órgão presidido pelo coordenador do estágio, três (03) professores vinculados ao Curso de Jornalismo, e um (1) representante dos acadêmicos que estão em estágio supervisionado, sendo a comissão a responsável pelo gerenciamento, em nível macro, das ações relacionadas ao Estágio no seio do Curso;

II – Homologação do nome do Professor-Supervisor de Estágio; a lista de entidades indicadas pela DE para compor o Banco de Instituições com potencial para Campo de Estágio; e o Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Jornalismo;

III – Deliberar sobre situações-problema que venham a ser formalmente apresentadas pela Comissão de Estágio Supervisionado, ou ainda pela DE, visando à correção de rumos na execução do Estágio;

IV – Participar, juntamente com a Comissão de Estágio Supervisionado, das avaliações periódicas sobre os Estágios, a serem promovidas pela DE;

Art. 14 São atribuições da Comissão de Estágio Supervisionado (CES):

I – Promover o ajustamento do Projeto Pedagógico do Curso no que refere ao estágio supervisionado às Diretrizes Curriculares para os Curso de Bacharelado em Jornalismo e à normatização para o estágio supervisionado da Faculdade, submetendo-o à apreciação do Colegiado para homologação;

II – Elaborar regulamento de Estágio Curricular no âmbito do Curso, observando as peculiaridades do itinerário formativo;

III – Coordenar e avaliar, em nível macro, o desenvolvimento dos Estágios previstos para o semestre letivo;

IV – Indicar à DE nome de instituições com potencial para Campo de Estágio;

V – Acompanhar o coordenador de Estágio na visita, avaliação e seleção das entidades previstas como Instituições-Campo, sempre na observância dos critérios básicos de seleção previstos.

VI – Formalizar ao Colegiado de Curso toda e qualquer situação-problema configurada durante a execução do Estágio e que esteja fora de sua competência, visando à correção de rumos;

VII – Encaminhar, semestralmente, à Coordenação do Curso, Relatório Consolidado das ações relativas ao Estágio;

VIII – Estimular, valorizar e divulgar, interna e externamente à Faculdade, experiências inovadoras de Estágio, tanto dos Professores-Supervisores, quanto dos Alunos-Estagiários;

IX – Participar, juntamente com a Coordenação do Curso, das avaliações periódicas sobre os Estágios, a serem promovidas pela DE.

Art. 15 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, exercida por um professor vinculado ao Colegiado de Jornalismo e entendida como atividade pedagógica fundamental de orientação e acompanhamento de estágio, em caráter obrigatório, tem como atribuição:

I – Presidir, na figura de coordenador de estágio do Curso de Bacharelado em Jornalismo, a Comissão de Estágio Supervisionado;

II- Elaborar Projeto específico para o desenvolvimento da disciplina Estágio Supervisionado, baseado no Projeto-Referência do Estágio, observando os pré-requisitos e o status do componente dentro da matriz curricular, bem como os diferentes níveis de composição da disciplina, de modo a promover o desdobramento lógico do itinerário formativo;

III - Cumprir e fazer cumprir o regimento de estágio;

IV - Indicar os professores supervisores, quando for o caso, para acompanhamento dos alunos;

V- Dar ciência do presente Regulamento e da Legislação que rege o Estágio Curricular Supervisionado aos supervisores e alunos, orientando quanto à documentação obrigatória, elaboração do plano de estágio e do relatório final de avaliação;

VI - Contribuir no que lhe for solicitado pela Divisão de Estágio (DE) para a formalização de convênios com instituições públicas, privadas e não-governamentais;

VII - Encaminhar informações sobre vagas de estágio, solicitações e demandas dos estagiários à Divisão de Estágio (DE);

VIII - Divulgar as ofertas de estágio junto aos alunos;

IX - Criar condições pedagógicas para que os supervisores possam desenvolver suas atividades;

X - Convocar, quando necessário, os supervisores e os alunos orientandos;

XI - Convocar, quando necessário, a Comissão de Estágio Supervisionado para deliberar questões pertinentes ao estágio supervisionado.

Art. 16 Ao professor supervisor compete:

I – Participar das atividades programadas pela CES visando ao planejamento e avaliação global das atividades a serem desenvolvidas no Estágio;

II – Apresentar e encaminhar, oficialmente, os Alunos-Estagiários aos respectivos Campos de Estágios;

III – Orientar, supervisionar e avaliar, pontualmente, o desenvolvimento do Estágio que esteja sob sua responsabilidade dentro do semestre letivo;

IV – Orientar os alunos na formulação do Plano de Atividades;

V – Analisar e aprovar o Plano de Atividades apresentado pelos alunos;

VI – Apresentar à Coordenação de Estágio até o período máximo de duas semanas de início do estágio, cronograma de orientações do estagiário para todo semestre, devendo garantir quinzenalmente o mínimo de uma orientação presencial;

VII – Acompanhar periodicamente a realização do estágio, por meio de visita ao campo de estágio, por meio de reuniões com supervisores da instituição concedente e por meio de encontros com os alunos orientandos com a finalidade de avaliar o desenvolvimento do estagiário na execução das atividades previstas no Plano de Atividades;

VIII – Sugerir, se necessário, a aplicação de novos métodos e técnicas para a execução das atividades relacionadas ao Estágio;

IX – Indicar bibliografia para ampliação do conhecimento do aluno em relação à aplicabilidade do seu Plano de Atividades;

X – Verificar, através de relatórios parciais, o andamento das atividades, a assiduidade e o desenvolvimento coerente com as propostas e expectativas, tanto do aluno como da organização cedente, do Curso de Bacharelado em Jornalismo e da Faculdade;

XI – Esclarecer o aluno sobre os aspectos a serem avaliados;

XII – Enviar ao coordenador de estágio, semestralmente, informe sobre o andamento das atividades do Estágio Curricular Supervisionado referente ao (s) acadêmico (s) supervisionado (s) e ao (s) campo (s) de estágio (s) acompanhado (s), durante a supervisão;

XIII – Manter a CES informada sobre o desenvolvimento das atividades no Campo de Estágio, formalizando toda e qualquer situação-problema configurada durante a execução do Estágio e que esteja fora de sua competência;

XIV – Avaliar o Relatório Final do aluno orientando, emitindo parecer e atribuindo a nota, conforme instrumentos de avaliação próprios.

Art. 17 São atribuições da Instituição Concedente:

I – Celebrar Termo de Compromisso com a Faculdade e com Aluno que comprovadamente esteja matriculado e tenha frequência regular no curso, firmando em um acordo tripartite um conjunto de responsabilidades que deverão ser cumpridas durante a realização do Estágio;

II – Zelar pelo cumprimento da Lei do Estágio, da legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho para os Contratos de Estágio, do Termo de Compromisso e do Projeto de Estágio do Curso de Bacharelado em Jornalismo;

III – Garantir que as atividades desenvolvidas no Estágio sejam compatíveis com as previstas no Termo de Compromisso e ao Plano de atividades de Estágio;

IV – Apresentar instalações adequadas para o desenvolvimento do Estágio;

V – Indicar funcionário do quadro de pessoal, com formação superior em jornalismo e experiência profissional na área de estágio pretendida pelo Estagiário para que possa orientar e supervisionar o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Atividades de Estágio;

VI – Contratar, em favor do Estagiário, seguro contra acidentes pessoais, com valores de mercado;

VII – Encaminhar à DE, por ocasião do desligamento do Estagiário, Termo de Realização do Estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos de estudo e da avaliação de desempenho;

VIII – Manter documentos relacionados ao Estágio e ao Aluno-Estagiário à disposição dos órgãos de fiscalização externa.

Art. 18 São atribuições do Supervisor da Instituição Concedente:

I – Receber os Estagiários, em data previamente marcada com o Professor-Supervisor, fornecendo as informações necessárias para um Estágio eficiente e proveitoso;

II – Apresentar os estagiários à equipe administrativa, possibilitando a integração dos envolvidos no Estágio;

III - Designar local, a ser utilizado pelos Estagiários, para fazer reuniões e orientações;

IV - Inteirar-se do Plano de atividades de estágio elaborado pelo Estagiário, fazendo sugestões, sempre que considerar necessário;

V – Informar ao Professor-Supervisor qualquer irregularidade ou alteração no processo de Estágio, proporcionando os ajustes necessários.

Parágrafo Único: Deve-se obedecer o limite máximo de estagiários por grupo de profissionais (De 01 a 05 jornalistas, um estagiário; De 06 a 10 jornalistas, dois estagiários; De 11 a 15 jornalistas, três estagiários; De 16 a 26 jornalistas, quatro estagiários; A partir de 27 jornalistas, 15% de estagiários – arredondamento para cima –); tendo o (s) supervisor (es) de estágio da Instituição Concedente, obrigatoriamente, formação superior em jornalismo.

Art. 19 Ao acadêmico estagiário compete:

I – Conhecer a normatização específica do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Jornalismo, seus objetivos e este Regulamento;

II – Comparecer ao local do estágio nos dias e horários programados;

III – Cumprir todas as atividades determinadas no Plano de Estágio, apresentando o Relatório Final, dentro dos prazos fixados pela Coordenação do Estágio Supervisionado;

IV – Comparecer às sessões de orientação, participando das atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do Estágio Supervisionado, nos horários determinados pelo professor;

V - Empenhar-se na busca do conhecimento necessário ao bom desempenho do Estágio Supervisionado;

VI – Manter atitude ético-profissional no desempenho de todas as atividades do Estágio;

VII – Atender às normas da Instituição Concedente;

VIII – Demonstrar responsabilidade e organização no desenvolvimento do Estágio; IX – Apresentar ao professor supervisor o Relatório Final para a avaliação.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 20 O Estágio Curricular Supervisionado, em cada uma de suas etapas obrigatórias previstas neste regimento, a saber: apresentação da documentação obrigatória, elaboração e aprovação do plano de estágio, execução das atividades previstas, encontros periódicos de supervisão entre acadêmico-estagiário e professor supervisor e apresentação do relatório final, é avaliado levando-se em conta os seguintes critérios:

I – Coerência e aplicabilidade do Plano de Atividades;

II – Pontualidade e assiduidade do aluno em seus compromissos, tanto com a organização cedente, como com o professor supervisor, registrada nas fichas de frequência destinadas para este fim;

III – Avaliação da organização cedente, através de preenchimento pelo profissional supervisor da Instituição Concedente de ficha de avaliação específica disponibilizada pela Coordenação de Estágio do Curso de Bacharelado em Jornalismo;

IV – Avaliação do professor supervisor de estágio, através de preenchimento pelo professor supervisor de ficha de avaliação específica disponibilizada pela Coordenação de Estágio do Curso de Bacharelado em Jornalismo;

V – Relatório Final, de acordo com as normas da ABNT, avaliado pelo professor supervisor, considerando consistência, coerência, clareza e densidade teórica da descrição e análise das atividades desenvolvidas.

Parágrafo Único. O Relatório Final deve obedecer a seguinte estrutura:

a) INTRODUÇÃO; (contextualizando o campo de estágio, as atividades desenvolvidas, nome dos supervisores e, brevemente, as atividades desenvolvidas);

b) OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS (do relatório);

c) DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS;

d) SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES (para qualificar o processo de realização do estágio)

e) CONSIDERAÇÕES FINAIS;

f) ANEXOS (Plano de Atividades, ficha de frequência que comprovam cumprimento das horas de estágio obrigatórias, cópia do termo de compromisso assinado);

g) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Art. 21 Após a avaliação, conforme os critérios e exigências estabelecidos no Art. 21, o aluno é considerado Aprovado ou Reprovado no Estágio Curricular Supervisionado.

§1º A frequência ao estágio bem como as reuniões de supervisão acadêmica deverão, obrigatoriamente, ser registradas em ficha de frequência específica para esse fim e assinadas pelos respectivos supervisores na mesma data em que ocorrer a orientação e atividade de estágio informada.

§ 2º Três ausências consecutivas das orientações de supervisão acadêmica - previstas em cronograma apresentado ao Coordenador de Estágio – e três ausências nas atividades de estágio sem as devidas justificativas, obrigam os supervisores de estágio a remeterem à Comissão de Estágio Supervisionado solicitação de desligamento do estudante da disciplina por descumprimento da natureza processual de avaliação do estágio, cabendo ao colegiado do curso à decisão final recomendada pela referida Comissão.

§ 3º O Estágio Curricular Supervisionado é considerado concluído após o cumprimento de todas as determinações do Artigo 21, sendo a aprovação na Disciplina indispensável para a conclusão do curso.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Art. 22. Considera-se como documentação obrigatória a ser apresentada pelo acadêmico para fins de conclusão do estágio os seguintes documentos:

I – Cópia do Convênio assinado entre a instituição concedente e a Faculdade;

II – Termo de Compromisso de Estágio;

III – Plano de Atividades de Estágio;

IV – Relatório Final de Atividades de Estágio;

V – Formulário de Avaliação do Supervisor de Campo;

VI – Formulário de Avaliação do Supervisor de Estágio;

VII – Ficha de Frequência nas atividades de estágio;

VIII – Ficha de Frequência nas orientações com o professor supervisor.

Parágrafo único. Os documentos acima descritos poderão ser modificados pelo professor Coordenador do Estágio Curricular com a aprovação da Comissão de Estágio Supervisionado e do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 A jornada diária destinada ao Estágio será definida de comum acordo entre a Instituição de Ensino e a Concedente, devendo ser compatível com as atividades escolares do acadêmico, não devendo em hipótese alguma ultrapassar a jornada de cinco horas diárias e 25 horas semanais.

Art. 24. É permitida a realização do estágio nos finais de semana, em feriados e período noturno. Tais excepcionalidades, assim como outras não previstas neste Regulamento, terão de ser analisadas pela Coordenação de Estágio e/ou pela Comissão de Estágio Supervisionado e/ou pelo colegiado do curso, e terão como justificativas a necessidade de o estudante acompanhar a jornada legal completa do jornalista (cinco horas diárias), realizadas, no caso do estagiário, no máximo, em cinco dias semanais (25 horas), ou a coberturas de eventos que se realizem preponderantemente nesses dias e horários, como eventos esportivos e culturais. O período noturno também pode ter como justificativa a concomitância com o do curso.

Parágrafo único. As atividades, regulares ou esporádicas, realizadas aos sábados, domingos, feriados e períodos noturnos deverão ser compensados em turnos normais de trabalho ou dias úteis, a depender do caso, de maneira a não comprometer a jornada diária e semanal acima mencionada, nem o máximo de horas dedicadas ao estágio.

Art. 25 Em hipótese alguma o estágio curricular supervisionado será computado como Atividades Complementares.

Art. 26 Não será permitida a continuação do Estágio a alunos que venham a fazer trancamento ou cancelamento do Curso, dentro do semestre letivo em que se esteja aplicando o Estágio.

Art. 27 Os pedidos de convalidação e aproveitamento das atividades de estágio são de natureza excepcional e devem ser solicitados pelos acadêmicos diretamente à Comissão de Estágio, que tem a prerrogativa de aprovar ou negar a solicitação, com base na normatização vigente para o estágio em jornalismo.

Art. 28 Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pela Comissão de Estágio Supervisionado, com aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 29. Este regulamento entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário

2.12 Atividades Complementares

São consideradas atividades acadêmicas complementares todas e quaisquer atividades não previstas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas dos currículos dos cursos de graduação consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional dos graduandos.

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de **Bacharelado em Jornalismo** têm por objetivo aprimorar a formação integral dos discentes. Temos nas Diretrizes Curriculares Nacionais: “Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais e opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o Estágio Curricular Supervisionado”.

As Atividades Acadêmicas Complementares são definidas como componentes curriculares obrigatórios, cuja somatória compõe a carga horária total do currículo de um curso. Possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e saberes que fazem parte do processo de formação do acadêmico, devendo ser desenvolvidas por esse de forma autônoma.

A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes da Educação Nacional e em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extraescolar”, como um dos princípios do ensino.

Segundo o Ministério da Educação: “as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da

formação social e profissional que ocorrerá durante o semestre ou ano letivo”. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria e outros.

A integralização das Atividades Complementares previstas no Projeto Pedagógico do Curso é condição obrigatória para a Formatura, Colação de Grau e expedição de Diploma. Cabe ao discente protocolizar a documentação comprobatória de suas Atividades Acadêmicas Complementares, mediante apresentação de vias originais e cópias para devida autenticação.

Assim, visando propiciar aos discentes matriculados nos cursos de graduação uma maior compreensão sobre a integração e a interdisciplinaridade dos conteúdos, a Faculdade possibilitará por meio das atividades complementares a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional, além de propiciar experiências para a sua formação humanística e interdisciplinar.

2.5.1. Regulamentação das Atividades Complementares

Este regulamento disciplina as atividades complementares no âmbito do Curso de **Bacharelado em Jornalismo da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

O regulamento das atividades complementares define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos.

CAPÍTULO I

Caracterização das atividades Complementares

Art. 1º As atividades complementares que integram obrigatoriamente o, estão divididas em 03 categorias:

I – atividades de ensino;

II – atividades de pesquisa; e

III – atividades de extensão.

Art. 2º As atividades de ensino, compreendem:

I – disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES;

II – atividades de monitoria;

III – participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando;

IV – cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira; e

V – aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos.

Art. 3º As atividades de pesquisa, compreendem:

I – livro publicado;

II – capítulo de livro;

III – projetos de iniciação científica;

IV – projetos de pesquisas institucionais;

V – artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso);

VI – resumo em anais;

VII – participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES;

VIII - artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição;

IX – relatórios de pesquisa; e

X – apresentação de trabalhos científicos.

Art. 4º As atividades de extensão, compreendem:

I – seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares;

II – estágio extracurriculares;

III – gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);

IV – autoria e execução de projetos relacionados ao curso;

V – visitas técnicas;

VI – organização de eventos minicursos, oficinas

VII – atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)

VIII – atividades no âmbito cultural;

IX – atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes);

X – participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC).

CAPÍTULO II

Da Validação das Atividades Complementares.

Art. 5º Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser encaminhados à Secretaria Acadêmica.

Art 6º O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante o Protocolo Geral e encaminhado para parecer da coordenação dos cursos.

Art 7º - O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de 03 (dias) após a publicação, apresentar pedido de revisão do mesmo ao coordenador de curso, protocolando o pedido.

Art 8º - Somente terão validade para fins de deferimento, as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos.

Art 9º - Todas as atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento oficial, fornecido pelo organizador do evento ou atividade, devidamente assinados com a identificação do responsável que o assinou, informação da carga horária, especificando o período do evento e datados.

Art. 10º - O aluno não poderá cumprir a carga horária estipulada por cada curso com uma única atividade de graduação.

Art. 11º – Os limites de carga horária estão previstos no anexo único deste regulamento.

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
Ensino	Disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	60	Histórico escolar
	Atividades de monitoria	35	Relatório final de monitoria, encaminhado pelo departamento responsável
	Participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando	30	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira	40	Certificados emitidos pelas unidades de ensino
	Aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos	45	Certificados / histórico emitidos pelos organizadores.
Pesquisa	Livro publicado	40	Cópia da capa e ficha catalográfica
	Capítulo de livro	35	Cópia da capa e ficha catalográfica e cópia do capítulo
	Projetos de iniciação científica	45	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Projetos de pesquisas institucionais;	40	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso)	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Resumo em anais	20	Cópia do resumo e documentação de aprovação

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
			pelo comitê de avaliadores
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	20	Relatórios emitidos e assinados pelo líder do grupo de pesquisa registrado no lattes
	Artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Relatórios de pesquisa	15	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Apresentação de trabalhos científicos	25	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
Extensão	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares	35	Cópia dos certificados, expedidos pelos responsáveis do evento
	Estágio extracurriculares	60	Declaração das entidades responsáveis pelo estágio e diretoria responsável
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);	10	Declaração emitida pela representação estudantil devidamente assinados e reconhecidos pelo órgão colegiado
	Autoria e execução de projetos relacionados ao curso;	25	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pelo diretoria responsável
	Visitas técnicas	15	Listagem emitida pelo professor responsável pela visita, devidamente autorizado pelo coordenador.
	Organização de eventos mini-cursos, oficinas	25	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Atuação social beneficente (doação de sangue,	5 (doação de sangue)	Declaração de doador Declaração da entidade

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
	assistencialismo)	20 (assistencialismo)	
	Atividades no âmbito cultural;	10	Declaração da entidade responsável
	Atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes)	10	Declaração da entidade responsável
	Participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC),	15	Mediante declaração assinados por pelos menos, um membro da banca e coordenador de estágio

2.13 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PROJETOS EXPERIMENTAIS EM JORNALISMO (PEJs)

CAPÍTULO 1 – A DISCIPLINA

A disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo (PEJs) exige, para sua conclusão, a produção de um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. O TCC poderá ser apresentado sob forma de monografia ou de peça (produto jornalístico), devidamente acompanhada de um memorial descritivo, de caráter científico. É considerada disciplina essencial, com carga horária de 200 (duzentas): sendo 100 horas como disciplina com encontros presenciais, sob a supervisão do docente responsável pela mesma, e as demais 100 horas de “orientação”, sob supervisão do orientador do trabalho. Será ofertada pela instituição durante o 7º e 8º Semestres do curso. Este regulamento dará as diretrizes específicas e ditará as normas

próprias para a realização do TCC, servindo também como suporte legal para dirimir as possíveis dúvidas que dele possam advir.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

ART. 1 – Os Projetos Experimentais em Jornalismo compreenderão a produção de trabalhos relacionados à área da Comunicação e do Jornalismo, apresentados em forma de monografia (abrangendo também outras temáticas da área da comunicação que sejam de interesse do Jornalismo) ou peça jornalística acompanhada de memorial descritivo, em caráter científico. As peças ou trabalhos de produção podem ser: programas jornalísticos radiofônicos ou televisivos; documentários jornalísticos radiofônicos, televisivos ou fotográficos; grande reportagem telejornalística ou radiofônica; publicações jornalísticas impressas: jornal, revista, boletim, grande reportagem e livro-reportagem; produções on-line de caráter jornalístico, incluindo a construção de sites, além de outros materiais pertinentes ao campo jornalístico, desde que previamente aprovados pela coordenação de TCC. Para tanto, os alunos deverão, sempre que necessário, utilizar os laboratórios da própria Instituição de Ensino Superior. Casos excepcionais serão julgados pela coordenação, juntamente com o Conselho de Curso.

ART. 2 – Os Projetos Experimentais em Jornalismo constituem um trabalho de pesquisa científica do tipo monográfico ou produção jornalística, resultante de uma investigação científica, acompanhada de memorial descritivo, também com características de cientificidade, cujo objetivo é permitir ao aluno correlacionar e aprofundar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do curso, e cuja temática deve ser por ele definida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Por trabalho de pesquisa monográfico, entende-se a elaboração/discussão teórica crítica e/ou reflexiva de uma temática de investigação jornalística e/ou comunicacional, partindo-se de um problema científico da área, com base em referencial teórico-metodológico da Comunicação ou áreas afins. A monografia deve seguir, de forma criteriosa, as normatizações propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando-se, obrigatoriamente, as suas contínuas atualizações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Por trabalho de produção jornalística entende-se a produção de uma peça prática da área do Jornalismo, resultante de uma investigação científica,

devidamente fundamentada no campo comunicacional. Tal peça deve estar acompanhada de um memorial descritivo, que explicita tanto o percurso teórico-metodológico, responsável pela sustentação da proposta prática, quanto o percurso técnico para elaboração dos produtos. O memorial deverá seguir as normatizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para monografia, no que diz respeito à paginação, margens, espaçamento, parágrafos, tipos e corpos, notas de rodapé, notas explicativas, citações diretas e indiretas, referências, entre outros padrões pertinentes. Entretanto, considerando-se que a normatização de memorial descritivo, apresentado pela ABNT, não é adaptável ao campo comunicacional, o Memorial Descrito de Jornalismo é regido por uma normatização própria, formulada pela coordenação de TCC em parceria com o Conselho de Curso. Tal normatização deverá ser seguida pelos orientandos, orientadores, coorientadores e membros das Bancas de Defesa Pública que avaliarão os trabalhos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O trabalho deve se justificar por uma nítida possibilidade de contribuição aos Estudos Comunicacionais, envolvendo pesquisa, ensino-aprendizagem, assim como à prática jornalística, além de um retorno social.

ART. 3 – Os projetos Experimentais em formato monográfico deverão ser realizados individualmente. Os projetos Experimentais em forma de produção jornalística poderão ser realizados individualmente ou em equipes de no máximo quatro alunos, conforme sua complexidade. Todavia, neste último caso, como preconiza a Resolução CNE/CES N^o 01/2013, publicada no Diário Oficial da União de 27/9/2013, cada aluno desenvolverá um plano de trabalho específico, sendo avaliado individualmente.

CAPÍTULO 3 – ORIENTAÇÃO

ART. 4 – Os trabalhos que tenham como finalidade uma produção jornalística deverão ser, obrigatoriamente, orientados ou co-orientados por professores do Curso de Bacharelado em Jornalismo, graduados em Jornalismo. Exceção será aberta em caso de insuficiência de jornalistas diplomados para atender ao número de projetos experimentais que resultem em produtos jornalísticos ou quando a titulação do professor não graduado em Jornalismo for compatível com a área de investigação na qual a pesquisa do(s) aluno(s) se insere. Nestes casos, levar-se-á em consideração, além da titulação, a experiência acadêmica e profissional do professor, primando por uma maior proximidade com a área investigada pelo(s) aluno(s).

Quanto aos trabalhos monográficos, todos os professores do Curso de Bacharelado em Jornalismo, sejam eles graduados ou não em Jornalismo, poderão atuar como orientadores, desde que sua formação, área de atuação profissional ou acadêmica seja condizente com a temática defendida pelo aluno. Tanto os trabalhos monográficos quanto as produções jornalísticas poderão contar com coorientadores do Curso de Bacharelado em Jornalismo, desde que solicitados, em comum acordo, pelo orientador e pelo(s) aluno(s), e mediante a aprovação do coordenador de TCC. Neste caso, serão consideradas, além da carência teórico-metodológica ou técnica, a disponibilidade de professores e horários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Excepcionalmente, poderá a Coordenação dos PEJs, com a anuência da Coordenação do Curso, convidar professores de outros departamentos/ coordenações da Instituição para orientação ou co-orientação dos TCCs.

ART. 5 – O Curso de Bacharelado em Jornalismo oferecerá tantas vagas quantas forem necessárias para os Projetos Experimentais em Jornalismo. Considerar-se-á a necessidade de vagas de acordo com o número de alunos habilitados a cursá-la, ou seja, aqueles devidamente matriculados na série.

ART. 6 – Os trabalhos deverão ser, preferencialmente, orientados por professores que tenham habilitação específica na temática que for escolhida pelo(s) aluno(s). A divisão das orientações e co-orientações levará em consideração o *curriculum lattes* do professor, assim como a ficha cadastral, por ele preenchida e anualmente atualizada, onde deverá constar sua formação, atuação profissional e acadêmica, linhas de pesquisa, entre outros, como prevê o artigo 7.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à Coordenação dos Projetos Experimentais decidir o número máximo de orientandos por professor orientador. Quando possível, o número não deverá ultrapassar três orientações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O aluno não precisa – e nem deve – ficar esperando pela indicação de orientação por parte da Coordenação. Pode antecipar-se e conversar diretamente com o professor que julgar mais bem preparado para orientá-lo. Caso o professor aceite a orientação, o aluno informará ao (à) coordenador(a) dos PEJs, durante as aulas presenciais da disciplina, logo no início do primeiro bimestre, e especificará isso no projeto de pesquisa que deverá ser entregue à Coordenação do PEJ, conforme calendário da disciplina previsto em Plano de Ensino, para avaliação, correção e aprovação. Na ficha cadastral do professor,

este também ficará responsável em apontar o interesse em orientar determinado trabalho, ou oficializar uma orientação que, informalmente, já venha ocorrendo. Cabe à Coordenação de TCC, no entanto, observando critérios de habilitação profissional, experiência na área, afinidade temática e trajetória investigativa, confirmar ou não a orientação.

ART. 7 – Cada professor vinculado ao curso, por sua condição de possível orientador e coorientador, deverá preencher ou atualizar e encaminhar anualmente à Coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo, conforme calendário próprio à disciplina, uma ficha cadastral onde deverão estar detalhadas as áreas e linhas de pesquisa, referenciais teóricos com os quais trabalha e pesquisa, os tipos de trabalhos que se propõe a orientar, entre outros itens, de interesse acadêmico-científico, requeridos pela Coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo. O modelo de ficha cadastral será disponibilizada aos professores pela coordenação dos PEJs, anualmente, logo no início do ano letivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – As áreas/linhas e referências teórico-metodológicas de pesquisa de cada professor, assim como sua formação e atuação acadêmico-profissional que forem pertinentes à definição das temáticas e áreas de atuação dos alunos, além da disponibilidade de orientação e co-orientação serão divulgadas no primeiro bimestre letivo, em sala de aula, durante as aulas presenciais, mediante publicação no site institucional ou via edital.

CAPÍTULO 4 - DESIGNAÇÃO DE ORIENTADORES E ORIENTANDOS

ART. 8 – O Curso de Bacharelado em Jornalismo informará, por meio do Coordenador (a) dos Projetos Experimentais em Jornalismo, a relação dos professores orientadores, suas linhas de trabalho (orientação e co-orientação) e critérios de seleção de orientandos, bem como disponibilizará a cada aluno matriculado na disciplina o Regulamento dos Projetos Experimentais (incluindo os critérios de avaliação da monografia, do memorial descritivo e do produto), as Normas do Memorial Descritivo, o Modelo do Projeto (primeira versão e versão final), além do Plano de Ensino da Disciplina, onde deverá constar, detalhadamente, a programação das atividades programadas para o ano letivo, envolvendo as etapas e os critérios de avaliação.

ART. 9 – Cada orientando (ou grupo) deverá entregar à Coordenação dos Projetos Experimentais, até a data prevista no Plano de Ensino e cronograma da disciplina, uma cópia impressa da primeira versão do projeto de pesquisa referente à temática que pretende

investigar, seguindo as normatizações repassadas pela própria coordenação, para que possa ser avaliado e corrigido, ainda no primeiro bimestre. A reformulação da proposta será cobrada quantas vezes a Coordenação de TCC julgar necessário, primando pela qualidade científica. A versão final do projeto, que será, posteriormente (conforme calendário da disciplina), encaminhado aos professores orientador e coorientador, será entregue à Coordenação, também conforme calendário da disciplina, sendo três vias impressas e uma cópia em arquivo eletrônico, encaminhado via e-mail. O modelo do projeto (primeira versão e versão final) será disponibilizado aos alunos pela Coordenação de TCC no site institucional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá ao coordenador dos Projetos Experimentais em Jornalismo a análise prévia dos projetos propostos, com acompanhamento dos alunos em sala de aula. Caso julgue necessário, a coordenação de TCC poderá solicitar à Coordenação de Curso a formação de uma comissão de professores da casa para auxiliá-la na análise dos projetos. Esta análise levará em consideração as normas próprias de estruturação e fundamentação teórico-metodológica do projeto científico, elaboradas ou propostas pela coordenação de TCC, com base na ABNT, e a pertinência e relevância da temática para o campo da comunicação.

ART. 10 – Mesmo quando a orientação já houver sido previamente acertada, o aluno deve apresentar na primeira versão do projeto, por ordem de preferência, três possíveis orientadores. A coordenação buscará designar-lhe um deles. Não sendo possível, fica facultada à coordenação a designação de um orientador para o trabalho, mesmo que este não tenha sido relacionado pelo aluno. Caso o aluno julgar necessário a contribuição de um coorientador, dois nomes deverão ser indicados na primeira versão do projeto, por ordem de preferência. Na versão final do projeto já deverá constar os nomes do Orientador e do Coorientador (quando houver).

ART. 11 - A mudança de orientador, em qualquer etapa do trabalho, só será permitida por motivo julgado relevante, a critério da coordenação, com a anuência dos dois orientadores – o que está deixando e o que está assumindo a orientação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica excluída a possibilidade de mudança de orientador se o prazo para a entrega do trabalho para a avaliação pré-final, pelo orientador e coorientador, for inferior a 30 (trinta) dias, salvo em casos excepcionais que deverão ser avaliados pela coordenação de TCC e coordenação de Curso.

CAPÍTULO 5 – COORDENAÇÃO

ART. 12 – A Coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo será nomeada pelo(a) coordenador(a) do Curso de Comunicação Social.

ART. 13 - Para coordenar os Projetos Experimentais em Jornalismo, o docente indicado ministrará a disciplina de forma presencial durante o 7º (sétimo) semestre do ano, para desenvolver as atividades pertinentes à coordenação, previstas em Plano de Ensino da Disciplina, e auxiliar pedagogicamente a formulação dos projetos de pesquisas dos discentes. No 8º (oitavo) semestre, o coordenador dos Projetos Experimentais em Jornalismo fará a distribuição das orientações para os demais pares do departamento conforme capítulos 3 e 4 deste regulamento. O horário anteriormente disponível para a disciplina também deverá ser utilizado pelos alunos para a realização da pesquisa e orientações.

ART. 14 – O coordenador terá por função atender e orientar os alunos matriculados na disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, fazer cumprir o Regulamento dos Projetos Experimentais em Jornalismo, capacitar os alunos a produzir um projeto de pesquisa com bases científicas, respeitando o referencial teórico-metodológico apropriado a investigações em comunicação, acompanhar o andamento das orientações por meio de relatórios mensais dos orientadores no segundo semestre, definir cronogramas de atividades, planejar as apresentações dos trabalhos e realizar outras atividades que se fizerem necessárias para os seus fins, como cuidar do preenchimento do diário de classe e do lançamento das notas no sistema.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A locação de equipamentos e os custos decorrentes desta, transporte e instalação para a apresentação dos trabalhos - televisão, vídeo, projetor de slides, retroprojetor, data-show e outros equipamentos necessários -, na Banca de Defesa Pública, fica sob a responsabilidade do aluno quando a instituição não puder disponibilizar os equipamentos necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica ainda sob a responsabilidade do aluno a contratação de equipamentos não existentes na instituição, caso opte pela sua utilização.

ART. 15 – Será de responsabilidade do coordenador dos Projetos Experimentais em Jornalismo o preenchimento do Diário de Classe, com lançamento das atividades cumpridas e das faltas, durante o sétimo semestre letivo, que se caracteriza por aulas presenciais. No

oitavo semestre, quando as orientações presenciais ficam a cargo dos orientadores e coorientadores, fica o coordenador dos PEJs responsável por indicar no Diário de Classe as orientações individuais semanais, anexando a ele as fichas individuais de orientação dos professores orientadores e coorientadores, onde constam os conteúdos trabalhados e atividades cumpridas, além do controle de presença. As notas, referentes aos quatro bimestres letivos, lançadas no sistema institucional, que serão parte do histórico escolar do aluno, resultarão de uma média entre as notas bimestrais, considerando os respectivos pesos atribuídos a cada uma das avaliações, conforme consta no Capítulo 6 deste regulamento. Portanto, o lançamento das notas bimestrais (média das notas dos quatro bimestres, resultante dos dois semestres, considerando os respectivos pesos) só será processado no sistema institucional ao final das quatro avaliações anuais, pós Banca de Defesa Pública, conforme calendário da disciplina previsto em Plano de Ensino. Durante as duas primeiras etapas do processo, no que tange à divulgação, aos alunos, das notas referentes às avaliações do primeiro e do segundo bimestres, do 7º Semestre, o coordenador da Disciplina fica responsável em lançar as notas desses dois bimestres apenas em edital, que deverá ser afixado no espaço físico de funcionamento da Coordenação de Curso ou publicado na pasta da disciplina no ambiente on-line para alunos. As notas obtidas na avaliação pré-final (atribuídas pelo orientador e coorientador e parecerista(s)) e na Banca de Defesa Pública – ao longo do 8º (oitavo) semestre – deverão ser oficialmente anunciadas aos alunos ao final do processo de avaliação de cada uma dessas etapas.

ART. 16 – A coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo exigirá um relatório mensal de orientação no qual o orientador e coorientador descreverão as atividades desenvolvidas, facilidades e dificuldades encontradas durante o processo. Ficam todos os orientadores e coorientadores obrigados a entregá-lo no prazo determinado pela coordenação.

CAPÍTULO 6 –DA AVALIAÇÃO

ART. 17 – Os critérios de avaliação dos Projetos Experimentais em Jornalismo, em última instância e em qualquer foro de discussão, são os previstos no sistema de aprovação da graduação constantes do Estatuto da Instituição-, no qual o orientando deverá atingir a média mínima de seis pontos (6,0), em quatro avaliações anuais. Porém, a disciplina de

Projetos Experimentais em Jornalismo, baseada em sua regulamentação própria, quer seja, este Regulamento, adquire autonomia em relação ao regulamento institucional que rege outras disciplinas dos Cursos de Graduação da Instituição. Desta forma, quanto ao sistema de avaliação, regulamenta, conforme segue:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os critérios de avaliação da disciplina de Projetos Experimentais em Jornalismo podem levar à reprovação do aluno por nota, já no segundo bimestre letivo, do 7º (sétimo) semestre, considerando as atribuições de peso 2 (primeiro bimestre) e peso 3 (segundo bimestre). A reprovação se efetiva caso o aluno obtenha notas que impossibilitem, mesmo no oitavo semestre, de conseguir a recuperação da média (6,0) anual como resultado da média entre os quatro bimestres letivos, resguardados os respectivos pesos atribuídos às avaliações bimestrais/semestrais. Os critérios de avaliação da disciplina de Projetos Experimentais em Jornalismo também podem levar à reprovação do aluno por falta, caso este não cumpra, presencialmente, conforme requerido em termos institucionais, a frequência mínima nas aulas, durante o sétimo semestre letivo, e de forma ainda presencial, os encontros semanais com os orientadores e coorientadores. Finalmente, os critérios de avaliação da disciplina de Projetos Experimentais em Jornalismo podem igualmente levar à reprovação do aluno na Correção Pré-final caso o trabalho seja considerado “Inapto” a prosseguir, conforme disposto no parágrafo terceiro deste capítulo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A média final da disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo será resultado da seguinte composição de notas e seus respectivos pesos que resultarão numa média final anual.

Nota 1º Bimestre, 7º Semestre – Peso 2 - Atribuída pelo coordenador dos Projetos, conforme atividades previstas no Plano de Ensino da Disciplina.

Nota 2º Bimestre, 7º Semestre – Peso 3 - Atribuída pelo coordenador dos Projetos conforme atividades previstas no Plano de Ensino da Disciplina.

Nota 1º Bimestre, 8º Semestre – Peso 2 - Atribuída pelo orientador (10,0), e coorientador (10,0), quando houver, e ou por parecerista (10,0) nomeado pelo coordenador dos Projetos. Neste caso, a nota será resultado da média entre as notas do orientador, parecerista e coorientador, quando houver; a partir das atividades previstas no Plano de Ensino da Disciplina. Juntamente com a nota, os avaliadores darão um parecer ao trabalho podendo

ser: Apto; Apto com ressalvas; ou “Inapto”, determinante para o prosseguimento das atividades do aluno conforme explicitado no Parágrafo Terceiro.

Nota 2º Bimestre, 8º Semestre – Peso 3 - Atribuída pela Banca de Defesa Pública. [Média obtida da somatória das seguintes notas – Nota do professor da casa (10,0); Nota do profissional/professor convidado (10,0); Nota do orientador (10,0); Nota de orientação (10,0)]; acrescida, quando for o caso, de outra avaliação prevista pela disciplina.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Só serão autorizados a prosseguir para as Bancas de Defesa Pública os trabalhos que receberem pelo menos dois pareceres que os avaliem como “Aptos” ou “Aptos com ressalvas”. Se o trabalho obtiver dois pareceres que o considerem “Inapto” não prosseguirá para a próxima etapa e o aluno, ainda que tenha nota suficiente para atingir a média anual, estará automaticamente reprovado na disciplina. Para os trabalhos com dois pareceristas (orientador e docente parecerista), quando houver discrepância na avaliação, isto é, um parecer “Apto” e outro parecer “Inapto”, a coordenação dos projetos encaminhará o trabalho para um terceiro avaliador. Nesse caso, o trabalho só prosseguirá para próxima etapa se receber deste terceiro avaliador o parecer “Apto” ou “Apto com ressalvas”.

ART. 18 - O processo de avaliação está dividido da seguinte forma: sétimo semestre com atividades presenciais, acompanhadas em sala de aula pela coordenação de TCC; oitavo semestre com atividades individuais e grupais (no caso de equipes) apresentadas em orientações e avaliações com os respectivos orientadores e coorientadores, e Bancas de Defesa Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O processo de avaliação tem início no primeiro bimestre letivo, do 7º semestre, com atividades previstas em Plano de Ensino da Disciplina, com vistas à elaboração do projeto de pesquisa e de parte inicial da Fundamentação Teórica. No segundo bimestre, do 7º semestre, dá-se encaminhamento à elaboração da Fundamentação Teórica, já com vistas à organização do trabalho em seções para a monografia ou memorial descritivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O processo de avaliação tem continuidade no primeiro bimestre, do 8º semestre, com as orientações individuais e grupais (em caso de equipes) e a realização da Correção do trabalho pré-final pelo orientador, coorientador e parecerista.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em virtude da especificidade da Disciplina, não serão oferecidas avaliações substitutivas ao longo dos dois semestres letivos.

ART. 19 – Cabe ao(s) aluno (s) entregar seu trabalho em três cópias, com encadernação em espiral, à Coordenação do PEJ, em local, data e horário, previamente agendados e comunicados pelo Coordenador de TCC, que encaminhará as produções aos professores orientadores, coorientadores e pareceristas. Em caso de trabalhos que resultem em produtos jornalísticos, três cópias destes produtos também deverão ser entregues. A peça deve estar pronta, em termos de conteúdo e formato, a ponto de ser possível visualizá-la em todas as suas dimensões e potencialidades, embora não necessariamente finalizada. Tendo os trabalhos sido previamente avaliados, os professores deverão devolver as correções aos alunos com antecedência mínima de uma semana da entrega do trabalho à Banca de Defesa Pública. O objetivo da correção do trabalho pré-final pelos orientadores e coorientadores é avaliar o texto e/ou a peça produzida, tendo como parâmetros o Regulamento dos Projetos Experimentais em Jornalismo e a Normatização do Memorial Descritivo, de modo a primar pela qualidade teórico-metodológica, científica e técnica do trabalho, e oferecer sugestões para alterações ou complementação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O trabalho monográfico apresentado à avaliação pré-final deverá apresentar, obrigatoriamente, os elementos previstos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando, anualmente, as suas devidas atualizações.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para o aluno que optou em produzir uma peça ou produto, além da peça deverá entregar o Memorial Descritivo para avaliação pré-final respeitando, obrigatoriamente, à Normatização dos Memoriais Descritivos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos trabalhos em duplas ou em equipe, cada integrante será avaliado individualmente, ao longo dos bimestres do 7º e 8º semestres letivo, conforme as etapas previstas no Plano de Ensino da Disciplina. Na avaliação pré-final, cada aluno será avaliado de forma individual pelos orientadores e coorientadores.

ART. 20 – Os professores orientadores e coorientadores deverão, ao final da avaliação pré-final dos trabalhos, preencher um Relatório de Avaliação, previamente encaminhado pela coordenação de TCC, com indicações que deverão ser seguidas pelo aluno (s) e acompanhadas pelo orientador para a apresentação à Banca Final de Avaliação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O parecer dos trabalhos, presentes na ficha de avaliação, deve ser encaminhado à coordenação de tcc, dentro do prazo mínimo de uma semana antes da entrega final dos trabalhos, pelos alunos, à Banca de Defesa Pública, diretamente na secretaria do curso, mediante protocolo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A não entrega do trabalho ao professor orientador e coorientador, dentro do formato solicitado, e dentro do prazo, de forma não justificada e não aceita pela instituição, implicará na atribuição de média ZERO.

ART. 21 – A nota do professor orientador, do professor coorientador e do parecerista deverão constar na ficha de avaliação do trabalho pré-final. A divulgação da nota deverá ser feita, diretamente ao(s) aluno(s) ao final do processo de avaliação, pelo professor orientador e coorientador, e depois divulgada em edital pelo coordenador de TCC.

ART.22 – Os professores orientadores, coorientadores e pareceristas deverão se pautar, em critérios padrão, previstos neste regulamento, para a correção dos trabalhos pré-finais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os critérios de avaliação do trabalho pré-final serão os seguintes:

- a) Originalidade do projeto proposto, considerando, centralmente, tema, objetivos, metodologia e referencial teórico.
- b) Consistência teórico-metodológica e prática do trabalho (em caso de produto jornalístico).
- c) Obediência às normas e procedimentos técnicos do Jornalismo e da ABNT atualizada.
- d) Correção gramatical e ortográfica do trabalho escrito.
- e) Contribuição do trabalho ao estudo/desenvolvimento da Comunicação.

CAPÍTULO 7 – AVALIAÇÃO – BANCA DE DEFESA PÚBLICA

ART. 23 – Uma vez obtido nota suficiente para prosseguir para a próxima etapa, considerando condições efetivas de ser aprovado na quarta etapa do processo de avaliação (conforme Capítulo 6), com ou sem sugestões e/ou complementos, o aluno encaminhará seu trabalho à Banca de Defesa Pública, conforme calendário previsto em Plano de Ensino da Disciplina A média do orientando será proveniente da somatória de três avaliações (com pesos individuais de zero a dez pontos), calculado o peso 3 (conforme Parágrafo Segundo, Art. 17 do Capítulo 6): a avaliação individual do orientador, a avaliação do trabalho escrito (e das peças produzidas, quando houver) pela Banca de Defesa Pública e a avaliação da

apresentação e defesa do trabalho, diante da Banca de Defesa Pública, em sessão aberta ao público.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os trabalhos monográficos e as peças acompanhadas dos memoriais descritivos devem estar compostos conforme o parágrafo primeiro e o parágrafo, art. 19 do Capítulo 7.

ART. 24 – A avaliação individual atribuída pelo orientador deverá levar em conta o empenho, o desenvolvimento e a competência do(s) orientando(s) nas várias fases do projeto.

ART. 25 – A Banca de Defesa Pública será composta de três membros: o orientador, considerado membro natural e presidente da Banca, e dois professores do Curso de Bacharelado em Jornalismo ou um professor do curso e um professor ou profissional graduado convidado, cujo nome deverá ser previamente aprovado pela coordenação dos Projetos Experimentais. Para tanto, a natureza do trabalho deverá justificar a participação do convidado quanto a contribuições teórico-metodológicas e/ou técnico-jornalísticas. O professor coorientador não poderá compor a banca.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de impedimento – ou não comparecimento – de um dos membros designados para a Banca de Defesa Pública, será convocado, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, outro professor de Comunicação Social, ao qual, no ato da convocação, deverá ser entregue uma cópia do trabalho escrito e dos complementos, quando houver. A apresentação do trabalho pode ser adiada pela coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo em razão de imprevistos acima descritos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As apresentações dos trabalhos deverão ocorrer em datas, horários e locais marcados pela coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo. Logo após cada apresentação, a Banca de Defesa Pública se reunirá para deliberar as notas do trabalho, que deverão constar na folha de avaliação. A divulgação da nota deverá ser feita ao final do processo de avaliação, em sessão pública, e durante leitura do relatório de avaliação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os critérios de avaliação pelos professores ou convidado das Bancas para os trabalhos escritos, monográfico ou memorial descritivo, deverão se basear, além dos aspectos gerais que constam neste Regulamento, das normas atualizadas da ABNT e da Normatização dos Memoriais Descritivos, nos seguintes critérios:

CONTEÚDO

* Análise do que o aluno produziu como trabalho final, de modo a permitir visualizar o processo teórico-metodológico percorrido.

- Inter-relação teoria, metodologia e prática
- Contribuição para a área
- Organização sequencial das ideias e dos conteúdos que compõem a temática
- Consistência argumentativa
- Profundidade do tema

TEXTO

* Análise da linguagem utilizada para expor o conteúdo

- Linguagem acadêmico-científica.
- Adequação à gramática normativa.
- Adequação às Normas atualizadas da ABNT e à Normatização dos Memoriais Descritivos do **Curso de Bacharelado em Jornalismo da Faculdade.**

- Estilo

PARÁGRAFO QUINTO: Os critérios de avaliação pelos professores ou convidado das bancas para as peças/produtos apresentados, deverão se basear nos seguintes critérios:

NORMAS PARA AVALIAÇÃO DE PEÇAS PRODUZIDAS

1 PEÇA GRAVADA

1.1 VÍDEO

1.1.1 ROTEIRO - Estrutura Técnica

- Conteúdo
- Articulação texto/imagem
- Criatividade

1.1.2 TEXTO - Linguagem

- Correção Gramatical
- Criatividade
- Conteúdo e fundamentação

1.1.3 IMAGEM - Composição

1.2 RÁDIO

1.2.1 TEXTO - Linguagem

- Qualidade gramatical
- Criatividade
- Conteúdo e fundamentação

1.2.2. SOM

- Qualidade
- Adequação tema/Forma
- Criatividade

1.2.3 EDIÇÃO - Edição e montagem final

2 PEÇA EDITORIAL

2.1 Redação Jornalística

2.2 Relevância do tema

2.3 Conteúdo e fundamentação

2.4. Correção gramatical

2.5. Criatividade

3 PEÇA GRÁFICA

3.1 PLANEJAMENTO VISUAL - Estrutura gráfica

- Adequação em proposta editorial
- Criatividade

3.2 TÉCNICA DE PRODUÇÃO - Apresentação do material

4 PEÇA FOTOGRÁFICA

4.1 Composição

4.2 Técnica

4.3 Tema

4.3. Conteúdo e fundamentação

4.4 Criatividade

5 PEÇA WEB

- 5.1 Texto - Redação jornalística
- 5.2 Linguagem
- 5.3. Conteúdo e fundamentação.
- 5.4 Criatividade

PARÁGRAFO SEXTO: Os critérios de avaliação pelos professores ou convidados da Banca de Defesa Pública para a apresentação/argüição da defesa do trabalho, deverão se basear nos seguintes critérios:

NORMAS DE AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO E ARGÜIÇÃO PARA TRABALHOS MONOGRÁFICOS E PRODUTOS JORNALÍSTICOS

EXPOSIÇÃO

- *Análise do comportamento acadêmico-científico do aluno ao expor o trabalho
- Introdução ao tema, aos objetivos e à problemática da investigação.
- Domínio teórico-metodológico e técnico.
- Criatividade
- Clareza na exposição do percurso de investigação e do produto jornalístico (se for uma produção prática)
- Forma de apresentação
- Emprego de exemplificação
- Contribuição para a área

ARGÜIÇÃO

- *Análise do comportamento do aluno ao responder aos questionamentos dos componentes da Banca de Defesa Pública
- Argumentação com respaldo teórico-metodológico
- Análise Crítica do percurso realizado e da peça produzida
- Aprofundamento do assunto e domínio da temática
- Inter-relacionamento com outras áreas
- Entendimento das perguntas

- Coerência nas respostas
- Clareza e objetividade

ART. 26 - O(s) aluno(s) deverá(ão) entregar três cópias dos trabalhos monográficos e dos memoriais descritivos, com encadernação em espiral, destinadas aos membros da Banca de Defesa Pública, conforme calendário da disciplina previsto em Plano de Ensino. Em caso de trabalho prático, também três cópias da produção.

ART. 27 – O (s) aluno(s) terá (ão) o tempo mínimo de 20 (vinte) minutos e o máximo de 30 (trinta) minutos para a apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), perante a Banca de Defesa Pública. Se a modalidade escolhida for a de produção de peça jornalística, dentro do tempo estabelecido neste artigo, o (s) aluno (s) terá (ão) até 10 (dez) minutos para a apresentação da referida peça.

ART. 28 – Após a defesa do trabalho e a reunião da Banca de Defesa Pública, o orientador deverá encaminhar a ata da banca para a coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo, cujo coordenador(a) é responsável pelo preenchimento do Diário de Classe, ou seja, o lançamento das atividades cumpridas e das avaliações na pauta de rendimento escolar. A Banca de Defesa Pública deverá preencher, necessariamente, a ata da banca, individualmente para cada aluno, mesmo quando a apresentação do trabalho tenha sido feita em grupo, auferindo a cada aluno a média da Banca final (nota do 4º bimestre), conforme Capítulo 8.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Além da Biblioteca da Instituição e do Centro de Documentação do Curso, os trabalhos, em formato PDF, serão disponibilizados no Portal de Jornalismo do Curso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Após o término de todas as bancas de Defesa Pública, os alunos terão cinco dias úteis, a contar do último dia de banca, para realizar as correções finais propostas pela Banca. Deverão entregar a monografia, o memorial descritivo e o produto, se for o caso, digitalizados em CDs e/ou DVD, com formato PDF, em três vias idênticas e fiéis ao que foi avaliado e requerido pela Banca de Defesa Pública. Os trabalhos serão distribuídos da seguinte forma pelo Coordenador dos Projetos Experimentais em Jornalismo: uma cópia para a Biblioteca Central da Instituição, uma cópia para a Coordenação do Curso, e uma cópia para o orientador do trabalho. Em caso de trabalhos que contaram com co-orientação,

o aluno deverá encaminhar uma cópia também para o coorientador. Desta forma, precisará efetuar a entrega de quatro cópias idênticas. O aluno fica responsável em entregar, pessoalmente, cópia do trabalho, no mesmo formato e com o mesmo conteúdo, diretamente aos demais membros participantes da banca. No ato da entrega das versões finais e definitivas dos TCCs, aprovadas em Banca de Defesa Pública, para a Coordenação de PEJs, o(s) aluno(s) assinarão um termo de responsabilidade pela autoria e autenticidade do trabalho, bem como pela fidelidade ao que foi acordado com a Banca de Defesa Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As capas dos trabalhos, tanto para formato CD quanto para DVD, deverão ser no formato DVD. Nelas deverão constar, logo na face, todos os dados mínimos de identificação do trabalho: nome completo da Instituição; nome completo do Curso; título completo do trabalho, em destaque; natureza do trabalho (Monografia; Memorial Descritivo) nome completo do(s) aluno(s), nome completo do orientador, antecedido dos termos Prof.(a.) Orientador(a.); ano de defesa do trabalho. No Dorso do trabalho deverão constar os seguintes dados de identificação: JORNALISMO/ANO/FACULDADE. No verso da capa, deverá constar o resumo do trabalho, conforme presente no trabalho escrito, seja monografia ou memorial descritivo. Tanto na face quanto no verso, poderão ser inseridas imagens, desde que esteticamente adequadas ao trabalho e compatíveis com a temática investigada.

CAPÍTULO 9 – REPROVADOS

ART. 29 – Os alunos reprovados, por não terem atingido a média anual necessária para a aprovação na disciplina, deverão inscrever-se novamente na disciplina no ano letivo subsequente e cursá-la integralmente de forma presencial, tanto no 7º semestre quanto no 8º semestre.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O período de férias será rigorosamente respeitado pelo departamento de Jornalismo, ficando o coordenador da disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo e orientadores/coorientadores desobrigados a orientar o(s) aluno (s) durante este período ou mesmo aplicar Curso de Férias.

ART. 30 – Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação dos Projetos Experimentais em Jornalismo. Persistindo o problema, esta deverá encaminhá-lo ao coordenador (a) do

Curso de Jornalismo que, por sua vez, irá apresentá-lo ao Colegiado de Curso que, em caso de não solução, em última instância submete o caso à Diretoria de Ensino da Instituição

2.14 Apoio Discente

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem como uma de suas principais preocupações o seu discente. Permitir que o discente tenha acesso à formação superior e mantê-lo na faculdade não é somente a preocupação do discente e de sua família, mas também da IES em que está matriculado. Para tanto, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** promove uma série de ações visando à possibilidade de o discente efetivar a matrícula e viabilizar sua permanência na Universidade. Para tanto, realiza adesão a todos os programas governamentais de inclusão e acesso ao ensino superior, por meio de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil (Prouni e Fies).

A participação de entes públicos e empresas do setor privado, em parceria com a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, permitem que os discentes tenham melhores condições de estudo e desta forma tenham como principal preocupação o desempenho escolar e o aproveitamento acadêmico.

Citam-se abaixo algumas das ações que se tornam metas a serem alcançadas:

- I. Participar de todos os projetos de bolsas públicas, em nível federal, estadual e municipal, tais como Prouni e Fies.
- II. Incentivar e interceder junto a instituições públicas que destinem verbas em forma de bolsa para discentes mais carentes, quando não existir ou for incipiente este tipo de ação no nível analisado. Por exemplo, buscar parceria com prefeituras, governo de Estado, autarquias, órgãos de fomento educacional, entre outros.
- III. Formar parcerias com associações, cooperativas, grandes empresas, instituições religiosas, prefeituras municipais, em relação a bolsas parciais, com obrigatoriedade de o discente prestar serviços à comunidade, permitindo acesso a um maior número de discentes ao curso superior.

- IV. Promover cursos de nivelamento para que se reduza o impacto causado ao discente egresso do ensino médio, tão diversificado que é hoje em nosso País.
- V. Oferecer bolsas trabalho e bolsas monitoria dentro das necessidades da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e nas condições orçamentárias da MANTENEDORA.
- VI. Oferecer serviços de alimentação em cantinas a preços populares, e manter um controle de qualidade sobre estes produtos, mesmo em caso de terceirização deste serviço.
- VII. Procurar manter uma pequena livraria e papelaria para reduzir os custos do material para seus discentes, bem como serviço de reprografia com preços menores que o exercido no mercado local.
- VIII. Parceria com as escolas – publica e privadas de ensino médio, permitindo bolsas em processos seletivos mais baratos para os discentes oriundos destas instituições, bem como prestar serviços as escolas públicas no âmbito de prestação de serviços de qualificação de seus docentes e premiação em material escolar para as escolas com discentes que optaram pela **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.
- IX. Fazer convênios com grandes editoras que viabilize o acesso dos discentes a livros virtuais, bem mais baratos que livros reais.
- X. Incentivar a aquisição de livros por parte dos discentes através de programa de fidelidade e pontuação. Discentes mais frequentes, com boas notas, sem atrasos em seus compromissos com a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** (em relação a documentação, biblioteca, financeiro) podem trocar seus pontos por descontos, livros, vales transportes, ingresso para eventos acadêmicos, entre outros brindes úteis.
- XI. Estabelecer em acordo com a mantenedora programa de incentivo a pontualidade financeira, com descontos para os discentes.

2.7.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- I - Assessorar a Direção Geral da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- II - orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- III - identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes; e
- IV - permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

2.7.2. Apoio Pedagógico e Financeiro

2.7.2.1. *APOIO PEDAGÓGICO - NAP*

No apoio pedagógico a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** constituiu em sua estrutura a implantação do NAP, que tem como objetivos:

- I. Assessorar a instituição educacional para que esta desenvolva a articulação dos processos de ensino e aprendizagem;
- II. Oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente e condições de formação continuada em serviço;
- III. Viabilizar aos discentes mecanismos de melhoria do processo de aprendizagem.

2.7.2.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA – MONITORIA – NIVELAMENTO - ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO

Um dos programas para inserção do estudante no mundo acadêmico é a monitoria. A monitoria constitui-se num processo de nivelamento para os estudantes, uma vez que, havendo necessidade, poderá utilizar esse espaço para atividades de cunho teórico ou prático, na qual um acadêmico-monitor, sob orientação de o docente titular da disciplina, auxilia o estudante na execução de trabalhos, elaboração de relatórios, exercícios, repetição de experimentos etc.

Outra ação da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é o Curso de Nivelamento, que será ofertado no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio.

O Curso será ministrado nas instalações da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, em horário especial e terá uma carga horária mínima de 20 horas e máxima de 30 horas, conforme a necessidade.

Outra ação é o atendimento psicopedagógico da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** será realizado por profissional qualificado que identifica através de testes e entrevistas os problemas apresentados. Quando o baixo rendimento acadêmico está associado a problemas de comportamento, há risco de desajustamento psicossocial. O objetivo da análise é de verificar os efeitos de uma intervenção baseada em princípios da aprendizagem mediada, sobre o desempenho acadêmico e problemas de comportamento, em acadêmicos que apresentam ambas as dificuldades.

2.7.2.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

Os discentes dispõem de espaços internos de participação e convivência, os quais oferecem locais para lazer, alimentação e convivência.

Uma das ações estratégicas foi a criação de um Centro de Convivência no campus, oportunizando aos estudantes maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

2.7.2.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Uma série de medidas manterá nossos egressos em contato com a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, permitindo que continuamente melhorem em suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isto a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** implantará o Projeto Egresso que entre outras ações, visa a:

- I. Oferecer uma identificação, que permitirá ao egresso o uso de biblioteca e do webmail, assim como desconto em cursos de extensão e pós-graduação.
- II. Manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** ter um “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso.
- III. Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidade, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos.
- IV. Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** como colaborador da comunidade.
- V. Promover, em conjunto com a mantenedora, que o egresso tenha acesso a todos os convênios que a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** venha a firmar, tanto no aspecto acadêmico como financeiro.

2.7.2.5. APOIO FINANCEIRO

No apoio financeiro a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.

- **DESCONTO FAMILIAR**– desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável;
- **PROUNI** - a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** fará adesão ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC);
- **FIES** – Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal;
- **BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (100%, 75%, 50%, 25%)** – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas;
- **DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS** – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;
- **DESCONTO PONTUALIDADE** – concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, comprometida em oferecer condições que atendam a diferentes perfis socioeconômicos, tem opções próprias de financiamentos, que contribuem para um melhor planejamento financeiro de seus acadêmicos.

2.15 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

A autoavaliação do curso será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Conselho do Curso, utilizando-se dos relatórios da CPA, dos resultados e relatórios do ENADE e da análise das notas alcançadas pelos discentes nas disciplinas do curso.

A primeira ação do Coordenador será a de analisar profundamente o relatório de avaliação que os discentes fazem da Coordenação e de cada um dos docentes que ministram disciplinas para o curso. Isto inclui analisar até as classificações individuais. Essa ação levará a uma reflexão a ser discutida pelo NDE numa fase preparatória de síntese de itens e fatores que melhoram e que pioram os desempenhos de cada docente. O exagero para mais ou para menos, na maioria das vezes, prevê uma tendência, e será relegado a outras etapas de avaliação, já que, em geral, não é construtivo.

A próxima etapa é levar as conclusões da Coordenação para análise do NDE, que tomará conhecimento dos desempenhos didático e pedagógico dos docentes do curso, com vistas centradas nos itens que influenciam a integração disciplinar, nos itens que influenciam na consolidação do perfil do egresso, nos itens de cumprimento dos planos de ensino, nos itens relacionados ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, à iniciação científica e à extensão. Ou seja, nos itens que dizem respeito à relação do curso com as exigências do mercado de trabalho e que estejam consoantes às políticas públicas da área de formação.

Essas análises serão feitas em reuniões que acontecem no mínimo duas vezes por semestre, tanto dos NDE como do Conselho de Curso. Para isso são contadas horas de trabalho na carga docente remunerada. Feitas as análises, elencam-se as ações que serão levadas a efeito: Quem? Quando? Quanto? Estas indagações devem ser respondidas colegiadamente.

No decorrer do ano letivo o sistema acadêmico fornecerá relatórios do andamento pedagógico de cada discente do curso: notas, faltas, atividades complementares. Estes relatórios serão emitidos pela Coordenação e de posse deles o Coordenador deverá entrar em contato individualmente com cada discente que demonstra enfrentar dificuldades, sem motivos aparentes ou conhecidos.

As reuniões do NDE, Conselho de Curso, e Turmas, serão realizadas independentemente da CPA.

2.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem

É importante ressaltar que tanto no âmbito educativo como no organizacional as TICs estão assumindo um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização. Se encararmos os diversos componentes das IES numa perspectiva sistêmica, se houver um conhecimento integrador das realidades e necessidades e a esta visão aplicarmos os recursos tecnológicos adequados, poderemos dar um salto qualitativo na produtividade e eficiência do uso educativo das TICs, o que levará a refletir nos resultados educativos da instituição cujo beneficiário principal é o discente.

Pretende-se, com esta ação de formação, promover o desenvolvimento curricular, a integração inter e transdisciplinar das TICs, a elaboração de objetos de aprendizagem e a sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Pretende-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TICs no processo de ensino e aprendizagem, incentivar a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização online, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionados pelas TICs podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do discente e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de docentes de forma a dar resposta a estes paradigmas, incluindo as TICs como ferramentas geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho.

Esta ação será desenvolvida com os docentes da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e

competências aos docentes quanto ao uso das TICs nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é: produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando à:

- ✓ utilização de metodologias ativas e participativas, com recurso às TICs, no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ utilização crítica das TICs como ferramentas transversais ao currículo;
- ✓ partilha de experiências/recursos/saberes no seio da comunidade educativa;
- ✓ valorização de uma prática avaliativa indutora de melhoria da qualidade dos processos educativos;
- ✓ estímulo a estratégias pedagógicas promotoras de metodologias inovadoras;
- ✓ adoção de práticas que levem ao envolvimento dos discentes em trabalhos acadêmicos com TICs;
- ✓ produção, utilização e avaliação de objetos de aprendizagem que possam potencializar a construção do conhecimento;
- ✓ mudança de práticas, com a integração de ferramentas de comunicação e interação do *Moodle* e da Internet no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* pelo *Moodle* de recursos educativos;
- ✓ desenvolvimento de projetos/atividades que potencializem a utilização das TICs em contextos interdisciplinares e transdisciplinares;
- ✓ promoção de reflexão decorrente da prática letiva.

2.17 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re)pensar das atividades propostas em sala de

aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno. As provas substitutivas são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, provas escritas e orais, autoavaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.

2.18 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC

O Corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, congregando todos os alunos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, regido por regimento próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

O corpo discente tem representação, com direito à voz e voto, na forma deste Regimento, nos órgãos colegiados da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

3. DIMENSÃO 2 – Corpo Docente

3.1 Composição e Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE

Em conformidade com a Resolução nº 1 de 17/6/2010, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** terá na estrutura de seus cursos o NDE – Núcleo Docente Estruturante, constituindo-se o segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, em conformidade com o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação e com regime de tempo diferenciado, para responderem pela criação, implantação e consolidação do PPC, define regras para o Núcleo Docente Estruturante - NDE, ressaltando a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, dentre outras funções, de:

- I. Elaborar o PPC definindo sua concepção e fundamentos.
- II. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso em conformidade com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação.
- III. Atualizar periodicamente o PPC.
- IV. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.

- V. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.
- VI. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- VIII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a instalação ou substituição de docentes, quando necessário.

Os docentes que comporão NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu e/ou lato sensu* e serão contratados em regime de tempo integral. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado.

Docente	CPF	Titulação	Regime de Trabalho
Elaine Cristina Guarnieiri	155.768.438-35	Especialista	Integral
Karoline Sarraf de Souza	047.799.259-59	Mestre	Integral
Lucio Olivo Rosas	539.455.229-00	Mestre	Integral
Adileia Ribeiro Santos	258.392.698-59	Mestre	Integral
Tiago Franklin Lucena	052.655.004-05	Doutor	Integral

3.2 Coordenador do Curso

3.2.1. Atuação do Coordenador

O Coordenador participa efetivamente nos órgãos colegiados superiores CONSEPE e com representação no CONSUP. É o presidente do CONSELHO DE CURSO e do NDE, cujas competências são descritas no Regimento da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

A atuação do coordenador visará a cumprir as suas atribuições mediante a articulação permanente com os demais coordenadores, nas reuniões do CONSEPE no qual tem assento nato, e mediante reuniões individuais, em especial com os coordenadores de cursos que apresentam disciplinas comuns.

3.2.2. Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador

O coordenador do curso de **Bacharelado em Jornalismo** é o docente Lúcio Olivo Rosas, que possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1997) e mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é professor titular da Unicesumar (Centro Universitário de Maringá) e Unipar (Universidade Paranaense), além de ministrar aulas na educação a distância em ambas instituições. Atua como Coordenador de Mídias Institucionais e Marketing Estratégico na Unipar, é consultor empresarial nas áreas de marketing estratégico e inteligência de mercado com formação pelo INBRAMERC (Instituto Brasileiro de Inteligência de Mercado, como sócio-diretor da DGM Marketing e Comunicação.

3.2.3. Regime de Trabalho e Carga Horária de Coordenação de Curso

O Regime de Trabalho do Coordenador é o de Tempo Integral e caberá uma carga **horária semanal de trinta e duas horas** para as atividades da coordenação e atendimento a docentes e discentes. O Coordenador será membro efetivo, com direito a voz e voto, tanto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, como do Conselho Superior – CONSUP. O Coordenador é presidente nato do Conselho de Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

3.3 Corpo Docente

3.3.1. Constituição do Corpo Docente

O Corpo Docente será constituído por professores que exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Todo o corpo docente buscará a cada dia sua

capacitação e atualização. O corpo docente integra a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e os objetivos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

Todos os docentes indicados para a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** possuem Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. A formação destes professores é adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso de cada curso em andamento.

Com relação à formação e experiência pedagógica ressalta-se que a capacitação pedagógica do corpo docente, em sua maioria, acontecerá por meio dos programas de pós-graduação. Além disso, a instituição contará com o NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico, que tem a função de estimular a totalidade da instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações se concentrarão no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio a ser oferecido pelo NAP aos Coordenadores dos Cursos estará associado ao apoio aos docentes de cada Curso, não só através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, bem como através de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** busca oferecer, aos seus professores, todas as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos colimados pelos seus dirigentes. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado.

Para tanto, há que se levar em conta:

- I. a compreensão da filosofia institucional, bem como o entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- II. as qualidades intrínsecas dos dirigentes, como dinamizadores da prática de reconhecimento do desempenho dos seus funcionários;

- III. o desenvolvimento de atitudes e habilidades de cooperação mútua, a transparência organizacional e o fortalecimento do espírito de equipe;
- IV. a ampliação dos canais de comunicação;
- V. a flexibilização funcional.

Concebido para constituir-se em ação institucionalizada, o Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente será parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em toda ocasião, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras Instituições de Ensino Superior, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não-governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, como demonstrado a seguir, privilegia a titulação docente e o regime de trabalho.

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** conta com três categorias de titulação, a saber:

- 1) **Título de Doutor** - Segundo nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, aqueles obtidos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou os títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
- 2) **Título de Mestre** - Primeiro nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere

diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional obtidos em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

3) **Título de Especialista** - Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** conta com quatro categorias de regime de trabalho, a saber:

1) **Tempo Integral** - O regime de trabalho em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Portaria Normativa N° 40).

Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. (Fonte: Formulário Eletrônico de Avaliação- MEC)

2) **Tempo Parcial** – docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

3) **Tempo Horista** – docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho definidos. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

3.3.2. INDICADORES DOCENTE - Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional na Área e de Docência no Ensino Básico e Superior

FACULDADE CESUMAR de Ponta Grossa - Curso de Bacharelado em Jornalismo																						
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas	Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Carga Horária	Semestre	
				ARTIGOS TRABALHOS RESUMOS LIVROS CAPÍTULOS DE LIVROS OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PROGRAMAS PRODUTOS TRABALHOS TÉCNICOS OUTRAS	MESTRADO DOUTORADO	Experiência Docente Superior	Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional													
Adileia Ribeiro Santos	258.392.698-59	Mestre	Integral	2				1	9						15		1	Ciências Econômicas - UEPG - 2000 e Administração Pública - UEPG - 2014	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Interdisciplinar - UEPG - 2004	Antropologia e Comunicação	4º	40
Alexandre Gaioto Martins	071.412.769-80	Mestre	Integral					3 4					6					Jornalismo - Cesumar - 2009	Mestrado em Letras - UEM - 2014	Introdução à Comunicação Social	2º	80

																			Organizações - Cesumar - 2016	Estética da Comunicação	3º	40	
Edson Barbosa da Silva	475.015.709-06	Mestre	Integral	2	2			1	1	3					1	2		19	Filosofia - PUC/PR, 1990 - Pedagogia - Instituto superior do Paraná, 2013	Mestrado em Filosofia - PUC/SP, 1997	Filosofia	3º	40
Elaine Cristina Guarnieiri	155.768.438-35	Especialista	Integral											3				12	Jornalismo - PUC Campinas, 1996	Especialização em MBA Marketing - Cesumar, 2003	Pauta e Produção Jornalísticas	3º	80
																				Telejornalismo I	4º	80	
Fernanda Gabriela de Andrade Coutinhoo	090.337.247-90	Mestre	Integral		2		5	1										10	Comunicação Social/Publicidade e Propaganda - UFRJ - 2006	Mestrado em Administração - UEM - 2011	Semiótica	4º	40

Hagata Crystie Smaha	041.447.569-04	Mestre	Integral			3													Bacharelado em Turismo - UEPG - 2003	Mestrado em Administração - FGV - 2009	Empreendedorismo	1º	80
Janiclei Aparecida Mendonça	966.853.529-49	Mestre	Integral	3		1	1	10			5								Letras - UEL - 2008	Mestrado em Letras - Linguagem e Sociedade - UNIOESTE - 2014	Linguagem Visual e Criação	2º	80
																					Computação Gráfica I	1º	80
José Francisco Assis Dias	490.719.479-04	Doutor	Integral	1		3	4	1	6	2	1	2	0	3	19				Filosofia - UPF, 1996	Doutorado em Filosofia - PU Urbaniana, 2008 Doutorado em Direito Canônico - PU Urbaniana, 2005.	Antropologia e Comunicação	4º	40
Karoline Sarraf de Souza	047.799.259-59	Mestre	Integral												4				Tecnologia em Comunicação Institucional - UTFPR -	Mestrado em Tecnologia - UTFPR - 2013	Computação Gráfica II	2º	80

																		2010						
Lucio Olivo Rosas	539.455.229-00	Mestre	Integral									1	1					16	14	Direito - UEM - 1997	Mestrado em Comunicação e Semiótica - PUC - 2002	Semiótica	4º	40
Marcio Marconato	030.183.259-58	Mestre	Integral	6	6					2			1					1		Ciências Biológicas - UEPG - 2010	Mestrado em Economia Regional - UEL - 2015	Empreendedorismo	1º	80
Mariane Helena Lopes	049.973.119-01	Mestre	Integral	4	13	13	3	2				1	8					4	8	Direito pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) 2007	Mestre em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) 2012	Ética e Legislação do Jornalismo	3º	40

Reginaldo Aliçandro Bordin	795.207.669-87	Doutor	Integral	6	17	9	7	2	11			3	14			13	6	Filosofia - Universidad e do Sagrado Coração - 1999	Doutorado em Educação - UEM, 2013	Ciência Política	1º	40
Rodolfo Encinas de Encarnação Pinelli	299.905.968-08	Especialista	Integral										5			1	12	Comunicação Social - UNIBAN - 2002	Especialização em A Prática Docente no Ensino Superior - FOC - 2010	Projetos Especiais Sonoros	4º	80
Samilo Takara	374.959.478-37	Doutor	Integral	4	4		4		1				1				5	Comunicação Social - UNICENTRO - 2010	Doutorado em Educação - UEM - 2017	Formação Sociocultural e Ética	4º	40
Silvio Ruiz Paradiso	308.682.618-58	Doutor	Integral	33	20	81	4	2	53							3	6	Letras Português/Inglês - UEM, 2008	Doutorado em Letras - UEL, 2014	Inglês	3º	40
Sonia Maria De Campos Silva	929.312.199-91	Mestre	Integral		2		1	1		2						6		Pedagogia - ULBRA, 2009	Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações - Unicesumar	Formação Sociocultural e Ética	4º	40

Docentes de Bacharelado em Jornalismo		
Título	Qtde.	%
Doutor	5	22 %
Mestre	15	63 %
Especialista	3	13%
Total Geral	23	100 %
Tempo Integral	23	100 %

As políticas de pesquisa estabelecidas para a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estão voltadas para:

- ✓ definição de áreas e linhas de pesquisa;
- ✓ criação, manutenção e dinamização de ações sistemáticas para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa por docentes e discentes, por meio de palestras, seminários, reuniões e outros eventos;
- ✓ realização de parcerias e convênios com outras instituições de ensino, institutos e centros de pesquisa, visando a ampliar os horizontes e enriquecer as trocas de experiências;
- ✓ concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento projetos institucionais;
- ✓ divulgação dos resultados das pesquisas em periódicos e/ou eventos científicos nacionais e/ou internacionais; concessão de bolsas de iniciação científica;
- ✓ realização de simpósios, encontros e demais eventos destinados ao debate de temas científicos;
- ✓ criação de um espaço próprio para os pesquisadores, equipados com terminais de computador com acesso às redes de informação;
- ✓ articulação das linhas de pesquisa mestra da Instituição e incentivo à formação de grupos de pesquisas;
- ✓ captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e propor e manter condições de trabalho favoráveis para pesquisadores.

3.4 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso

A composição e o funcionamento do colegiado de curso é regulamentado conforme estabelecido no Regimento Geral da IES e no Plano de Desenvolvimento Institucional, e deverá ser implantado após o início de funcionamento do curso devido as particularidades de responsabilidades destinado conforme Regulamento:

Seção III

Do Colegiado de Curso

Art. 12°. O Colegiado de Curso, órgão consultivo e de assessoramento do coordenador de curso, tem a seguinte composição:

- I. coordenador do curso, seu presidente nato;
- II. quatro representantes docentes, indicados por seus pares que participam das atividades do curso;
- III. um representante discente, indicado pelos discentes matriculados no curso em eleição direta;

§ 1º Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos: coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

- I. dois anos para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;
- II. um ano para o representante discente. O representante discente deverá ser substituído imediatamente caso o indicado venha a se desligar ou trancar o curso na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa.**

Art. 13°. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, observadas as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógica do curso;
- III. coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico do curso, propondo, se necessário, às devidas alterações;

- IV. emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenadoria do curso;
- V. exercer as demais funções que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e nos regulamentos aprovados pelos conselhos superiores;
- VI. participar ativamente da administração acadêmica e administrativa do curso, assessorando o Diretor Geral, Vice-Diretor, Diretores Acadêmicos e Administrativos e demais dirigentes no desempenho de suas funções;
- VII. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas de funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão e de disciplinas com características especiais do curso;
- VIII. propor aos conselhos superiores e órgãos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógica necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;
- IX. sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Instituição, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;
- X. homologar o aproveitamento de estudos de discentes transferidos;
- XI. homologar o aproveitamento de estudos por competência, em acordo a regulamento próprio;
- XII. zelar pela fiel execução dos dispositivos, regimentais e demais regulamentos e normas das **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

Seção IV

Disposições Comuns ao Funcionamento dos Órgãos Colegiados

Art. 14°. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes deste Regimento;

- II. os órgãos colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija quórum especial;
- III. o Presidente do colegiado participa da votação e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- IV. nenhum membro dos órgãos colegiados pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- V. ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos órgãos colegiados pode recusar-se de votar;
- VI. as reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas pelo seu presidente com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- VII. das reuniões, são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- VIII. o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de três reuniões consecutivas ou cinco não consecutivas;
- IX. sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

4. DIMENSÃO 3 - Infraestrutura

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina e outras dependências serão de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas de fora da IES quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasses, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

4.1 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

4.1.1. Instalações Físicas – Adaptações para Acessibilidade

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, “sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas”, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas e foram observados os seguintes itens:

- ✓ assegurado o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- ✓ instalado lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- ✓ colocação de corrimãos e rampas que facilitam a circulação de cadeiras de rodas;
- ✓ instalação de telefones públicos para uso de deficientes;
- ✓ adaptado portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;
- ✓ Vagas para estacionamento.

Além da infraestrutura necessária, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, proporciona relacionamento saudável, do portador de necessidade especial com toda a comunidade acadêmica visando a sua adaptação.

4.1.2. Instalações Virtuais - Software de Acessibilidade

Com o avanço das tecnologias, hoje há disponível para acesso livre vários *softwares* desenvolvidos para que pessoas com deficiência visual possam utilizar com autonomia o computador através de ampliação de tela e da leitura dos menus e telas por um sintetizador

de voz. Dentre os softwares disponíveis para uso, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** utiliza-se do mais conhecido: “DOSVOX”.

O DOSVOX é um software gratuito e desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

Fonte: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm>

4.2 Espaço Físico Geral

As salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas do ensino superior. As salas são amplas com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades de todos os cursos oferecidos pela instituição. O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se de ventiladores, sempre que necessário. A Instituição prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados e atendem confortavelmente a demanda, inclusive com adaptações para atender os portadores de necessidades especiais. Para isso a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza disponível. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores, entrega e retirada de provas para reprodução e outros serviços.

No que diz respeito à dimensão, o espaço físico é adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividade desenvolvidos na Instituição. Os gabinetes para direção e coordenações de cursos de graduação, NAP, NDE e professores possuem a infraestrutura necessária no que tange a equipamentos e pessoal.

4.2.1. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes

Os Professores e alunos utilizarão os laboratórios da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, com agendamento para as aulas e em horários livres para consecução de seus trabalhos. Os professores terão ainda computadores disponíveis nas salas dos professores e na sala da coordenação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** terá um conjunto de normas de acesso, afeiçoando-as ao perfil profissional previsto para os cursos implantados e em implantação que serão utilizadas. Quanto à aquisição de computadores, periféricos e instrumentos multimeios, a preocupação é com a satisfação dos seguintes itens:

- ✓ máquinas e equipamentos suficientes para uso do corpo docente, dos alunos e dos funcionários técnicos e administrativos;
- ✓ boa relação entre número de usuários e número de máquinas;
- ✓ contratação de pessoal qualificado, sempre disponível em cada laboratório ou oficina de trabalho;
- ✓ operadores qualificados a serviço dos usuários.

4.2.1.1. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição.

A aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais usados em sala de aula, como TV, vídeo e retroprojektor, facilitam o fazer pedagógico.

A implantação de um programa de manutenção preventiva, bem como os investimentos na preparação de recursos humanos, para um rápido atendimento aos professores em sala de aula, além de propiciar o oferecimento de orientações sobre o correto uso dos aparelhos eletrônicos, contribuirá para a maximização dos recursos disponíveis.

4.2.1.2. EXISTÊNCIA DE REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET)

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços existentes na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estarão conectados às redes de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

4.2.1.3. PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Os equipamentos existentes na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** farão parte de um plano de expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- ✓ administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- ✓ analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- ✓ apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**;
- ✓ elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- ✓ planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

4.2.2. Biblioteca

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, órgão da Administração Geral, é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- ✓ democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;
- ✓ respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- ✓ atendimento à comunidade da Faculdade e à comunidade em geral;

A Biblioteca tem como atribuições:

- ✓ adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- ✓ promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- ✓ oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- ✓ manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- ✓ guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da Faculdade;
- ✓ executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Atuando como centro de documentação e informação da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso será livre, mediante a comprovação da vinculação a Faculdade.

4.2.2.1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica do curso está composta por no mínimo três títulos por unidade curricular e está disponível na proporção de um exemplar para menos de 5 vagas.

4.2.2.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar do curso está composta por no mínimo cinco títulos por unidade curricular e disponível forma virtual e impressa.

4.2.2.3. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Os periódicos especializados indexados e correntes, sob a forma virtual e impressa, estarão à disposição do curso.

4.2.2.4. INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

Como órgão suplementar, a Biblioteca está vinculada à Diretoria Geral da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, mantendo relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramental de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Assim, oferece à comunidade acadêmica, o suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos cursos.

4.2.2.5. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

É desnecessário dizer que qualquer instituição universitária só pode existir apoiada por uma infraestrutura que lhe dê suporte. Além dos mecanismos administrativos, alguns recursos acadêmicos se impõem. O primeiro deles é a existência de biblioteca bem munida, atualizada, informatizada e ágil.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estabelecerá sua política para a atualização e expansão do acervo. Considera fundamental que as solicitações de livros, periódicos, etc,

sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo é também essencial.

4.2.2.6. POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo da Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** compreende a bibliografia básica e de referência dos cursos aprovados, periódicos, obras de referência como dicionários, manuais e enciclopédias, além de CD-ROM, jornais e revistas, filmes, vídeos, softwares aplicativos na área educacional, científica e tecnológica, diapositivos, transparências, mapas e demais recursos da tecnologia educacional.

Semestralmente, será elaborada uma programação de aquisições prevendo-se a ampliação para os cursos existente e para os futuros a serem implantados.

Na escolha das obras a adquirir, considerar-se-á a atualidade dos temas, sua importância para o acervo e a idoneidade intelectual do autor, bem como as recomendações e sugestões dos professores e alunos.

Para que se consiga consistência, atualidade, uniformidade, equilíbrio e otimização dos recursos disponíveis, faz-se necessário à adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, contendo:

- ✓ critérios para seleção;
- ✓ níveis de abrangência;
- ✓ tipos de materiais (CDs, fitas de vídeos etc.);
- ✓ normas para duplicação, reposição, substituição, descarte;
- ✓ fontes para seleção;
- ✓ normas para intercâmbio e aceitação de doações;
- ✓ prioridades para aquisição;
- ✓ planejamento para aplicação de recursos.

A política de atualização do acervo da Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** está prevista na demanda da comunidade acadêmica e na disponibilidade financeira

da Mantenedora. Deverá acompanhar a sequência da implantação dos cursos e compreenderá a implementação das decisões tomadas na seleção, podendo ser realizada através de compra e doação.

4.2.2.7. PESSOAL ESPECIALIZADO

A Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem em seu quadro profissional legalmente habilitado (bibliotecário), que responde pela sua administração e pessoal de apoio técnico em número suficiente para prestar atendimento à comunidade acadêmica e comunidade externa.

4.2.2.8. POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

- ✓ Horários de acesso;
- ✓ Forma de acesso e empréstimo;
- ✓ Facilidades de reservas;
- ✓ Qualidade da catalogação e disposição do acervo.
- ✓ Reprografia e infraestrutura para recuperação de informações;
- ✓ Formas de acesso a base de dados: internet e outras;
- ✓ Espaço físico para leitura e trabalho em grupo;
- ✓ Área física disponível;
- ✓ Planos de expansão.

4.2.2.9. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** funciona de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 22:00 horas e aos sábados, das 8:00 às 16:00 horas, de maneira a permitir melhor aproveitamento e disponibilidade dos alunos.

4.2.3. Laboratórios Didáticos Especializados – Autorização de Curso (2 primeiros anos do curso)

Nos Laboratórios são desenvolvidas atividades práticas de ensino que correlacionam o entendimento do **Jornalismo** e sua aplicação prática dentro das atividades do curso atendido.

Todos se encontram implantados com normas de funcionamento, utilização e segurança; Manual de Biossegurança, equipamentos adequados ao espaço físico e vagas solicitadas e com apoio técnico com a presença de um técnico de laboratório, manutenção dos equipamentos e atendimento à comunidade, quando se aplicar.

Os Laboratórios destinam-se a subsidiar atividades teóricas prática das disciplinas dos Cursos de Graduação. A infraestrutura é adequada e os equipamentos permitem aos professores, técnicos e alunos boas condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso.

Para o curso têm-se os seguintes laboratórios:

1. Laboratórios de Informática
2. Laboratório de Rádio
3. Laboratório de Fotografia

4.3 Plano de Expansão Física

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** planeja durante o período de vigência do PDI, a expansão da infraestrutura física das suas unidades, de forma a adequá-las às necessidades dos cursos em implantação de acordo com sua política de crescimento, suas metas e objetivos expostos no PDI.

5. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, instituição de ensino superior vinculada ao sistema federal de ensino, regularmente constituída sob as normas nacionais vigentes, atua

em perfeita consonância aos Requisitos Legais e Normativos, componentes obrigatórios que compõem o sistema nacional de avaliação do ensino superior (SINAES).

Para cada um dos requisitos avaliados pelo Ministério da Educação, por meio de comissão de especialistas designados, observa-se seu cumprimento conforme relacionado a seguir:

RESUMO DOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

JORNALISMO

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	<p>O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa está fundamentado nas seguintes normativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. • Decreto 5.773 de 9/5/2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino • Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). • RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. 	NSA para cursos que não têm DCN.
2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica , conforme disposto na Resolução CNE/CEB 4/2010.	Não se aplica ao Curso.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais
3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de	O requisito legal acerca das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	<p>História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.</p>	<p>para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas de Formação Sociocultural e Ética.</p>	
4	<p>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/5/2012.</p>	<p>O requisito legal acerca das diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas de Formação Sociocultural e Ética.</p>	
5	<p>Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</p>	<p>A instituição garante atendimento aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista responsabilizando-se pela realização permanente e prévia de diagnóstico preliminar dos eventuais acadêmicos que apresentem sinais do Transtorno do Espectro Autista e seu nível de comprometimento, por meio de laudo profissional que sinalize a melhor forma de atendimento pedagógico do mesmo. Estarão envolvidos nesse processo profissionais atuantes no Núcleo de Apoio Pedagógico e de atendimento psicológico.</p> <p>Vale destacar que em pesquisas realizadas e considerando a experiência em outros sistemas de ensino é possível observar êxito nos casos de inclusão do autista em que a instituição disponibiliza um tutor para acompanhar o aluno e assim intermediar o processo de ensino e aprendizagem (professor/aluno/tutor). O mesmo poderá ser disponibilizado para a síndrome do X frágil que requer</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		acompanhamento durante as atividades e vida acadêmica.	
6	Titulação do corpo docente (art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).	A Faculdade atende ao requisito legal acerca do art. 66 da Lei 9394/96 quanto à titulação do corpo docente em possuir formação em pós-graduação “lato ou stricto-sensu”. Todos os docentes da instituição estão enquadrados dentro dessa normativa.	
7	Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Resolução CONAES nº 1, de 17/6/2010 que regulamenta o NDE. Todos os cursos terão em sua estrutura um NDE instalado, regulamentado e atuante.	NSA para cursos sequenciais.
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa Nº 12/2006)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa nº 12/2006 que regulamenta a denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia. No caso específico não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
9	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Nº 10, 28/07/2006; Portaria Nº 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP Nº 3, 18/12/2002)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa nº 10/2006; Portaria nº 1024/2006 e, Resolução CNE/CP 3/2002, que trata da carga horária mínima em horas – para os cursos superiores de tecnologia. No caso específico não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
10	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado,	Na tabela do resumo dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa a carga horária está computada em 60 minutos, atingindo um total de horas superior ao mínimo exigido nas Diretrizes Curriculares. Os discentes cursam a disciplina	NSA para tecnológicos e sequenciais.

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	<p>Presencial). Resolução CNE/CP Nº 1 /2006 (Pedagogia). Resolução CNE/CP Nº 1 /2011 (Letras). Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015(Formação inicial em nível superior -cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura -e formação continuada).</p>	<p>teórica em sala de aula com carga horária de 50 minutos. As disciplinas de Estágio Supervisionado estão computadas com carga horária de 60 minutos. A carga horária final atende ao disposto na legislação vigente.</p>	
11	<p>Tempo de integralização Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior-cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura-e formação continuada).</p>	<p>A Faculdade atende ao requisito legal que trata da integralização para cursos de Bacharelado. No caso específico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, a integralização mínima e de 4 anos e máxima de 7 anos.</p>	<p>NSA para tecnológicos e sequenciais.</p>
12	<p>Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.</p>	<p>A Faculdade, quando credenciada, estará implantado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais que mede o relacionamento entre docentes, técnico-administrativos e discentes, orientando e apoiando o Colegiado do Curso e NDE na adequação curricular para atender às especificações dos portadores de necessidades especiais, por meio do Programa de Monitoria Especial, adaptada aos recursos físicos da IES, apoiando os</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>estudantes com deficiência, disponibilizando pessoal especializado como intérpretes de língua de sinais. A estrutura física da IES está concebida para facilitar a circulação e o uso de todos os ambientes institucionais, com placas em braile, piso tátil, carrinho escalador. Propõem-se ações que podem ser desenvolvidas de forma geral e específica para atender de maneira individualizada cada uma das deficiências.</p>	
		<p>AÇÕES GERAIS</p>	
		<p>Designar um profissional habilitado na área psicopedagogia e com experiência no processo de inclusão para atuar de forma multidisciplinar nas diversas ações que envolvem o processo inclusivo, tais como: acompanhar, integrar, promover formação, orientar na acessibilidade de materiais, acompanhar o rendimento escolar destes acadêmicos, capacitar os envolvidos para atuarem no processo de inclusão entre outros.</p>	
		<p>Adaptar o sistema para que no momento de matrícula já seja identificado o acadêmico com necessidades especiais, mediante a apresentação de laudo médico e assim alimentar o Censo da Instituição. Hoje acontece uma identificação simples no momento da inscrição do processo seletivo, mas que não se migra para o <i>Lyceum</i>.</p>	
		<p>Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio, rampas, elevadores e suportes disponíveis para locomoção no campus da</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		Faculdade.	
		Elaborar projeto interdisciplinar com base no PCN (Parâmetro Curricular Nacional) com os demais setores da instituição envolvendo as clínicas e profissionais da saúde promovendo a inclusão de forma mais ampla e global, possibilitando o melhor atendimento aos portadores de deficiência.	
		AÇÕES ESPECÍFICAS POR DEFICIÊNCIA	
		DEFICIÊNCIA VISUAL	
		1. Disponibilizar leitores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar.	
		2. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		3. Ampliação do tamanho da letra da prova.	
		4. Liberação de materiais em TXT para conversão em programas de leitura em voz.	
		5. Enviar lupas para a leitura.	
		6. Disponibilizar software (DOSVOX) ou similar aos alunos	
		7. Editar o material em Braille	
		DEFICIENCIA AUDITIVA	
		1. Contratar e gerenciar os intérpretes de Libras que	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		atendem os alunos surdos.	
		2. Disponibilizar o material impresso ou utilizados em sala de aula na forma virtual	
		DEFICIENCIA MOTORA/ FISICA	
		1. Adaptar a estrutura física da IES.	
		2. Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio e suportes disponíveis para locomoção.	
		3. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		4. Reservar vagas de estacionamentos próximas as entradas da IES.	
		DEFICIENCIA INTELECTUAL	
		1. Possibilitar maior tempo para a realização de provas presenciais.	
		2. Possibilidade de realização das atividades presenciais em duas etapas.	
		3. Encaminhar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar e atividades externas.	
		4. Incentivar a utilização de monitores (alunos da sala) para apoiar e acompanhar as atividades acadêmicas, em especial as práticas.	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>Todo recurso oferecido pela instituição não exige o tratamento de cada síndrome e o acompanhamento da família para com esses acadêmicos. Em toda pesquisa realizada é destacada a importância do acompanhamento médico e familiar e que a instituição de ensino deve ser informada de todo o tratamento inclusive da medicação utilizada e seus efeitos.</p>	
13	<p>Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)</p>	<p>A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas; e reza que os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras; na formação, capacitação e qualificação de docentes, servidores e empregados para o uso e difusão de Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e, conseqüentemente, da formação em nível superior do docente de Libras, da formação em</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>nível médio do instrutor de Libras, e da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa. O referido Decreto, no seu §2º do art. 7º, reza ainda que “A partir de um ano da publicação deste Decreto [2006], os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro de magistério”.</p> <p>O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas, de modo que a partir de um ano da publicação do Decreto Nº 5.626, ou seja, a partir de 2006, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro do magistério. Em conformidade com a Lei nº 10.436, de 14 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada obrigatoriamente nos cursos previstos na legislação e de forma optativa nos demais cursos.</p> <p>No caso específico será ofertada de forma optativa, podendo ser cursada pelo acadêmico a qualquer tempo que desejar. Ainda, será implantado na Faculdade o PROJETO INTÉRPRETE DE LIBRAS que objetivará a contratação e coordenação de intérpretes para atendimento aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva com o intuito de proporcionar-lhes uma</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		aprendizagem significativa e conseqüentemente uma atuação competente e cidadã na sociedade. No caso específico a Libras é obrigatória.	
14	Prevalência de avaliação presencial para EAD (Dec. Nº 5.622/2005, art. 42º)	Não se aplica ao Curso.	NSA para cursos presenciais
15	Informações acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas da Faculdade estarão disponibilizadas de forma impressa, no PPC, nas normas emanadas dos Conselhos Superiores, Regimento, PDI-PPI, Guia Acadêmico, disponíveis para acesso em área própria da Biblioteca e de forma virtual na página da internet da Faculdade. A Faculdade apresentará no ato da avaliação in loco página da internet desenvolvida para ser divulgada tão logo a Faculdade seja credenciada.	
16	Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	A Faculdade atenderá a legislação vigente onde haverá integração da educação ambiental faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar na disciplina de Formação Sociocultural e Ética .	
17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica , em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação	Não se aplica ao Curso.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	continuada).		

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia do. (Orgs.). **Indagações sobre o currículo**. Brasília:MEC/SEB, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411990>. Acesso em: 06/07/16.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 06/07/16.

LDB. LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05/07/16.

PNE. Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 08/07/16.

RESOLUÇÃO CNE/CES 08, de 11/03/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES08-2002.pdf>. Acesso em: 08/07/16.

Parecer CNE/CES 1.303/2001, de 06 de novembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>. Acesso: 08/07/16.